

Série Construindo os Recursos
do Amanhã v. 1

Cidadania e Meio Ambiente



Organização

Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Doutor



Salvador
2003

Série Construindo os Recursos do Amanhã, v.1

Cidadania e Meio Ambiente

Copyright © 2003 Centro de Recursos Ambientais - CRA

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sem autorização prévia por escrito da Editora, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO SOUTO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

JORGE KHOURY

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS - CRA

FAUSTO AZEVEDO



**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) pelo
Centro de Informação e Memória Ambiental (CIMA)**

C568 Cidadania e meio ambiente / Carlos Frederico Bernardo Loureiro (organizador). - Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.
168 p. ; 21 cm. - (Construindo os Recursos do Amanhã; v. 1)

ISBN 85-88595-14-1

1. Educação - Meio ambiente. I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. II. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Centro de Recursos Ambientais. III. Título. IV. Série.

CDU 37:504

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS - CRA

Rua São Francisco, 1 - Monte Serrat
42425-060 - Salvador - BA - Brasil

Tel.: (0**71) 310-1400 - Fax: (0**71) 314-1414

cra@cra.ba.gov.br / www.cra.ba.gov.br

Sobre os Autores

Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Doutor em Serviço Social e
professor adjunto da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nahyda Franca

Mestre em Educação e
pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e
Econômicas

Philippe Pomier Layrargues

Doutorando em Ciências Sociais e
professor da Universidade do Grande Rio

Sônia Aguiar Lopes

Doutora em Comunicação e Ciência da Informação e
professora adjunta da Universidade Federal Fluminense

Produção Editorial



Revisão de Textos

Valdomiro Santana

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Ricardo Baroud

Concepção Artística e Capa

Magaly Nunesmaia

Ilustração (acrílica s/tela)

Britto

Editoração Eletrônica

Patrícia Chastinet

A gestão ambiental na Bahia tem como marco a criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepam, fórum de participação da sociedade no tratamento das questões ambientais. Implantado em 1973, o Cepam completa 30 anos, período em que tem evoluído e aprimorado o processo de integração das políticas públicas e de exercício da cidadania na proteção do meio ambiente.

Consciente de que os desafios da sustentabilidade ecológica são pautados no conhecimento sobre a complexidade que permeia o uso e a conservação dos recursos naturais e em uma efetiva co-responsabilidade dos diferentes atores sociais envolvidos, o Governo da Bahia, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e do Centro de Recursos Ambientais - CRA, busca mais uma vez munir a sociedade de ferramentas, dessa feita, uma nova série de publicações técnico-científicas que busca apresentar e discutir temas instigantes relacionados a uma nova atitude para a construção do futuro.

A Série Construindo os Recursos do Amanhã é a terceira editada pelo CRA/NEAMA, e vem juntar-se a outras duas: Cadernos de Referência Ambiental e Educação Ambiental, com 17 publicações, de outubro de 2001 a janeiro de 2003.

O tema Cidadania e Meio Ambiente, que inaugura esta série de publicações, é sem dúvida o mais apropriado para marcar a nova etapa da história ambiental da Bahia, em que a criação da SEMARH foi consequência natural do processo de aprimoramento da Política Ambiental do Estado.

Governo do Estado da Bahia

Paulo Souto
Governador

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, criada neste janeiro de 2003, veio consolidar o processo de integração e participação na gestão dos recursos ambientais do estado. Entende que, para isso, a geração de idéias, a discussão, e a organização do conhecimento, são fatores fundamentais na formação do capital intelectual que irá contribuir para a melhoria contínua das políticas públicas voltadas para a conservação do patrimônio ambiental da Bahia.

Com a criação do Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente - NEAMA, em 5 de junho de 2002, o Governo da Bahia estabeleceu um marco na gestão ambiental do estado, tornando disponível um espaço privilegiado do conhecimento, para a produção técnico-científica e para discussão dos diferentes temas relacionados ao desenvolvimento sustentável.

A construção de uma participação cidadã nas questões que tocam o ambiente, seu uso e proteção, exige o aprofundamento dos debates e o desenvolvimento contínuo da ferramenta educação ambiental, para possibilitar as mudanças necessárias nas relações homem x natureza.

Esta publicação inaugura uma nova série voltada para a descoberta de novos caminhos e atitudes, como já o indica sua denominação: Construindo os Recursos

do Amanhã. O tema deste primeiro volume, Cidadania e Meio Ambiente, nos remete a uma reflexão sobre como despertar nos indivíduos o seu papel de agentes de mudança.

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Jorge Khoury

Secretário

A construção (e não interessa aqui lembrar de sua antítese, já tão prestigiada nos dias atuais) talvez seja a marca mais fundamental e contínua do Universo e do Tempo. O hidrogênio constrói nosso Sol; a partir dele, o Sol constrói a energia; a energia constrói possibilidades quase infinitas num pequenino planeta chamado Terra.

Este profícuo processo levou à construção de um fenômeno chamado Homem, o qual não é – em absoluto – seu ponto final, de culminância. Contudo, o Homem abriga em si a potencialidade de *construir* muitos fins. Fim, aqui, no sentido terminal, não finalístico ... E vem ele exercitando zelosamente sua capacidade de construir fins destrutivos: intolerância; soberba; exclusão; escravidão; guerras; ultrajes, o dicionário fica interminável!

Mas construir, do latim *construere*, que um bom dicionário da Língua Pátria explicaria significar: dar estrutura a; edificar; fabricar/organizar, dispor, arquitetar/formar, conceber, elaborar, também pode – e deve – ser empregado pelo mesmo Homem para fazer exatamente o que contém sua etimologia.

Há que se Construir nossa existência e passagem por este planeta. De maneira maiúscula e substantiva; aumentando a dimensão de nossa dignidade e efemeridade. Somos efêmeros, quem sabe, sob o ponto de vista individual, porém, com o uso da devida inteligência, poderemos ser

definitivos sob a lógica coletiva. Reconhecidas as limitações de cada qual, a transitoriedade dos fatos e conquistas, a verdadeira e transcendental inexistência de qualquer posse e a imperiosa necessidade da irmanação, aí, então, estaremos aptos a agir qual um dos eleitos daquele citado processo.

É, provavelmente, neste perfil que, uma vez mais, o Centro de Recursos Ambientais rompe barreiras e fronteiras e se arrisca a lançar a série “*Construindo Recursos do Amanhã*”. Títulos dos mais significativos e provocativos encontram-se ou prontos ou em elaboração, todos debatidos e aprovados pelo Conselho Técnico-Consultivo do Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente (NEAMA), responsável pelas publicações.

Inaugura-se a série com o desafio “Cidadania”. Por que? Qual a relação entre cidadania e gestão ambiental? O que um órgão estadual de meio ambiente tem a ver com cidadania, e com inovação tecnológica, e com instrumentos econômicos, etc.? Lamento sentenciar, mas quem no mundo de hoje não percebe a clara e franca relação não estará se alinhando ao lado daqueles que sabem/fazem o uso etimológico correto da palavra construir...

Centro de Recursos Ambientais

Fausto Azevedo

Diretor Geral



Acreditando que as mudanças para levar a sociedade a uma melhoria da qualidade de vida serão fruto de um amplo trabalho de educação, o NEAMA sustenta um programa de formação em meio ambiente que capacita, promove estudos e traz à discussão temas relevantes para o desenvolvimento sustentável.

A ampla abrangência e relevância dos temas tornam difícil escolher por onde começar: instrumentos de gestão ambiental, inovações tecnológicas, conservação e uso da biodiversidade, conservação e usos dos recursos hídricos, cidadania e meio ambiente, entre outros, são assuntos que merecem aprofundamento e discussão com a sociedade, visando produzir propostas que venham contribuir com os debates e apoiar a formulação de políticas públicas para o Estado da Bahia.

Este é o objetivo da Série Construindo os Recursos do Amanhã, que vem complementar a linha editorial do NEAMA trazendo análises apuradas de experiências nacionais e internacionais, sobre temas com reatamento na realidade baiana. A edição dessa série é parte de um programa de trabalho que irá promover a realização de seminários, com a presença de pesquisadores, empresários, organizações do terceiro setor e entidades governamentais, para discussão de temas relevantes para a política ambiental do estado.

A série Construindo os Recursos do Amanhã tem início com a publicação *Cidadania e Meio Ambiente*, uma visão focada no preparo da sociedade para uma participação efetiva na condução das escolhas de uso e conservação dos recursos naturais do planeta.

Virão, em seguida, *Inovação e Meio Ambiente: elementos para o desenvolvimento sustentável na Bahia* (v. 2); e *Instrumentos Econômicos para Conservação Ambiental* (v. 3).

Assim, o NEAMA cumpre o seu papel, contribuindo para a geração e disseminação do conhecimento na temática ambiental.

Centro de Recursos Ambientais

Teresa Lúcia Muricy de Abreu

Diretora de Recursos Naturais

Sumário

Introdução	15
1 Paradigma ecológico e sustentabilidade	19
1.1 Desenvolvimento sustentável	26
2 Conceitos de ética, educação ambiental e cidadania	33
2.1 Educação ambiental	37
2.2 Cidadania ecológica	41
3 História e pressupostos da educação ambiental	45
3.1 Educação ambiental no Brasil	55
4 A educação ambiental no processo de gestão ambiental participativa: atores sociais para a construção de uma sociedade justa e sustentável	59
5 Formar para a gestão participativa: métodos em construção	73
5.1 Debilidade histórica das relações	74
5.2 Lições que determinam caminhos – experiências no campo do desenvolvimento local	75
5.3 Pontos de partida	77
5.4 Participação / emancipação cidadã	78
5.5 Prioridades para estratégias	82
5.6 Desafio para a educação	83
6 A educação ambiental como prática social contextualizada	85
6.1 Educação infantil, ensino fundamental e médio	86
6.2 Ensino superior	87
6.3 Comunidade	90

7	O desafio empresarial para a sustentabilidade e as oportunidades da educação ambiental	95
7.1	A crise ambiental como um duplo desafio à reprodução do capitalismo	96
7.2	Negociações entre mercado e Estado em torno da responsabilidade ambiental	97
7.3	Ecoeficiência como a síntese do ecocapitalismo	103
7.4	Oportunidades da educação ambiental nas empresas ...	107
8	Gestão ambiental participativa em unidades de conservação	111
8.1	Busca de alternativas	120
9	Agenda 21 e a participação da sociedade	123
9.1	Indicadores de avaliação de programas em educação ambiental	126
10	Formação da cidadania: comunicação e informação da sociedade	131
10.1	Mídia e meio ambiente no Brasil	132
10.2	Orientação pelo mercado: a “ecoestratégia”	135
10.3	O jornalismo ambiental: resistências, avanços e recuos ...	139
10.4	Especificidades do discurso jornalístico: enquadramentos, ênfases e exclusões	144
10.5	Jornalistas e ambientalistas: entre a “objetividade” e o engajamento	151
10.6	Formação e capacitação para a comunicação ambiental	157
10.7	A teia invisível: articulação em rede e ações comunicativas cidadãs	159
	Considerações finais	165
	Referências bibliográficas	167

Introdução

A primeira questão a ser respondida, antes da elaboração dos textos aqui reunidos, foi: que contribuição efetiva poderia oferecer aos profissionais e interessados na temática ambiental, ao produzir este livro para o Centro de Recursos Ambientais da Bahia? Em conversa com os outros autores participantes do processo, definimos que o objetivo principal seria formular argumentos e fundamentos teóricos, academicamente validados e consistentes, que permitissem ao leitor uma compreensão crítica da interface meio ambiente e cidadania, tendo em vista uma atuação qualificada dos atores sociais individuais e coletivos no cotidiano e no ambiente de vida.

A cidadania ecológica, categoria central deste livro por ser a síntese da interface mencionada, impõe reformulações profundas nos processos sociais, políticos e educativos, não somente nos espaços escolares, mas em todos os espaços públicos e pedagógicos (logo, da cidadania) em que atuamos: instituições governamentais, associações comunitárias, ONGs, empresas, famílias, conselhos, sindicatos, Agenda 21 Local etc. Implica a capacidade de agir mos no ambiente, em processos interativos e dialógicos, a partir da compreensão da totalidade em que nos inserimos e da vida em seu sentido mais profundo.

Sendo este o enfoque adotado, pensamos e construímos os capítulos à luz do rigor conceitual da teoria social e da educação, campos por excelência do debate sobre cidadania e novos paradigmas societários. Procuramos, com isso, fornecer as bases conceituais fundamentais para uma leitura crítica da questão ambiental, sob a ótica da cidadania, e evitar as simplificações, modismos e um certo idealismo ingênuo que domina o debate ambiental no Brasil, sempre, no entanto, com a preocupação de escrever algo de fácil

compreensão para profissionais e agentes sociais com diferentes níveis de conhecimento da temática.

Nos quatro primeiros capítulos fornecemos as premissas teóricas para uma análise consistente da questão ambiental e da cidadania no mundo contemporâneo, detalhando conceitos como paradigma ecológico, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, ética ecológica, cidadania e educação ambiental. Há maior ênfase na recuperação histórica da educação ambiental e seus pressupostos, por sua centralidade em processos que têm por finalidade a consolidação da cidadania ecológica. Apresentamos também as principais tendências e forças sociais que caracterizam o diversificado movimento ambientalista e suas implicações nos processos participativos de gestão ambiental, evidenciando a pertinência de uma compreensão dinâmica de um movimento social e histórico que está longe de ser homogêneo e unitário em seus propósitos.

No capítulo cinco fornecemos elementos indispensáveis para a construção de metodologias participativas voltadas para a inclusão democrática dos atores sociais em processos decisórios e para a responsabilidade da sociedade na promoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento. Tais princípios e orientações servem de fundamento para a atuação social específica nos espaços que são abordados na segunda metade do livro.

No capítulo seis explicitamos o significado estratégico de alguns espaços educativos, com indicações de como trabalhá-los numa perspectiva cidadã adequada às premissas do paradigma ambiental.

Nos quatro últimos capítulos abordamos, analisamos e problematizamos o setor produtivo empresarial, dois espaços de atuação cidadã (conselhos gestores em UCs e Agenda 21 Local) – e os meios de comunicação enquanto instrumentos democráticos de socialização e divulgação da informação.

Buscamos, assim, trazer elementos concretos para uma prática social e educativa que fortaleça a participação, o exercício da cidadania, a qualificação dos envolvidos no debate público ambiental, a transparência e a igualdade no acesso às informações. Enfatizamos também, como

premissa, o respeito democrático entre os setores sociais responsáveis em tornar realidade o desejo de vivermos em uma sociedade sustentável, justa, ecologicamente equilibrada e pautada por valores éticos que priorizem a vida e a solidariedade.

Em comum acordo com o Centro de Recursos Ambientais, e enquanto responsável por esta tarefa, reuni profissionais com qualificação acadêmica pertinente, larga experiência e atuação em movimentos sociais, ONGs e universidades de todo o Brasil, elevado número de artigos e livros publicados e reconhecida competência profissional, de modo a propiciar um livro consistente que expresse o que há de mais atual sobre o tema proposto.

Longe de querer unanimidade de aceitação da perspectiva teórica adotada e dos argumentos produzidos, em nome de todos os autores, espero que o livro seja um estímulo à reflexão e ao debate democrático de idéias e posicionamentos, elementos indissociáveis do espírito científico e da prática cidadã.

Carlos Frederico B. Loureiro

Separatriz 1

A categoria meio ambiente vem se constituindo em uma das mais importantes dimensões da vida humana merecedoras de atenção e análise por parte dos diferentes grupos e classes sociais que compõem a sociedade contemporânea. Sociedade esta que se baseia na aceleração da produção, na transformação dos bens de uso em bens de consumo, na perda de durabilidade dos objetos e na banalização e mercantilização da vida (ARENDETT, 1983), gerando incertezas quanto à possibilidade de se evitar ou compensar os problemas propiciados pela modernidade industrial, e a urgência de se estabelecer amplo debate público acerca das questões que envolvem os riscos à vida no planeta (BECK, 1992).

A complexificação da vida em sociedade está intimamente associada ao processo de globalização, enquanto fenômeno contraditório da modernidade. Por um lado, este é a expressão de um modelo de desenvolvimento econômico sem fronteiras que acentua as desigualdades e a exclusão social, cujo atores principais são as instituições transnacionais; por outro, é a expressão de um movimento de tomada de consciência dos limites naturais planetários, da eliminação das fronteiras entre as nações, como resultado dos avanços científicos e tecnológicos, destacadamente nos meios de comunicação, informacionais e de transporte (HELD, MCGREW, GOLDLATT, PERRATON, 1999). Tal fenômeno propicia uma possibilidade única e paradoxal de se formular diferentes classificações simultâneas para a mesma sociedade: industrial e pós-industrial; moderna e pós-moderna; informacional; pós-materialista, dentre outras.

A globalização, especificamente em sua dimensão ecológica, é caracterizada por dois sentidos interconexos: (1) Pela origem transfronteiriça de diversos problemas ambientais (uso de bens ambientais comuns, poluição e dinâmica populacional) e (2) Pelos processos políticos e culturais decorrentes desses problemas (institucionalização de organizações transnacionais, leis, tratados e convenções internacionais e de debates acerca da ética ecológica).

Em breve retrospectiva histórica, fica evidente o aumento de intensidade da problemática ambiental na globalização, se a compararmos aos processos mundiais ocorridos desde o início do século XVI.

1. Entre 1501 e 1760, com base na expansão colonial europeia e no crescimento do capitalismo agrário, verifica-se intensa transformação da América e dos espaços locais europeus, em função do movimento e crescimento demográficos e da degradação dos solos.
2. Entre 1760 e 1945, sob os efeitos da industrialização e da urbanização, aparecem os primeiros sinais de extinção de espécies decorrentes da ação humana, exaustão de recursos localizados, poluição urbana e transformação do ambiente da Oceania.
3. Contemporaneamente, com a “explosão” demográfica, a consolidação de um modelo industrial-consumista, o desenvolvimento tecnológico e a *ocidentalização* planetária, surgem os problemas globais: risco de aniquilação nuclear e bioquímica, manipulação genética, declínio da biodiversidade, poluição de todos os biomas, exaustão dos recursos naturais em escala mundial, ausência de destino adequado para a crescente quantidade de resíduos tóxicos, depleção da camada de ozônio e efeito estufa. São impactos sem fronteiras e que ocorrem em velocidade acelerada.

Este quadro propicia um discurso de *interdependência ambiental* que amplia a própria constituição de redes transnacionais ambientalistas, com fortes implicações sobre a política mundial e os conceitos de cidadania e democracia.

Neste contexto, as preocupações decorrentes da ameaça de extinção e da reflexão sobre a possibilidade de manutenção da vida e do direito à vida, em um planeta em constante transformação, caracterizam a anunciada crise civilizacional e societária que marca a discussão ecológica. Em síntese, vivemos um dilema entre a certeza de que as patologias oriundas dos modelos hegemônicos de desenvolvimento conduzirão a humanidade a uma condição insustentável, e a necessidade de se rever a relação sociedade-natureza, sem saber exatamente em que bases sociais, econômicas, políticas e culturais isto poderá ocorrer (UNGER, 1992; HOBBSAWM, 1995).

Tais sentimentos e representações são empiricamente justificados. Segundo dados publicados no boletim *ONU em Foco*, a partir de resultados obtidos pelo PNUMA, apesar da proliferação de organismos de defesa ambiental (mais de trinta mil identificados pelo programa) e da existência de documentos internacionais assinados pelos países membros das Nações Unidas após a Rio'92, a qualidade de vida vem piorando. Dentre outras informações graves: cerca de 20% das espécies estão em processo de extinção pela intervenção humana direta; 40% da população mundial não possuem água potável; a qualidade do ar piorou nas megalópoles; as florestas estão desaparecendo em ritmo superior a 50% além da velocidade de uma década atrás e doenças, como a tuberculose, mataram mais na década de 1990 do que no início do século XX. Dados estes corroborados no relatório *Estado do mundo 2001*, do Worldwatch Institute.

Estes cenários desvelados, associados à mobilização em torno da problemática ambiental, levaram à construção de teorias e paradigmas que buscam alternativas de desenvolvimento, acompanhadas da revisão do conteúdo ético de nossas relações. Para o que vem sendo denominado por *paradigma ecológico*, a busca pela liberdade e felicidade humana se associa ao projeto de redefinição de nossa inserção e pertencimento à natureza. Neste, as causas da degradação ambiental não são entendidas como decorrentes de uma essência *inim* inerente ao *Homo sapiens*, mas sim de um conjunto de variáveis interconexas das categorias: modernidade/industrialismo/mercado/tecnocracia. Portanto, o discurso da sociedade sustentável, no âmbito de uma nova forma de entender o mundo, supõe a crítica às relações sociais tanto quanto ao sentido, valor e uso dado à natureza. A nós cabe superar o que entendemos como nefasto à integridade planetária e à felicidade humana.

O paradigma ecológico é composto, para efeito de orientação inicial, de cinco princípios (ALPHANDÉRY, BITOUN, DUPONT, 1992):

1. Enquanto cultura global e prática política, concerne ao conjunto das atividades em sociedade, à relação sociedade-natureza e aos problemas decorrentes dos modelos de organização social que estimulam o individualismo, o produtivismo e o consumismo. Logo, enquanto princípio, não pode ser reduzido à busca da solução técnica dos problemas identificados como ambientais,

visto que engloba uma reflexão sobre os bens simbólicos e materiais da humanidade.

2. Procura redefinir desejos, necessidades e formas de apropriação e uso dos recursos naturais, a partir do reconhecimento da existência de limites planetários e do ambiente como um bem comum.
3. Supõe a mudança radical dos valores culturais, comportamentos e atitudes que formam a base para uma compreensão do ser humano como “senhor absoluto e dominador”.
4. Estimula a vida comunitária, processos de desenvolvimento local sustentáveis e uma nova dinâmica entre global-local e sociedade-Estado.
5. Visa à democratização do Estado, à cidadania plena, à construção de condições materiais justas para satisfação das necessidades vitais, bem como à formação de uma governança interligada em diferentes escalas: local, regional, nacional e planetária.
6. À luz deste entendimento, *ambiente* é uma categoria constituída por relações entre elementos humanos e naturais, no sentido estrito, espacial e historicamente localizadas, não podendo ser confundida com a visão clássica das ciências naturais e das perspectivas tecnocráticas, que excluíam a dinâmica social. O conceito de ambiente, portanto, exprime uma totalidade, que só se concretiza à medida que é preenchido por sujeitos individuais e coletivos com suas visões de mundo (GONÇALVES, 2001), algo que se materializa à medida que grupos específicos e seus interesses diversos agem em sociedade, com implicações sistêmicas (FUKS, 1997).

Meio Ambiente é o lugar determinado e percebido, onde os elementos sociais e naturais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 1995, p. 14).

HARVEY (1996), no campo teórico-filosófico, em um esforço de sistematização de princípios norteadores da dialética sociedade-natureza, elencou princípios de um pensamento complexo, sistêmico e ecológico, dentre os quais destacamos:

1. Elementos são demarcados por todos estruturados. O sistema estruturado deve ser entendido fundamentado nas relações que o constituem.
2. Elemento e sistema são perpetuamente constituídos e reconstituídos por múltiplos processos. Isso não significa que somos passíveis aos efeitos externos. Pelo contrário, somos interconexos, reorganizando internamente o que é apreendido do ambiente, transformando-o também.
3. Partes e todo são mutuamente constitutivos de cada um, o que implica dizer muito mais do que a existência de retroalimentação entre estes.
4. Há intercâmbio entre sujeito e objeto, causa e efeito. Logo, os organismos são sujeitos e objetos da evolução e os indivíduos humanos, sujeitos e objetos do processo de mudança social.
5. Mudança é a norma das *coisas* e sistemas, e a história é feita pelo movimento permanente de transformação social, cultural, política e econômica, com profundas implicações sobre o ambiente e o sentido de natureza.

O paradigma ecológico, que expressa visões de mundo e questionamentos em relação à sociedade, se concretiza por meio dos movimentos e atores sociais que têm como foco de ação o ambiente e o processo de apropriação e uso dos bens naturais – o denominado *movimento ambientalista*¹. De posturas anti-humanistas, ecocêntricas e individualistas, a concepções coletivistas e racionalistas, possibilitando a formação de correntes distintas – fundamentalistas, ecossocialistas, compatibilistas, zeristas, verdes radicais, entre outras (HERCULANO, apud GOLDENBERG, 1992) – os ambientalistas fazem críticas pertinentes e equivocadas a todas as linhas de pensamento representadas na modernidade, absorvendo proposições e argumentos que vão de

¹ Alguns autores fazem uma divisão entre ecologistas e ambientalistas. Os primeiros são os adeptos de mudanças societárias radicais para se alcançar uma sociedade sustentável; e os demais, os que acreditam que mudanças nas práticas produtivas, comportamentais e de juízo de valores podem resultar em modelos mais responsáveis ambientalmente. Esta é uma divisão difícil, pois as fronteiras entre as tendências são tênues. Portanto, para efeito do que se propõe com este livro, a generalização em “ambientalistas”, reconhecendo-se a diversidade interna de projetos e visões de mundo, se mostra menos problemática. Maiores detalhes, ver o capítulo 4.

marxistas (Gorz, O'Connor, Pepper, Marcuse, Bahro e outros) a pacifistas (Gandhi e Luther King), passando por humanistas (Schweitzer e Dubos) e anarquistas (Bookchin e Proudhon), em uma atitude de negação do modo de vida vigente (SIMONNET, 1981).

Desde a primeira entidade com uma proposta explicitamente ambientalista, fundada na Inglaterra em 1865 – a *Camms, Foot-paths, and Open Spaces Preservation Society* –, até os tempos contemporâneos, as formas associativas e as orientações políticas e ideológicas se diversificaram, em uma miríade que deve ser analisada como um todo dinâmico que se movimenta na história (McCORMICK, 1992; PÁDUA, 1997).

Já em seus primórdios na década de 1960, traz quatro eixos fundamentais de discussão e reflexão, no contexto de sua proposta de transformação civilizacional. O primeiro eixo refere-se à crítica à tradição religiosa ocidental, que afirma a espécie humana como acima das demais, à parte da natureza. Neste escopo, a relação com a natureza é profana: quanto mais próximo desta, mais imperfeito e bruto. Autores vinculados a diferentes correntes teológicas procuram repensar particularmente o cristianismo em uma perspectiva ambientalista, o que é meritório. Contudo, este é um movimento interno à religiosidade ocidental instituída ainda incipiente.

Um segundo eixo relaciona-se à Revolução Científica, bem como à consolidação do paradigma cartesiano, que molda a cultura moderna e o projeto positivista de ciência. A ênfase na ciência analítica cartesiana conduz à fragmentação do objeto, perdendo-se a noção do todo, e do contexto histórico em que se situa. Cria-se, então, o primado do racionalismo instrumental, do reducionismo e do mecanicismo.

Esses dois fatores sustentam o terceiro eixo de crítica e reflexão: a orientação – individualista, antropocêntrica. A sensação de poder, seja de origem divina ou científica, fundamenta a noção de que a humanidade pode ir além dos limites biológicos que lhe são constitutivos.

A quarta crítica é feita à sociedade industrial, que representa a urbanização descontrolada, o produtivismo e o uso tecnológico como meio de dominação e exploração, qualificando o tipo de degradação ambiental existente.

O novo modo de pensar a vida, além de refletir sobre os eixos expostos acima, procura promover, como base de conduta humana adequada à “harmonização com a natureza”, valores vistos como superiores: amor, solidariedade, cooperação, respeito e responsabilidade.

1.1 Desenvolvimento sustentável

A Declaração de Estocolmo – documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972 – apresentou, como alternativa aos problemas existentes, um modelo de desenvolvimento que conseguisse minimizar os efeitos dos processos degenerativos do ambiente. A orientação do encontro pautou-se nas conclusões do Clube de Roma, presentes na obra *Limites do crescimento* (MEADOWS, 1978). O estudo afirma que qualquer que seja a associação feita entre os cinco fatores básicos determinantes do crescimento (população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição), os resultados serão sempre assustadores, com uma profunda desestabilização da humanidade até o ano de 2100.

Esta orientação se ampliou, ganhou em complexidade e culminou no relatório “Nosso futuro comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituída em 1983 na sessão 38 da Assembleia Geral da ONU, inicialmente com 23 membros, coordenada por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega. O referido relatório foi aprovado sem restrições na sessão 42 das Nações Unidas, no ano de 1987, formalizando o conceito *oficial* de desenvolvimento sustentável: garantir os meios de atendimento às necessidades e exigências atuais sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras (CMMAD, 1991).

Existem inúmeras formas de se entender a sustentabilidade e de se buscar caminhos para viabilizá-la, como veremos no capítulo 4. Uma das possibilidades mais sintéticas de defini-la, que serve para ilustrar o debate, apresenta-a como a resultante das relações entre cinco componentes básicos à sobrevivência de um agrupamento humano (GUIMARÃES, 1997):

1. População (tamanho e densidade demográfica)
2. Organização social (padrões de produção e estratificação social)

3. Entorno (habitat físico e construído e processos ambientais)
4. Tecnologia (progresso técnico e utilização de energia)
5. Aspirações sociais (padrões de consumo e valores sociais).

Princípios do desenvolvimento sustentável, normalmente apontados como norteadores da ação social e do pensamento acerca de uma sociedade substantivamente democrática e *ecologicamente viável*, são (de acordo com GUIMARÃES, apud BECKER, 1997):

- **Sustentabilidade planetária** – reversão dos processos globais de degradação (emissão de poluentes, depleção da camada de ozônio, desmatamento, desertificação e redução da biodiversidade), com o devido respeito à soberania dos Estados-Nação;
- **Sustentabilidade ecológica e ambiental** – uso racional dos estoques de recursos naturais e a adequação dos processos urbanos e rurais aos limites ecossistêmicos;
- **Sustentabilidade demográfica** – urbanização planejada e dinâmica demográfica realizada sob bases sociais e econômicas justas;
- **Sustentabilidade cultural** – respeito à pluralidade de valores aceitos universalmente e às minorias étnicas, entre outras;
- **Sustentabilidade social** – melhor qualidade de vida para todos, pautada em justiça distributiva, satisfação das necessidades básicas, convivência e respeito entre povos e culturas, e garantia dos direitos civis, políticos e sociais;
- **Sustentabilidade política** – consolidação de espaços públicos participativos e deliberativos, democracia e cidadania plena.

No bojo desta discussão acerca do desenvolvimento sustentável e seus princípios, amplia-se a produção conceitual e científica em torno de indicadores que caracterizam modelos de desenvolvimento humano, articulando as questões econômicas às sociais e ambientais. E, ainda, indicadores que sinalizam parâmetros de qualidade de vida distintos das medições tradicionais vinculadas ao nível de consumo e condição socioeconômica (HERCULANO, 2000).

Os primeiros movimentos neste sentido foram promovidos pelos governos canadense e holandês, em meados da década de 1980, e pelo

G-7 que solicita à OECD a construção de um modelo de indicadores ambientais que respeite os pressupostos da sustentabilidade. Em 1985, movimento similar foi feito pelo World Institute for Development Economics Research, da ONU, no que se refere à qualidade de vida. Em 1992, a Agenda 21, em seu capítulo 40, com o intuito de articular um conjunto de indicadores de sustentabilidade a seus preceitos de participação, cidadania e responsabilidade na tomada de decisões, afirma:

Os indicadores comumente utilizados, como o produto nacional bruto (PNB) e as medições dos fluxos individuais de poluição ou de recursos, não dão indicações adequadas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação das interações entre diferentes parâmetros setoriais ambientais, demográficos, sociais e de desenvolvimento não estão suficientemente desenvolvidos ou aplicados. É preciso desenvolver indicadores de desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para a tomada de decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade auto-regulada dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento (Agenda 21, Cap. 40, item 4).

No Brasil, o IBGE, em 2001, desenvolveu um modelo de indicadores de sustentabilidade baseado no concebido pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o qual serviu como referência para a pesquisa nacional que publicou em 2002. Tal modelo está assim estruturado (PENNA FRANCA, 2001):

Dimensão	Temas	Subtemas	Indicadores
Social	Equidade	Pobreza	% da população vivendo abaixo da linha de pobreza
			Índice de Gini de desigualdade de renda
		Igualdade de gênero	Relação entre o salário médio de homens e mulheres
		Bem-estar infantil	% de criança abaixo de 15 anos vivendo fora do lar
	Saúde	Estado nutricional	Estado nutricional das crianças
			Doenças
		Mortalidade	Taxa de mortalidade abaixo de 5 anos
			Esperança de vida ao nascer
		Saneamento	% da população com condições adequadas de esgoto
		Água potável	População com acesso à água potável
		Serviços de saúde	% da população com acesso a cuidados básicos de saúde
	Imunização contra doenças infecciosas infantis		
	Taxa de uso de métodos contraceptivos		
	Educação	Nível educacional	Taxa de conclusão do ensino fundamental
			Taxa de conclusão do ensino médio
		Alfabetização	Taxa de alfabetização de adultos
Habitação	Condições de habitação	Área de moradia per capita	
Segurança	Criminalidade	Número de crimes notificados por 1000 habitantes	
População	Dinâmica populacional	Taxa de crescimento populacional	
		População de assentamentos urbanos formais e informais	
Econômica	Estrutura econômica	Desempenho da economia	PIB per capita
			Participação dos investimentos no PIB
		Comércio	Balança comercial de produtos e serviços
		Situação financeira	Divida/PIB
	Total da assistência oficial ao desenvolvimento como porcentagem do PIB		
	Padrões de Produção e Consumo	Consumo de materiais	Intensidade do uso de materiais
		Uso de energia	Consumo anual de energia per capita
			Participação de fontes renováveis no consumo total de energia
			Intensidade do uso de energia

(continua)

(continuação)

Dimensão	Temas	Subtemas	Indicadores
		Geração e manejo de lixo	Geração de lixo industrial e doméstico
			Geração de resíduos perigosos
			Geração de resíduos radioativos
			Reciclagem e reutilização de lixo
		Transporte	Distância percorrida per capita por modo de transporte
Ambiental	Atmosfera	Mudança climática	Emissão de gases do efeito estufa
		Destrução da camada de ozônio	Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio
		Qualidade do ar	Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas
	Terra	Agricultura	Áreas de culturas temporárias e permanentes
			Uso de fertilizantes
			Uso de pesticidas agrícolas
		Florestas	Área total de florestas
			Intensidade de extração florestal
		Desertificação	Terras afetadas pela desertificação
	Urbanização	Área de assentamentos urbanos formais e informais	
	Oceanos, Mares e Áreas Costeiras	Áreas costeiras	Concentração de algas em áreas costeiras
			População total em áreas costeiras
	Pesca		Captura anual das principais espécies pesqueiras
	Água doce	Quantidade de água	Retirada anual de águas subterrâneas e de superfície, como % do total de água disponível
		Qualidade da água	DBO em corpos d'água
		Concentração de coliformes fecais em água doce	
Biodiversidade	Ecosistemas	Área de ecossistemas selecionados	
		Áreas protegidas como % da área total	
	Espécies	Abundância de espécies selecionadas	
Institucional	Estrutura Institucional	Estratégias de Implementação do Desenvolvimento Sustentável	Estratégias nacionais de Desenvolvimento Sustentável
		Cooperação Internacional	Implementação ou ratificação de acordos globais
	Capacidade Institucional	Acesso à informação	Número de rádios ou acesso à internet por 1.000 habitantes
		Infra-estrutura de comunicação	Telefones fixos ou celulares por 1.000 habitantes
		Ciência e Tecnologia	Gastos com P&D como porcentagem do PIB

Em termos de qualidade de vida, merece citação, para ilustrar o debate recente, o modelo escandinavo baseado em três dimensões (HERCULANO, 2000).

	Indicadores objetivos	Indicadores subjetivos
Ter – condições materiais	Medidas objetivas do nível das condições ambientais e de vida (riqueza, renda, habitação, emprego, educação, saúde, trabalho, além de indicadores ambientais específicos)	Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com tais condições
Amar – necessidades sociais	Medidas objetivas de relações interpessoais (relações comunitárias e familiares e de trabalho, participação na vida coletiva)	Felicidades - infelicidades - sentimentos subjetivos sobre as relações sociais
Ser – necessidades de crescimento pessoal	Medidas objetivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza (participação em processos públicos decisórios, oportunidades de trabalho e de lazer, possibilidades de contato com ambientes preservados e de realizar atividades lúdicas e contemplativas)	Sentimentos subjetivos de alienação/crescimento pessoal

FONTE – HERCULANO, 2000

Todas estas reflexões, que não são exclusivas dos ambientalistas, tiveram grande impacto sobre o processo educativo, levando a se consolidar o que ficaria mundialmente conhecido como Educação Ambiental. Isto não significava que pela primeira vez se falava em *ambiente* na educação. Todas as *educações* sempre tiveram visões próprias de natureza e ambiente, mas pela primeira vez estava se dando destaque para a necessidade de se repensar a relação sociedade-natureza, quem somos e que ética pode nos levar ao respeito a todas as formas de vida, gerando a sustentabilidade a longo prazo.

É sobre a educação ambiental e cidadania que estaremos discorrendo nos próximos capítulos.

Separatriz 2

Apesar de, etimologicamente, moral (*mos* – latim) e ética (*ethos* – grego) apresentarem o mesmo significado – conjunto de princípios ou padrões de conduta –, historicamente foram incorporando significações diferenciadas. Em filosofia, moral refere-se ao conjunto de princípios, crenças e regras que orientam o comportamento individual em sociedade; e ética refere-se à reflexão crítica sobre a moral, característica inerente ao ser humano (FIGUEIREDO, 1999).

Logo, o conteúdo moral ganha concretude no interior de cada contexto sócio-histórico, cabendo ao indivíduo posicionar-se livre e responsabilmente diante do conjunto de valores aceitos pela sociedade. A ética, enquanto capacidade de estabelecer juízos, possibilita que estes valores sejam alterados. Exemplificando, se a mulher era vista e aceita como um ser humano inferior na Grécia antiga, hoje ela é, pelo menos para boa parte da cultura ocidental, igual e cidadã, sendo condenável qualquer atitude de discriminação e opressão masculina. Evidentemente, estas mudanças não são simples e lineares, já que significam conquistas em defesa dos valores considerados justos para uma dada coletividade.

O mesmo pode ser dito sobre a questão ambiental. Particularmente para o Ocidente, antes da reflexão ambientalista, a natureza era vista como objeto passivo de domínio e os seres vivos objeto de uso e preservação segundo as necessidades e interesses humanos. Atualmente, através do que vem sendo denominado de *ética ecológica*, estes valores são questionados por diferentes movimentos sociais e no bojo do conhecimento científico, buscando-se o reconhecimento de que: (1) a vida é um direito primordial; (2) a natureza, no processo dinâmico de reprodução da vida, nos impõe limites; (3) todas as formas vivas merecem respeito; e (4) os modelos de desenvolvimento não podem se basear apenas no presente, ignorando a obrigação de se garantir a possibilidade de sobrevivência para aqueles que estão por vir.

Os autores que trabalham com uma abordagem ambiental da ética formam dois blocos de pensamento no que se refere ao nosso “retorno à

natureza”. Um, defende que os seres vivos não-humanos possuem direitos em si e não em função das necessidades humanas, implicando atitudes que vão desde uma visão integradora humanidade-natureza, sob um prisma ecocêntrico, até concepções fascistas, para as quais a Terra só voltará ao equilíbrio com a eliminação de nossa espécie. O segundo bloco entende que a vida deve ser o direito primordial, mas a definição de seu significado é uma condição humana. Esta linha gera duas possibilidades: um humanismo antropocêntrico-individualista, em que a preservação faz sentido em detrimento das necessidades humanas; e um humanismo ecológico, no qual se pressupõe que a capacidade de estabelecer juízo de valor é humana, sendo possível constituir uma ética que valoriza a vida em si, não exclusivamente em função de nossos interesses, mas através de uma compreensão e contemplação da vida em seu sentido mais profundo.

Contudo, os autores convergem em um ponto: o atual sistema de valores de nossa civilização propicia modelos de desenvolvimento que são insustentáveis (GRÜN, 1996). Assim, independentemente da orientação teórica e política que se adote, a ética ecológica é a *mb* reflexiva que permite que, mesmo inseridos em uma cultura consumista, individualista e de valorização da frivolidade, passemos a questionar esta própria cultura. É neste ponto que entra a educação.

Teoricamente, define-se a educação como uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade. Atua, portanto, sobre a vida humana em dois sentidos: (1) desenvolvimento das forças produtivas; (2) construção e reprodução dos valores culturais (BRANDÃO, 1986). Estas finalidades se materializam em dois processos simultâneos ao ato educativo:

- a) Transmissão e assimilação do conhecimento científico, popular, religioso e laico e dos aspectos técnicos desenvolvidos como parte de um contexto social. No campo do ensino formal, um direito humano de grande significado em sociedades complexas, o domínio do conhecimento técnico-científico confere ao indivíduo maior consciência de si mesmo e capacidade de intervir de modo qualificado no ambiente.

- b) Estabelecimento de relações sociais na escola, família, trabalho ou comunidade, possibilitando que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade, entendendo sua inserção social e construindo a base de respeitabilidade para com o próximo – é o que se entende por processo de socialização.

Assim, antes de ser um procedimento formal de escolarização, a educação é um processo livre de relação entre pessoas e grupos, que busca maneiras para se reproduzir e recriar aquilo que é comum, seja como trabalho ou estilo de vida, a uma sociedade.

A noção implícita de educação nas sociedades complexas até o início da modernidade era a de que esta servia à sociedade governada por nobres – possuidores de “direitos divinos”, algo que terá mudança significativa a partir do século XVII. A questão posta foi: a educação não pode ser apenas para tornar o indivíduo apto para o convívio social e para o trabalho, segundo normas preestabelecidas, mas para formá-lo como cidadão ativo, sujeito capaz de conviver em sociedade – isto é, de decidir sobre como deve ser a sociedade em que se quer viver. Cidadão, neste momento, deixa de ser a elite que pode participar das decisões políticas e passa a ser qualquer indivíduo, entendido como agente de transformação da história.

Na atualidade, isto se busca de diferentes formas, com diferentes ênfases, segundo a perspectiva assumida: universalização do ensino fundamental, qualificação profissional (em serviço ou não), fim do analfabetismo, acesso universal aos meios tecnológicos informacionais, fim de qualquer forma de discriminação de gênero, etnia, cor e opção sexual, entre outras coisas.

No Brasil, esta busca esbarra em questões relativas à estrutura do ensino regular e ao próprio sentido que a educação assume para a sociedade. Ainda que se observem avanços reais nos últimos anos no que se refere à expansão do ensino regular, o dado de realidade é que o país ainda se encontra em posição modesta em termos de desenvolvimento humano, se for considerado o IDH (saúde, educação e expectativa de vida) do PNUD/ONU como parâmetro.

Alguns dados apresentados pelo IBGE (2000), através da PNAD de 1999, ilustram o quadro atual:

- 13,3% da população são de analfabetos absolutos;
- 29,4% da população são de analfabetos funcionais;
- há grande discrepância no acesso ao ensino regular entre brancos e negros. Entre as pessoas com 12 anos ou mais de estudos, os brancos apresentam índice quatro vezes superior aos negros (10,9% contra 2,8%);
- há enorme discrepância entre as regiões, com acentuados problemas no Norte e Nordeste. Por exemplo, o índice de 26,6% de analfabetismo absoluto no Nordeste é 129% maior que na Região Norte e 241% maior que nas regiões Sul e Sudeste;
- a população etária compreendida entre 20 e 24 anos possui escolaridade média de 7,5 anos, bem abaixo dos 13 anos recomendados internacionalmente;
- 30% dos alunos matriculados na primeira série do ensino fundamental abandonam a escola ou são reprovados;
- 50% das crianças com 10 anos e 70% das que estão com 14 anos se encontram em situação de defasagem série-idade.

Além disso, o Sistema de Avaliação da Escola Básica (SEAB) revela que houve queda na qualidade do ensino, mesmo considerando os investimentos do MEC junto ao ensino fundamental, o que reforça a tese de que a educação no país ainda não é, de fato, a expressão de um direito inalienável de qualquer ser humano.

2.1 Educação ambiental

A educação, e seu significado político e social no Brasil, tem de ser levada em consideração quando pensamos em educação ambiental. Afinal, um aspecto elementar precisa ser definitivamente incorporado pelos que trabalham na área: **educação ambiental é educação** e é dentro desta perspectiva que devemos compreendê-la. Entretanto, sua prática descontextualizada, sem respeitar princípios pedagógicos, gera resultados inócuos e, muitas vezes, duvidosos em termos qualitativos.

O modo como se realiza a educação e as diferentes compreensões da relação sociedade-natureza, inerentes ao paradigma ecológico, não nos

permitted to define a unique environmental education, but a complex miriade constituted by ecological subjects distinct, with paradigmatic views of nature and society, in a network of interests and interpretations in permanent conflict and dialogue (CARVALHO, 2001).

Within this broad scenario in which we move, and in the scope of the interface citizenship-environment, environmental education is defined as a pedagogical practice that has as its purpose the construction of values, concepts, skills and attitudes capable of enabling the understanding of reality of life and the lucid and responsible action of social actors individual and collective in the environment. It contributes to the implementation of a civilizational pattern distinct from the current, based on a new ethics of the relationship society-nature.

In this way, we can affirm that for the real transformation of the crisis scenario in which we live, environmental education is defined as a strategic element in the formation of a broad critical consciousness of social relations that situate the human insertion in nature (LOUREIRO, 2000). Consciousness in the sense proposed by Paulo Freire (1983), which implies the dialogical movement between the critical unveiling of reality and the transformative social action, according to the principle that human beings educate each other and are mediated by the world.

Objetivos da educação ambiental



FONTE – DIAS, 2000, p. 111

No acompanhamento de projetos em todo o país, observamos que uma das maiores incongruências existentes no modelo de educação ambiental predominante reside no entendimento dicotômico da categoria sociedade-natureza (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2000), expressos no: (a) *naturalismo*, em que os problemas são abordados como se o contexto histórico não os situassem; (b) *tecnicismo*, em que as soluções técnicas e de manejo dos recursos naturais são apontadas como capazes de resolver os dilemas atuais, subdimensionando os aspectos políticos, econômicos e ideológicos que contextualizam as opções tecnológicas e seus desdobramentos sociais; e (c) *romantismo ingênuo*, defendido por aqueles que buscam o que é “ecologicamente correto”, mas desconsideram a própria dinâmica da natureza e a ação humana sobre esta. Sua produção apresenta evidências de que se propõem a sacralizar o ambiente e, por isso, o ser humano é representado abstratamente como um agente nefasto.

Exemplo evidente e clássico deste posicionamento equivocado, sob a ótica da cidadania, são os projetos escolares de Coleta Seletiva de Lixo. Em grande parte estes acabam, intencionalmente ou não, reproduzindo uma educação ambiental voltada para a reciclagem, sem discutir a relação produção-consumo. Premiam a instituição ou o aluno pelo volume coletado e encaminhado às empresas de reciclagem, mas não abordam quais são os maiores beneficiários deste processo, nem a lógica do consumismo e do supérfluo, ou mesmo as percepções e simbolismos presentes no tema lixo. Assim, a solução encontrada reproduz, paradoxalmente, a exclusão social e a lógica daquilo que se diz negar – o consumismo e a cultura do descartável e do desprezível (LAYRARGUES, 2002). Ou seja, o lixo não é visto nem enfrentado como problema em sua complexidade e totalidade, mas apenas como fator de reciclagem de determinados recursos, favorecendo mais a certos setores sociais do que ao conjunto da sociedade e ao ambiente.

Em síntese, a educação ambiental envolve a compreensão de que o processo educativo é composto por atividades integradas formais, informais e não-formais, estando fundamentada numa concepção pedagógica norteada pelos seguintes princípios (QUINTAS, 2000):

- Educação como mediadora de conflitos entre atores sociais que agem no ambiente, usam e se apropriam dos recursos naturais de modo desigual.

- Percepção do problema ambiental como questão mediada pelas dimensões econômicas, políticas, simbólicas e ideológicas, que determinam a sua compreensão cognitiva.
- Entendimento crítico e histórico das relações existentes entre educação, sociedade, trabalho e natureza.
- Desenvolvimento da capacidade de usar saberes para agir em situações concretas do cotidiano de vida.
- Preparação dos sujeitos da ação educativa para se organizar e intervir em processos decisórios nos diferentes espaços de participação existentes no Estado brasileiro.

Tais princípios se realizam pela adoção de procedimentos participativos e dialógicos, cognitivo-conteudistas e lúdicos, a fim de que, pelo processo educativo, educador e educando possam (QUINTAS, op. cit.):

- conhecer a realidade, num processo de sistematização, reflexão e ação;
- fortalecer a ação coletiva e organizada;
- articular diferentes saberes na busca de soluções de problemas;
- compreender a problemática ambiental em toda a complexidade.

As esferas de inter-relação em educação ambiental



FONTE – SAUVÉ, ORELLANA, apud SATO, SANTOS, 2001

Longe de ser uma educação temática, a educação ambiental é uma dimensão essencial do processo pedagógico, situada no centro do projeto educativo de desenvolvimento humano e definida a partir do paradigma ecológico e do entendimento do ambiente como uma realidade vital.

2.2 Cidadania ecológica

Em sintético recorte histórico, verificamos que os primórdios da noção de cidadania, na Grécia clássica, cerca de seis séculos antes de Cristo, demonstram conotação diversa da existente nos Estados modernos. Longe de ser uma concepção universal, o conceito de cidadão referia-se àquele que participava da formação do governo – inferência na esfera pública, da qual eram excluídos, dentre outros, escravos e mulheres. Na Idade Média, a cidadania continua sendo um privilégio de poucos, só que ao lado dos nobres, príncipes e imperadores, encontram-se os padres, bispos e o papa, em função da ascensão do poder da Igreja. Contudo, não mais era servo aquele que não pertencia a tais grupos, pois desde o momento em que o indivíduo morasse por mais de um ano em uma cidade, ganhava a condição de livre. Portanto, havia uma possibilidade de se sair da posição de escravo, mesmo que isto não implicasse ser um cidadão.

A modernidade traz a idéia racional de direitos universalmente válidos, e também um avanço fundamental: cidadão é o indivíduo livre que tem a seu alcance uma série de direitos e responsabilidades e o estado de liberdade é a condição em que todos estão inseridos em igualdade, e não mais um privilégio de poucos (COUTINHO, 1997).

Apesar do sentido transformador que a caracteriza, a noção moderna-naturalista do século XVIII mostra-se equivocada e restrita por sua a-historicidade, pois ignora a procedência social. Os direitos não são dados, mas conquistados; a garantia formal e legal não implica que a igualdade seja praticada e o que já foi entendido como válido hoje poderá não mais o ser e vice-versa.

Dessa forma, uma importante ruptura no campo conceitual foi a contribuição de Marshall (1967), ao oferecer uma perspectiva

processual e sistematizar a cidadania em direitos civis e políticos (de primeira geração) e direitos sociais (de segunda geração). Para o autor, que utilizou como realidade analítica o *Welfare State* inglês, os direitos civis surgiram no século XVIII, como correspondência aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir e de segurança. São os que garantem a autonomia do indivíduo frente ao Estado. Os direitos políticos, obtidos no século XIX, referem-se à liberdade de associação, de organização política e eleitoral. Os direitos sociais, conquistados no século XX, vinculam-se ao direito ao trabalho, à educação, à saúde, à aposentadoria e ao sistema previdenciário.

Um aspecto a ser problematizado nesta teoria marshaliana é a perspectiva seqüencial e cumulativa da cidadania, que não expressa a dinâmica da sociedade, os conflitos, avanços e retrocessos nesse campo dos direitos. O Brasil é um caso exemplar. Em consequência de uma política autocrática e assistencialista, os direitos sociais foram formalmente concedidos antes mesmo de alguns direitos políticos e civis (CARVALHO, 2001). O resultado disso foi que a existência de garantia legal não propiciou a obtenção dos direitos de fato, até pela falta de uma cultura cidadã que garantisse a sua efetivação.

A livre expressão cidadã e democrática exige o acesso justo aos bens produzidos, a superação de padrões de Estado ditatoriais, assistencialistas e paternalistas, que inibem a participação, e a ruptura com modelos econômicos que criam uma tradição cultural de submissão às necessidades do mercado (DEMO, 1996). Assim, o conceito de cidadania diz respeito à

capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humanas abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1997, p. 146).

A cidadania é, portanto, algo que se constrói permanentemente e que se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade. O desafio para a consolidação de uma cidadania substantiva reside na capacidade de publicizar as instituições governamentais; estabelecer

práticas democráticas cotidianas; e promover uma escola capaz de levar o aluno a refletir sobre seu ambiente de vida.

Qual seria, então, o papel da cidadania ecológica, cerne da educação ambiental?

Em um contexto globalizado, o conceito de cidadania vem incorporando outras dimensões e significados. Passou a ser urgente a busca de mecanismos efetivos de participação que tragam para o âmbito dos direitos o senso de responsabilidade cívica com ênfase nas questões de humanidade (gênero, ambiente, minorias, fome, exploração infantil, analfabetismo, doenças epidêmicas, entre outras). No mundo contemporâneo, o conceito de cidadania envolve complexos conjuntos de direitos e responsabilidades sociais não mais limitados ao Estado-Nação, e sim pensados, produzidos e reproduzidos em sentido global.

Ecocidadania, cidadania planetária ou cidadania ecológica é um conceito utilizado para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa do direito a esta em um mundo sem fronteiras geopolíticas. Nesse conceito, amplia-se o destaque ao sentimento de pertencimento à humanidade e a um planeta único.

Contudo, cabe transcrever uma esclarecedora colocação:

(...) para que se possa falar na construção de uma **cidadania planetária**, é necessário avaliar se as práticas destas múltiplas redes de movimentos estão caminhando para **humanizar a natureza** – construindo direitos sociais e ambientais – **de forma histórica** – garantindo a partir do presente a sustentabilidade do futuro – **sem fronteiras** – no sentido de se referenciar ao conjunto dos povos – e **radicalmente democrática** – articulando requisitos de igualdade (justiça social), de liberdade (expressa na diversidade cultural) e de compromisso com o coletivo na gestão pública (SCHERER-WARREN, 1999, p. 77).

Na atualidade, o conceito de cidadania, além dos aspectos relativos ao acesso e uso de bens e riquezas produzidos e da participação política

na definição do que é comum, possui um terceiro componente: o consumidor livre e racional em suas opções e exigente quanto à qualidade do que adquire. Nessa ótica, a competitividade e a liberdade individual de escolha no mercado também são um caminho para a expressão cidadã conquistada (KYMLICKA, NORMAN, 1996). Uma manifestação de amadurecimento do indivíduo em sua capacidade de decidir, querer e exigir produtos adequados.

Todavia, há de se ter uma permanente preocupação em manter equilibradas as três dimensões do exercício da cidadania. Os direitos individuais devem estar acoplados aos sociais e ao bem comum. Além disso, os limites que o ambiente impõe e a impossibilidade de expandir a todos o conforto que os bens de consumo propiciam, geram uma necessária compreensão solidária e coletiva que muitas vezes os enfoques individualistas de cidadão-consumidor ignoram. O dado de realidade preocupante é que o aumento hipotético de liberdade pessoal, em função do acesso às informações e de poder de escolha individual, coincide com o aumento da fragilização do poder de decisão pelo coletivo. Uma vez que não se consegue traduzir as preocupações pessoais em públicas, “as únicas queixas ventiladas são um punhado de agonias e ansiedades pessoais que, no entanto, não se tornam questões públicas apenas por estarem em exibição pública” (BAUMAN, 2000, p. 10).

Logo, a expressão da cidadania plena e ecológica é uma resposta à colonização do “mundo da vida” pela racionalidade econômica e instrumental, com o objetivo de se constituir instâncias coletivas de diálogo e atores sociais individuais e coletivos que saibam agir com consciência e responsabilidade social, em diferentes escalas (local, regional, nacional e global) e sob novo modo de se relacionar com e na natureza (GOLDBLATT, 1996).

Separatriz 3

Em termos cronológicos e mundiais, a primeira vez que se adotou o termo educação ambiental foi em um evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965 (ARRUDA, 2001). Tornou-se um campo específico em 1975, com a realização do I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado. Este evento se constituiu em um dos desdobramentos das discussões ocorridas na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em 1972, na qual constou, através da recomendação 96 e do princípio 19, a necessidade de se inserir a discussão acerca do ambiente na educação. No I Seminário foram estabelecidos os princípios referenciais para as diretrizes definidas na Conferência Intergovernamental realizada em Tbilisi, 1977, consensualmente adotadas internacionalmente. Eis como se definem a orientação central e compreensão do que é a educação ambiental:

É a educação dirigida ao crescimento de uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e seus problemas associados, e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, modificações e compromissos de trabalhar individual e coletivamente para a solução dos problemas atuais e a prevenção dos problemas futuros (UNESCO, 1976).

Diversos eventos ocorreram desde então. Podemos mencionar, dentre outros, o Seminário Educação Ambiental para a América Latina (Costa Rica, 1979) e o Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental (Argentina, 1988), que reforçaram a necessidade de preservação do patrimônio histórico-cultural e a função da mulher na promoção do desenvolvimento local e da cultura ecológica. O Congresso Internacional de Educação e Formação Ambientais (Moscou, 1987), ao avaliar os avanços obtidos e ratificar as diretrizes de Tbilisi, enfatizou o estímulo à organização de redes de informação e comunicação entre os profissionais, além de ter defendido a capacitação de profissionais de nível técnico como essencial a uma intervenção instrumental compatível com parâmetros sustentáveis. A Jornada Internacional de Educação

Ambiental (Rio, 1992), paralela à Conferência Oficial na Rio '92, na qual foi produzido o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que expressa com clareza o que educadores de países de todos os continentes pensam em relação à educação ambiental. A Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade (Thessaloniki, 1997) considerou prioritárias a formação de professores, a produção de materiais didáticos e a realização de encontros de menor porte para a troca de experiência entre educadores. E destacamos, por fim, o Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundaria (Chosica/Peru, 1976), que apresenta uma das mais completas definições de educação ambiental:

La Educación Ambiental es la acción educativa **permanente** por la cual la **comunidad educativa** tiende a la **toma de conciencia de su realidad global**, del tipo de relaciones que los hombres establecen entre sí y con la naturaleza, de los problemas derivados de dichas relaciones y sus causas profundas. Ella desarrolla, mediante una práctica que vincula al educando con la comunidad, valores y actitudes que promoven un comportamiento dirigido hacia la transformación superadora de esa realidad, tanto en sus aspectos naturales como sociales, desarrollando en el educando las habilidades y aptitudes necesarias para dicha transformación (UNESCO, 1976a, p. 10).

Nesses eventos foi definido um conjunto de pressupostos teóricos, os quais podem ser estruturados em cinco eixos (LOUREIRO, 2001), que são:

Unidade ecológica/Ambiente como totalidade

Este pressuposto está relacionado com a compreensão da educação ambiental em termos filosóficos, conforme o descrito acerca do paradigma ecológico no capítulo 1. Na busca de ruptura com princípios positivistas, afirma:

- Nenhum elemento possui identidade e existência fora do ambiente, entorno ou contexto de sobrevivência
- A obtenção de conhecimentos depende da participação dos indivíduos nos processos existentes

- A capacidade de síntese é tão importante quanto a de análise, pois se parte do princípio de que tudo está interconectado e que para se conhecer algo é necessário procurar compreender sua origem e finalidade
- O Universo é uma realidade que se auto-organiza.

Saber trabalhar com o movimento que constitui a própria vida é a condição de possibilidade para superar o pensamento linear e compreender que a realidade é dinâmica e diversa. Isso traz para a educação ambiental um caráter flexível, dialógico e construtivo, posto que não se baseia em nenhum princípio rígido ou verdades absolutas.

Interdisciplinaridade

A educação ambiental foi discutida como disciplina, no Brasil, durante a década de 1970 e até meados dos anos 1980. Entretanto, nessa época, verificava-se pouco aprofundamento teórico e, em consequência, confundia-se conceitualmente educação ambiental com o ensino de conteúdos da ecologia.

Após a superação do enfoque disciplinar, adotou-se um enfoque multidisciplinar, isto é, o de tematizar o ambiente no campo de cada disciplina. Essa mudança pode ser entendida à luz dos Anais do 2º Simpósio de Educação Ambiental, realizado em Santos (SP), em 1986. A partir de meados da década de 1980, a interdisciplinaridade passa a ser central, recuperando uma antiga discussão nas ciências humanas e sociais.

A interdisciplinaridade pressupõe a reciprocidade, a mutualidade e o fim da compartimentalização, tendo em vista uma percepção integral do ser e a compreensão do humano enquanto parte da natureza.

No auge do debate interdisciplinar, a declaração de Gusdorf, em prefácio de um dos livros clássicos de Hilton JAPIASSÚ (1976), exemplifica a crítica à visão tradicional de construção do saber científico e laico:

Só que tais verdades (as cartesianas), desligadas de toda referência à figura humana, são verdades que se enlouqueceram. Devemos considerar como alienada e alienante toda ciência que se contenta em

dissociar e em desintegrar o seu objeto. É absurdo, é vão, querer construir uma pretensa ciência do homem, se tal ciência não encontra na existência humana sua plenitude concreta, seu ponto de partida e seu ponto de chegada (p. 20).

Em termos estritamente conceituais, temos a seguinte classificação:

- **Multidisciplinaridade** – Aproximação entre conteúdos e métodos de disciplinas diversas de áreas distintas. Como, por exemplo, a integração entre matemática e história.
- **Pluridisciplinaridade** – Enfoque semelhante ao anterior, só que realizado entre disciplinas próximas em termos de área de conhecimento.
- **Interdisciplinaridade** – Interação real entre disciplinas, independentemente da área de origem. Há diferentes níveis, indo desde a utilização de métodos e incorporações teórico-conceituais de outras disciplinas, até a aproximação inerente ao fato de duas ou mais disciplinas possuírem domínios de estudo que estabeleçam afinidade e diálogo.

A interdisciplinaridade se caracteriza pela **intensidade das trocas** entre os especialistas e **pelo grau de integração real** das disciplinas, no intervir de um projeto específico (...) (JAPIASSÚ, op. cit., p. 74).

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade visa à construção conjunta a partir da interação conceitual, metodológica, de ensino e pesquisa, sendo capaz de produzir uma linguagem comum sem perda do que é específico de cada disciplina.

A atitude interdisciplinar de recusa à prática fragmentária e onipotente das disciplinas está intimamente relacionada com as propostas inclusivas de educação, ao afirmar que a pulverização do saber não nos conduziu à compreensão da presença humana no mundo.

A proposta interdisciplinar não nega a importância da especialização, que ajuda e aprofunda a compreensão dos fatos, mas entende que esta faz parte de uma interpretação global, histórica e social. Isto não significa se especializar

- a) Melhor capacitação, fornecendo informações em uma perspectiva de compreensão dos fatos em suas múltiplas inter-relações e respeitando-se a diversidade de opiniões que representam a totalidade
- b) Estímulo à visão crítico-constructiva, objetivando alterações concretas por meio de uma análise dialética dos acontecimentos
- c) Estímulo à educação permanente, entendida como a capacidade de o indivíduo se educar em diferentes contextos pedagógicos
- d) Novo tipo de compreensão do mundo em sua complexidade, conduzindo, quem a vivencia, à busca da qualidade de vida em sua própria atitude cotidiana.

Participação ²

A participação forma, juntamente com a interdisciplinaridade e a unidade ecológica, o tripé da educação ambiental. Participação é igualdade de poder no processo, respeito pelas experiências acumuladas por cada indivíduo e construção coletiva em busca da cidadania plena.

Com efeito, participação é o processo histórico de conquista da autopromoção. É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é a participativa, ou seja, com o teor menor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão. No cerne dos desejos políticos do homem está a participação que sedimenta suas metas eternas de autogestão, de convivência (DEMO, 1988, p. 23).

Participação é um dos termos mais referidos tanto em discursos de organismos multinacionais e empresas transnacionais quanto em movimentos sociais revolucionários, passando por governos e ONGs.

Para GOHN (2001), três concepções fundantes auxiliam-nos a entender um vasto campo de disputa e composição entre projetos de participação para a sociedade: a liberal, a revolucionária e a democrática radical.

² Aqui o enfoque é conceitual, pois a explicitação deste pressuposto, em termos de sua possibilidade de concretização, será apresentada nos capítulos seguintes.

A concepção liberal está baseada num movimento espontâneo dos indivíduos, vistos como iguais, sem que sejam consideradas relevantes as diferenças de classe, gênero ou étnicas. A participação é inerente aos desejos e escolhas racionais da liberdade individual humana e decorre do espírito, não tendo relação de determinância com os interesses derivados do posicionamento na sociedade. Fortalecer a sociedade civil não significa torná-la parte orgânica do Estado, mas enfatizar sua dimensão independente, evitando as ingerências deste na vida privada. Assim, o que se busca é o aprimoramento dos canais de comunicação e de acesso à informação, garantindo aos indivíduos os meios que lhes permitam a plena e lúcida capacidade de escolha. A concepção revolucionária entende a participação como um processo de organização popular na luta contra as relações de dominação e o modo como o poder está distribuído em uma sociedade de classes. Os caminhos para o enfrentamento podem ser os institucionais e legais ou os paralelos, em busca de rupturas revolucionárias. Os partidos são aparatos de organização por excelência e a democracia representativa deve ser substituída pela democracia direta, sendo essenciais, para isso, a criação e experimentação de estruturas coletivas alternativas.

A concepção democrática radical visa ao fortalecimento da sociedade civil em favor de uma ordem social mais justa e igualitária. Diferencia-se da concepção revolucionária porque não pressupõe a centralidade dos partidos de massa. Os movimentos sociais, sindicatos, ONGs e outras formas associativas têm papel relevante na construção do processo plural de hegemonia. Os sujeitos sociais não são os indivíduos abstratos da concepção liberal e nem exclusivamente os membros de uma classe social, mas os cidadãos, os quais são definidos por suas relações de classe e também de gênero, etnia, orientação sexual, grupo etário etc.

Ainda neste esforço de definir o sentido de participação, alguns princípios merecem destaque (BORDENAVE, 1995):

1. Pode ser entendida como uma necessidade biológica, uma vez que o ser humano só sobreviveu como espécie por meio do desenvolvimento de sua capacidade de vida coletiva e em sociedades organizadas.

2. Justifica-se por si mesma, não por seus resultados. Sendo uma necessidade e uma conquista cidadã, deve ser promovida mesmo quando isto resulta em perda de eficiência operativa.
3. É um processo de conscientização e de compartilhamento de poder e responsabilidades.
4. É algo que se aprende através de sua promoção.
5. É facilitada com a organização social e a criação de fluxos de comunicação.
6. Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar. Nem todas as pessoas participam da mesma maneira.
7. Pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los. Logo, não é uma panacéia, mas um processo inclusivo e educativo no tratamento e explicitação de problemas, e não a solução em si destes.

Participação é promoção da cidadania, realização do sujeito histórico, instrumento por excelência para a construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo, classe, comunidade e local. Num certo sentido rousseauiano, a participação é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade de o indivíduo ser “senhor de si mesmo”. Como diria BAUMAN (2000), uma sociedade aberta, democrática e pluralista é aquela capaz de definir os seus limites, isto é, quando os atores individuais ou coletivos tomam consciência do significado da vida em sociedade.

Adequação do processo educativo à realidade cotidiana

Para se chegar à compreensão dos problemas nacionais e internacionais, deve-se partir do cotidiano, possibilitando a construção de um sentido coerente no discurso ambiental para os educandos (do concreto para o abstrato). É preciso construir um senso de pertencimento a uma comunidade, a uma localidade definida, ser um cidadão local para sê-lo no nível planetário.

Neste tópico, cumpre ressaltar também que as atividades fechadas em si mesmas, se não forem articuladas como processos educativos, não passarão do plano da sensibilização ou da instrumentalização para o melhor

uso dos recursos naturais. É evidente que, em um projeto, não temos condições de trabalhar todos os espaços pedagógicos e abordar a teia de problemas existentes em um ambiente; porém, mesmo a partir de algo específico, não podemos perder de vista os princípios e fundamentos da educação ambiental, sabendo relacionar os diferentes aspectos que constituem a totalidade.

Sensibilização e aquisição de conhecimentos e habilidades

Este pressuposto, para ser melhor compreendido, pode ser apresentado de modo esquemático:

- O primeiro passo no processo educativo é sensibilizar, chamar a atenção e mobilizar para um dado problema, que só o é à medida que é aceito como tal.
- Para poder agir sobre um problema definido, é preciso antes conhecê-lo (origem, condicionantes, impactos etc.).
- Contudo, para mudar a realidade confrontada não basta estar mobilizado e saber a sua complexidade. É preciso ser capaz de agir, estar devidamente instrumentalizado para isto, criando habilidades e competências.

Entretanto, além de observar esses procedimentos, é fundamental que o cidadão disponha de dois outros recursos: condições materiais para agir e o estímulo coletivo necessário. Desse modo, torna-se evidente a pertinência de todos os pressupostos articulados em um mesmo processo educativo.

Após essas considerações, podemos dizer que a educação ambiental tem como diretrizes principais as definidas em Tbilisi:

- a) considerar o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo ser humano;
- b) constituir um processo contínuo e permanente, começando pela educação infantil e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal;
- c) aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;

- d) examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
- e) concentrar-se nas situações ambientais atuais tendo em conta a perspectiva histórica;
- f) insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;
- g) ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- h) destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em conseqüência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;
- i) utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

3.1 Educação ambiental no Brasil

Em termos oficiais, no Brasil a educação ambiental é referida pela primeira vez, com maior destaque, na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, sobre meio ambiente, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, onde se lê que compete ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Nos anos 1970 e 80, o que se verificou foi a adoção de medidas educativas voltadas para a conservação dos recursos naturais e, nesse âmbito, a proposta de mudanças comportamentais individuais; por sua vez, os sistemas de ensino incluíram a educação ambiental no currículo como disciplina, caracterizada por um conteúdo composto por princípios e noções da ecologia. Nessa época também foram recorrentes ações promovidas por instâncias técnicas vinculadas à área de meio ambiente *stricto sensu*, mas sem a participação de órgãos de educação. Entretanto, só nos anos 1990 a

prática da educação ambiental passou a basear-se em determinados princípios, sintonizados com as diretrizes mundiais para a área. Assim, na última década o governo federal tentou estabelecer diretrizes nacionais compatíveis com uma abordagem sócio-histórica.

Em 1994, foi lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA (MEC) em convênio entre o Ministério da Educação e o do Meio Ambiente, e participação do Ministério da Cultura e o da Ciência e Tecnologia, com o propósito de buscar consolidar a educação ambiental como política pública. Constituiu-se em um documento de grande relevância, não somente por ser a primeira iniciativa governamental nesse domínio, mas por significar o reconhecimento por parte do MEC de que este era um tema institucional e politicamente marginal até então. O PRONEA foi definido por meio de sete linhas de ação: (1) educação ambiental através do ensino formal (capacitar os sistemas de ensino formal, supletivo e profissionalizante); (2) educação no processo de gestão ambiental (sensibilizar e apoiar gestores públicos e privados para agir em concordância com os princípios da gestão ambiental); (3) realização de campanhas específicas de educação ambiental para usuários de recursos naturais (conscientizar e instrumentalizar usuários de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade no processo produtivo e a qualidade de vida das populações); (4) cooperação com os que atuam nos meios de comunicação (possibilitar-lhes condições para que contribuam para a formação da consciência ambiental); (5) articulação e integração das comunidades em favor da educação ambiental (mobilizar iniciativas comunitárias adequadas à sustentabilidade); (6) articulação intra e interinstitucional (promover a cooperação no campo da educação ambiental); (7) criação de uma rede de centros especializados em educação ambiental, integrando universidades, escolas profissionais, centros de documentação, em todos os Estados da Federação.

Em 1996, o MEC definiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998). O tema meio ambiente, nesse documento, é apresentado como um estudo articulado e transversal às diversas áreas de conhecimento, que impregna a prática educativa e possibilita uma visão abrangente da questão ambiental a partir de projetos pedagógicos. Nessa

perspectiva, consideram-se como prioritários o significado das ações cotidianas no local de vida, a gestão coletiva de alternativas de produção que superem o quadro de degradação, e a inserção política na sociedade, redefinindo o que se pretende por qualidade de vida e propiciando a construção de uma ética ecológica.

Os conteúdos previstos estão divididos em três blocos condizentes com os pressupostos teóricos da educação ambiental: a apreensão de que a natureza é cíclica (conhecimento da dinâmica da natureza); sociedade e ambiente (aspectos abrangentes e históricos das formas de organização humana e a relação com a natureza na definição de seus espaços de vida); e manejo e conservação ambiental (possibilidades de intervenção no ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida e à preservação dos recursos naturais).

Em 1997, em comemoração aos 20 anos de Tbilisi, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação Ambiental, com a participação de 2868 pessoas de entidades governamentais e da sociedade civil. Foi então elaborado um documento nacional, conhecido como a *Declaração de Brasília*, onde constam grandes temas com seus problemas associados e recomendações (MEC, 1997).

Nesse evento, foram consideradas como principais necessidades da educação ambiental: implementar o PRONEA; reformular os currículos do sistema formal de ensino e implementar os PCNs; definir políticas públicas integradas (governo/sociedade civil) e fundamentadas nos princípios da Agenda 21; estimular a gestão ambiental e processos de desenvolvimento comunitário sustentáveis; democratizar os meios de comunicação, a fim de garantir mais espaços para a divulgação e promoção de projetos, experiências e debates acerca da questão ambiental; e motivar a mídia a ser um formador de opinião social em que a ética ecológica esteja presente.

Em 1999, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, mediante a Lei nº 9795, que, em seu art. 2º, estabelece: “A educação ambiental é um componente permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.”

Em seu artigo 3º, sobre as incumbências, determina que cabe “ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente”. E “à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais”.

Como conclusão, destacamos que a educação ambiental, além do conhecimento do cenário global, que forma o contexto em que se dá a atuação pedagógica, trabalha os problemas específicos de cada grupo social ou comunidade, principalmente quando se tem por finalidade básica a gestão ambiental. Os grupos sociais possuem peculiaridades ligadas à situação particular de seus ambientes, ao modo como interagem neste e à percepção qualitativa dos problemas. A partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades, instauram-se os processos de apropriação e uso do patrimônio natural e realizam-se os atos educativos voltados para a gestão democrática do ambiente (LOUREIRO, 2002).

Separatriz 4

“Como qualquer texto, este ensaio elege seus interlocutores: os que militam nos movimentos ecológicos e os que se identificam com eles sabem o porquê do emprego desse plural. Tento aqui estabelecer um diálogo com esses companheiros, com vistas a trazer alguma contribuição para o desenvolvimento de nossas lutas. Em suma, trata-se de um esforço no sentido de apontar a complexidade e a diversidade daquilo que constitui os movimentos ecológicos”. Assim inicia-se a obra *Os (des) caminhos do meio ambiente*, de Carlos Walter Porto GONÇALVES (1989), que se caracteriza pelo mérito de ser um pioneiro esforço para romper uma equivocada percepção que resiste ao longo do tempo: a idéia de que o pensamento e o movimento ambientalistas se conjugam no singular. Idéia essa absorvida e cristalizada na própria educação ambiental. Nos acostumamos a vê-la monoliticamente no singular, como uma possibilidade de se recorrer a uma única pedagogia relativa ao meio ambiente. É nesse sentido que as palavras de Carlos Walter se prestam a iniciar este capítulo, cujo propósito é apenas o de ressaltar a existência de uma multiplicidade de possibilidades e interesses que perpassam não apenas o pensamento do(s) movimento(s) ambientalista(s), como também a(s) prática(s) pedagógica(s) relativa(s) ao meio ambiente.

Frente à crise ambiental, não tardaram as tentativas de classificação das reações de modo binário e excludente, cuja argumentação dualisticamente defendia as forças ecológicas e atacava as forças desenvolvimentistas. Inicialmente as posições antagonizaram as disciplinas *ecologia* e *economia*, de modo superficial e baseadas numa argumentação meramente semântica, em que a ecologia se destinava ao estudo da casa, e a economia, à gestão da casa, não fazendo sentido, portanto, ocorrer não só a dissociação entre ambas, mas, sobretudo, a subordinação da ecologia à economia. O debate desdobrou-se posteriormente com contornos mais nítidos, porém ainda em termos binários, a exemplo da posição de Vandana SHIVA (1991), que defende a *natureza* como princípio organizativo da vida,

em contraposição ao *mercado* como princípio organizativo da produção, ou dos trabalhos de Enrique LEFF (1993), a respeito da mesma posição binária, entre uma racionalidade *ecológica* e outra *econômica*.

Mas, se é verdade que a atual crise ambiental colocou as *forças desenvolvimentistas* clássicas em antagonismo e oposição às *forças sustentabilistas* – que, de excludentes num primeiro momento, passaram logo depois a compartilhar certas vias de convergência, fundindo-se para criar o desenvolvimento sustentável –, não é tão verdadeiro assim que atualmente exista uma nítida e explícita fronteira que separe e demarque de modo categoricamente binário esses dois territórios. O que se verifica no real, além dessa didática, mas limitada classificação, é, além de um gradiente de possibilidades entre esses dois extremos, a interpenetração desses gradientes entre si, tornando infrutífera qualquer tentativa de sistematizar uma classificação, posto que reduz o real a um empobrecedor dado instantâneo. O que torna complexo esse cenário aparentemente simples é a imbricação de outras categorias de classificação de acordo com outros critérios que definem as demais características do movimento ambientalista. O embate entre as forças sustentabilistas e as forças desenvolvimentistas produziu novos e múltiplos vetores sínteses, e não a vitória ou hegemonia pura e simples de um dos pólos sobre o outro. Nosso ponto de partida, portanto, é o reconhecimento da riqueza interna daquilo que se convencionou intitular de pensamento ambientalista no singular, apesar de plural.

Já é de domínio comum, por exemplo, a classificação efetuada por SOFFIATI (1993, 2001), que coloca as atitudes políticas frente à crise ambiental num gradiente com seis categorias:

- *Exponencialismo*: também rotulado como ‘desenvolvimentismo’, é uma posição segundo a qual há infinita continuidade do crescimento ilimitado numa base física limitada. Resiste a aceitar a existência de uma crise ambiental, e se de fato ela existir, seu enfrentamento ficaria para o futuro, pois há outros problemas mais urgentes a resolver. Aqui, a poluição é tida como um mal necessário no processo de desenvolvimento, a ser resolvida posteriormente com a riqueza gerada a partir de sua degradação. Entende ser possível e necessário exaurir a natureza, considerada

ilimitada e inesgotável, já que a tendência humana seria a artificialização da natureza, conquistando inclusive outros corpos celestes além do planeta Terra, desde que a racionalidade instrumental e a densidade tecnológica da sociedade permitam tal empreitada. Trata-se de posição tímida no discurso ativista, pois politicamente incorreta, mas vigorosa na prática.

- **Compatibilismo:** é uma tendência que, sem abrir mão dos estilos clássicos de desenvolvimento, advoga a possibilidade de efetuarlo com simultânea proteção ambiental, pois, ao contrário do exponencialismo, entende ser menos prejudicial e arriscado prevenir do que remediar. O conceito de ‘desenvolvimento sustentável’³ configura-se no ápice dessa formulação. Possui um discurso mais vigoroso do que o do exponencialismo.
- **Preservacionismo:** é a posição que consiste numa defesa intransigente da natureza e vislumbra a necessidade de se colocar a natureza e a vida selvagem em completo isolamento do ser humano. Embora pioneira, atualmente é uma perspectiva quase residual, restrita a um pequeno grupo de ativistas, que possui fortes laços com a vertente fundamentalista do movimento.
- **Conservacionismo:** é uma postura que se apresenta bastante acuada atualmente. Almeja o uso ‘racional’ e parcimonioso dos recursos naturais, protegendo-os em amostras representativas. Absorve a preocupação com as gerações futuras, mas mantém uma visão utilitarista da natureza, diferenciando-se do preservacionismo.
- **Ambientalismo:** é a tendência constituída por ativistas que não têm interesse ou tempo para efetuar reflexões mais aprofundadas sobre as causas dos problemas ambientais que querem resolver. Aproxima-se do compatibilismo, pois suas premissas teóricas permitem a conciliação com o capitalismo, configurando o que se conhece como ‘ecologia de resultado ou pragmática’. É a mais comum no momento.
- **Ecologismo:** é a corrente que não abandonou a reflexão crítica sobre as causas da crise ambiental. Aceita a visão pragmática do

³ Ver, a esse respeito, o relatório “Nosso futuro comum” da Comissão Brundtland (CMMAD, 1988).

ambientalismo desde que ela seja uma tática para a transformação do mundo, embora em outros moldes da utopia moderna ou pós-moderna.

O ambientalismo é um movimento social que se conjuga no plural, porque engloba múltiplas visões sobre a crise ambiental; múltiplas interpretações sobre as causas das questões ambientais; múltiplas percepções do relacionamento do humano com a natureza; múltiplos interesses pela preservação da natureza; múltiplas representações dos conceitos analíticos que preenchem cognitivamente tais fontes de interpretação, a exemplo de natureza, meio ambiente, problema ambiental, conflito socioambiental, entre outros.

Para ilustrar essa diversidade interna, faremos uma breve apreciação, sem pretender uma abordagem exaustiva, de algumas classificações existentes na literatura, que procuram delimitar as características definidoras desses movimentos.

Uma primeira classificação do(s) movimento(s) ambientalista(s) concerne à interpretação dessa corrente de pensamento. A rigor, desde que Lynn WHITE JUNIOR (1967) começou a analisar as raízes da crise ambiental, situando-as no terreno dos valores culturais, paradigmas e visões de mundo, temos, na origem do pensamento ambientalista, um equivalente da dicotomia *forças sustentabilistas/forças desenvolvimentistas: ecocentrismo versus antropocentrismo*. Tais correntes passaram, depois de algum tempo, a admitir pontos convergentes de tal modo que se fundiram e criaram um ‘antropocentrismo’ relativizado pela crise ambiental, por assim dizer, um ‘antropocentrismo ecológico’.

Em decorrência dessa perspectiva, o filósofo norueguês Arne NAESS (1973) cunhou o termo ‘Ecologia profunda’ (*Deep ecology*), também conhecido como ecologismo ortodoxo ou fundamentalista, em contraposição ao que chamou de ‘Ecologia superficial’ (*Shallow ecology*), esse ‘antropocentrismo ecológico’ que, por motivações utilitaristas, desenvolveu uma certa apreensão com a sobrevivência humana ante a possibilidade de uma catastrófica crise ambiental radical, absoluta e irreversível.

A doutrina ecocêntrica da ecologia profunda percebe o ser humano como sendo a natureza consciente de si, ou seja, a cultura seria a continuidade

de uma projeção evolutiva da natureza. Aqui, o humano moderno é visto como inerentemente desajustado às leis da natureza, e o humano tradicional, aos moldes do 'bom selvagem' rousseauiano, como uma entidade em perfeito equilíbrio com as leis da natureza. Manifesta um certo antiprogressismo, já que, segundo uma visão arcaísta naturalista, propõe um nostálgico retorno à natureza. A natureza, por possuir um valor intrínseco, teria sua proteção assegurada independentemente de qualquer benefício para o ser humano, mas apenas em determinadas porções do território, aquelas que pudessem ser isoladas do contato humano. Conforme esse entendimento, importa defender o preservacionismo, mas permitir, com severas ressalvas, a presença de populações tradicionais no entorno das áreas protegidas. E preconiza a idéia de uma mudança radical no âmbito dos valores, uma transição do antropocentrismo para o ecocentrismo.

Já a corrente da ecologia superficial, caracterizada pelo antropocentrismo ecológico, tem como arautos os economistas ambientais, que procuram evidenciar como os 'serviços da natureza'⁴ são úteis para a qualidade de vida humana; por isso, a natureza deve ser protegida, não pelo seu valor intrínseco, mas como uma fonte de recursos em termos de oferta de produtos e serviços. Aqui, a natureza tem um valor utilitarista instrumental, e sua proteção se dá unicamente em função do seu provimento de benefícios ao ser humano, esse entendido como o ápice da evolução. Seus expoentes propõem uma mudança reformista, por intermédio da inclusão da dimensão ecológica na vida social, basicamente através da racionalidade econômica que agora pode corrigir as falhas da economia de mercado e passa a incorporar as externalidades ambientais desde que a contabilidade ambiental se apresse a valorar a natureza.

Aqui, mais uma vez, não é possível estabelecer uma linha divisória separando as fronteiras dessas duas categorias doutrinárias, o antropocentrismo e o ecocentrismo, por causa de suas interfaces. Uma outra classificação propõe duas categorias intermediárias (VINCENT, 1995): o *expansionismo moral* (seus simpatizantes não consideram a natureza, mas apenas a fauna como valor intrínseco, manifestando-se através do

⁴ Ver, a esse respeito, Daily, G.C. *Nature's services: societal dependence on natural ecosystems*. Washington, Island Press, 1997; e Costanza, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Ecological Economics*, 25:3-15,1998.

sencientismo ou dos direitos animais) e o *holismo relutante* (seus simpatizantes advogam a idéia da teia da vida, das conexões estabelecidas entre os seres vivos que compõem a biodiversidade, mas ainda manifestam traços de uma preocupação antropocêntrica, pois sustentam o argumento de que, se um dos elos da teia da vida for rompido, todos seremos aniquilados).

Uma segunda classificação, que concerne à interpretação do pensamento ambientalista como uma ideologia política (VINCENT, 1995), guarda relações com a tipologia anterior e refere-se à perspectiva de internalização da variável ecológica na lógica dos sistemas político-ideológicos existentes vigentes ou latentes.

O *ecocapitalismo* é talvez a expressão predominante nas sociedades ocidentais, também intitulado de ‘ambientalismo progressista’, ‘capitalismo verde’, ‘capitalismo natural’, ‘ecologia de livre mercado’, ‘ecologia positiva’. Aproxima-se da tendência filosófica do antropocentrismo ecológico, ao postular que os problemas ambientais são decorrentes da incompleta privatização e mercantilização da natureza. Advoga que o mercado tem condições próprias de resolver a crise ambiental, bastando para isso que os mecanismos de mercado possam agir sem a interferência do Estado na economia. Não se contrapõe apenas a um ecossocialismo, mas também – e fundamentalmente – anacrônico modelo capitalista predatório e selvagem.

O *ecossocialismo*, também intitulado ‘ecomarxismo’ ou ‘ecologismo popular’, parte do pressuposto de que os problemas ambientais são decorrentes da organização social e do modo de produção capitalista, que tomam os recursos naturais (matéria-prima) e humanos (trabalho) como bens passíveis de apropriação e exploração à exaustão pelo capital, visando à maximização do investimento. Oferece, como perspectiva, o controle social da sociedade ou do Estado democrático sobre o mercado. Vislumbra-se aqui, com nitidez, um agudo conflito polarizando a tendência ecocapitalista, que deseja efetuar a privatização da natureza, contra a tendência ecossocialista, que deseja consolidar a natureza como um patrimônio público e coletivo.

O *ecoarquismo*, por sua vez, também conhecido como ‘ecologia social’, tem em Murray Bookchin seu principal formulador teórico, e entende que os problemas ambientais derivam de duas características presentes nas sociedades humanas: a hierarquia e a dominação. Tendo o princípio

organizativo da natureza como referência, onde entende não haver nela nenhum mecanismo de hierarquia e dominação, julga serem essas características intrinsecamente nefastas para a convivência pacífica entre humanos e natureza. Sua proposta prática de modelo societal está baseada no conceito de 'biorregionalismo'⁵.

E, por fim, há o *ecoautoritarismo*, também intitulado de 'ecofascismo', originado nos trabalhos de William OPHULS (1977), para quem a crise ambiental seria de gravidade tal que não poderia ser resolvida de forma democrática, pois os problemas ambientais seriam derivados da inércia na lentidão e da ausência de um Estado forte e interventor. Sugere, nessa perspectiva, a instauração de uma elite tecnocrática reguladora das relações sociais, capaz de enfrentar o desafio de resolver autoritariamente a crise ambiental.

Uma terceira classificação do pensamento ambientalista existente, efetuada por LEIS (1992), diz respeito à evolução da ética ecológica. Para o autor, podem existir quatro possibilidades de a ética ecológica manifestar-se:

- *Alfa* é a vertente que na relação indivíduo/sociedade possui uma orientação individualista, e na relação humano e natureza, possui uma orientação antropocêntrica. É considerada a via de entrada do ambientalismo mais realista, à medida que se apresenta compatível com os valores dominantes. Aqui, é o próprio interesse egoísta humano que o faz preocupar-se com a proteção ambiental. É nitidamente utilitarista, tal qual o antropocentrismo ecológico ou o ecocapitalismo.
- *Beta* é a vertente que na relação indivíduo/sociedade possui uma orientação comunitária, mas na relação indivíduo/natureza mantém a mesma orientação antropocêntrica de Alfa. Na medida em que prefere a cooperação ao invés da competição, distancia-se de Alfa, e combate o individualismo, a hierarquia, as desigualdades e a racionalidade instrumental, considerados valores incompatíveis com

⁵ Ver, a esse respeito, Tokar, B. *The green alter native: creating an ecological future*. San Pedro: R&E Miles, 1987, e Sale, K. *Dwellers in the land: the bioregional vision*. San Francisco, Sierra Book Club, 1985.

os princípios ecológicos. A proteção ambiental é importante desde que signifique ao mesmo tempo a resolução das injustiças ambientais, para que as classes populares e trabalhadoras, além de minorias étnicas, também sejam beneficiadas.

- *Gamma* é a vertente que na relação indivíduo/sociedade possui uma orientação individualista e na relação indivíduo/natureza passa a ter uma orientação biocêntrica. Manifesta-se por intermédio das entidades de proteção à vida selvagem em geral e da proteção aos direitos animais em particular, pois considera a igualdade dos direitos humanos e animais a partir da perspectiva individualista – ou seja, o animal como indivíduo e não espécie ou como parte de um ecossistema. Coloca a natureza como um valor intrínseco, e sua proteção se torna mais importante do que o combate à pobreza.
- *Ômega*, mais do que uma tendência, seria a essência da ética ecológica. É uma vertente que se manifesta sobretudo em textos sagrados das diversas tradições espirituais. Abandona, portanto, valores individualistas e humanos, para abraçar valores como fraternidade, altruísmo, respeito.

Uma quarta classificação do pensamento ambientalista existente, efetuada por HERCULANO (1992), destaca sete vertentes, de acordo com as percepções a respeito das causas e respectivas propostas de enfrentamento da crise ambiental:

- *Fundamentalistas*, que combatem o antropocentrismo e propõem o ecocentrismo
- *Alternativos*, que combatem genericamente a cultura ocidental moderna (produtivismo, industrialismo, consumismo etc.) e, nesse sentido, propõem a contracultura, o pacifismo, o arcaísmo e o antiprogressismo
- *Neomalthusianos*, que combatem o crescimento populacional humano e propõem a sua limitação no planeta
- *Zeristas*, que combatem o crescimento econômico e propõem o seu congelamento, manifestado pela proposta do ‘crescimento zero’, sob forte influência das recomendações do Clube de Roma (MEADOWS, 1978)

- *Verds* ou *ecobgistasociais*, que combatem tanto o capitalismo como o socialismo, porque compartilham da mesma matriz industrialista, e propõem a autogestão e descentralização, sob forte inspiração anarquista
- *Ecotecnicistas*, que combatem o atraso tecnológico *vis-à-vis* os constrangimentos ambientais, e propõem o otimismo tecnológico. (O termo ‘modernização ecológica’⁶, que se refere à perspectiva de resolução da crise ambiental pela via tecnológica, possivelmente é originado dessa perspectiva)
- *Marxistas*, que combatem o sistema capitalista e propõem o ecossocialismo. (Parecem admitir a noção de ‘justiça ambiental’⁷ como uma menção ao fato de os riscos ambientais recaírem de modo diferenciado no tecido social).

Uma outra classificação existente, agora não exatamente do pensamento, mas do movimento ambientalista, diz respeito ao seu perfil segundo a lógica de internalização da questão ambiental nos variados setores sociais. Tomando como referência os trabalhos de VIOLA (1992), que procuram identificar o processo de expansão das idéias e práticas ambientalistas no Brasil, é possível compreender de que forma a expansão da cultura ambientalista pelo tecido social brasileiro por si só influencia as sucessivas mudanças de estratégias e táticas das lutas ambientalistas ao longo do tempo, de acordo com as interpretações predominantes que conquistam hegemonia no movimento.

Havia, segundo o autor, na *fase fundacional* (1971-1986) do ambientalismo brasileiro, intitulada de *bisetorialismo*, a existência de dois setores no movimento: as entidades ecológicas estrito senso e os organismos estatais de controle ambiental. Nesse cenário inicial imperava um certo antagonismo entre os dois setores, onde as entidades ambientalistas procuravam romper

⁶ Ver, a esse respeito, SPAARGAREN, G.; MOL, T. Sociology, environment and modernity: towards a theory of ecological modernization. **Society and Natural Resources**, v. 5, n. 4, p. 323-344, 1992.

⁷ Ver, a esse respeito, PEPPER, D. **Eco-socialism: from deep ecology to social justice**. London: Routledge, 1993, e CAMACHO, D. E. (Ed.). **Environmental injustices, political struggles: race, class, and the environment**. London: Duke University Press, 1998.

com a permeabilidade seletiva do Estado, que, nessa altura, era completamente comprometido com as forças desenvolvimentistas, através do estabelecimento de grupos de pressão, agindo pela crítica do ativismo denunciador. A barulhenta militância agiu como uma caixa de ressonância onde, a partir da Constituinte, surge a segunda fase do ambientalismo brasileiro, a de *consolidação do ambientalismo multisetorial*, que assiste à paulatina incorporação de vários outros segmentos sociais aderindo ao movimento: a academia, o Parlamento, os demais movimentos sociais, o empresariado.

Poderíamos acrescentar, ainda, a fase pós-Rio 92, quando o multisetorialismo começa a transmutar-se em *transetorialismo*, em função do surgimento das redes temáticas, que tecem laços de união entre os vários setores. E, finalmente, dez anos depois, no período da Rio+10, a entrada de um outro setor, o Judiciário, que se faz presente no movimento ambientalista, quando a institucionalização e o estabelecimento do marco legal da questão ambiental, já avançados, necessitam de balizas jurídicas para a devida mediação e responsabilização dos crimes e danos ambientais.

Essa trajetória do bissetorialismo passa pelo multisetorialismo e culmina em um possível transetorialismo, ao demarcar a dinâmica de expansão das idéias ambientalistas pelo tecido social. Daí, no curso dessas mudanças, o que confere às forças sustentabilistas diferentes perfis, donde a pluralidade do movimento ambientalista ao longo do tempo. Como se observa, cada setor guarda internamente a sua própria lógica de funcionamento, sua própria interpretação dos fenômenos, sua própria representação do que seja necessário efetuar para se proteger a natureza. Para uma mesma meta, múltiplos caminhos alternativos.

Em suma, as idéias ambientalistas não são monolíticas, inflexíveis, mas porosas, permeáveis, maleáveis, moldando-se a cada contexto sociopolítico e econômico com que se depara.

Se antes havia um engajamento quase vocacional, filantrópico, portanto amadorístico, atualmente o movimento é predominantemente profissional. As instituições ambientalistas possuem quadros profissionais de excelência. . Se antes o meio de ação era o ativismo, caracterizado pela crítica ao sistema e denúncia dos agressores, essa tática passou a segundo plano, cedendo espaço ao pragmatismo, que se distingue pela predisposição

ao diálogo e negociação na busca da resolução de problemas ambientais específicos e pontuais, sem necessariamente se considerar na negociação os mecanismos de causalidade e responsabilidades pelo problema ambiental em questão. E se antes desejava-se proteger a natureza tão somente como um valor intrínseco, destituído de interesses antropocêntricos, por intermédio do preservacionismo, hoje o movimento é predominantemente socioambientalista, articulando a necessidade de se enfrentar concomitantemente a degradação ambiental e a social.

Fica evidente a multiplicidade de visões e interesses que perpassam o pensamento do movimento ambientalista, os quais vão muito além da simples tipologia binária, que opõe as forças sustentabilistas às forças desenvolvimentistas. Da mesma forma, atualmente não é mais possível entender a educação ambiental no singular como um novo modelo de educação que simplesmente se opõe a uma educação convencional que não é ambiental. Em outra ocasião, pudemos registrar que, desse momento em diante, não seria mais possível referir-se genericamente a uma mera educação ambiental sem qualificá-la com precisão (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2000).

Ao longo da década de 1990, a educação ambiental passou a ser tematizada ora como *educação para o desenvolvimento sustentável* (NEAL, 1995), ora como *ecopedagogia* (GADOTTI, 1997), ora como *educação no processo de gestão ambiental* (QUINTAS, GUALDA, 1995). Tais enfoques ressaltam o surgimento da necessidade de diferenciação interna a partir de elementos ainda não tão visíveis como gostaríamos, tarefa pioneiramente empreendida por SORRENTINO (1995), que identificou quatro vertentes (conservacionista, educação ao ar livre, gestão ambiental e economia ecológica).

Entretanto, a compreensão da educação ambiental a partir de sua função social propiciou o surgimento de tipologias dualísticas, com categorias binárias, internamente ao campo dessa prática: CARVALHO (1991) inicialmente contrapôs uma educação ambiental *alternativa* a uma educação ambiental *oficial*; QUINTAS (2000), GUIMARÃES (2000, 2001) e LIMA (1999, 2002), respectivamente, preconizaram uma educação *no processo de gestão ambiental*, uma educação ambiental *crítica* e uma educação ambiental

emancipatória contra uma educação ambiental *convencional*; CARVALHO (2001) contrapõe uma educação ambiental *popular* a uma educação ambiental *compartamental*. Tais tentativas procuram demarcar, através de elementos da sociologia da educação, uma educação ambiental em sintonia com as *forças progressistas* contra uma outra, a serviço das *forças conservadoras* da sociedade (LAYRARGUES, 2002).

Cabe, pois, aqui sublinhar o que diz QUINTAS (2000): “(...) a sociedade não é o lugar da harmonia, mas de conflitos e de confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas (da política, da economia, das relações sociais, dos valores etc.)”. A diversidade de opções ambientalistas resulta numa certa conflituosidade que necessariamente conduz ao campo político da negociação dos valores e interesses na condução democrática de políticas públicas, tornando o processo de gestão ambiental inequivocamente participativo.

Vale registrar, finalmente, que, de modo pragmático, desconsiderando a matriz filosófica da crise ambiental, esta é uma questão de justiça distributiva: passa pela disputa entre diferentes atores sociais que lutam pelo acesso (ou não) e/ou uso (privado ou público) dos recursos naturais, como pela responsabilização dos eventuais danos e riscos ambientais. Trata-se da distribuição dos benefícios e prejuízos da geração de riqueza a partir da base natural, materializando-se, muitas vezes, em conflitos de caráter socioambiental. Para uns, na perspectiva da resolução dos problemas ambientais de modo unilateral. Para outros, na perspectiva da construção de um país ecologicamente saudável e socialmente justo. Para todos, no cenário da consolidação de uma institucionalidade da questão ambiental que favorece a participação, por intermédio da democracia direta, nos inúmeros colegiados criados em âmbito federal, estadual ou municipal, relativos à variável ambiental.

Separatriz 5

A construção de uma nova relação Estado/sociedade/meio ambiente é o que fundamenta o processo pedagógico participativo, que tem como direcionamento o alcance da sustentabilidade do desenvolvimento e a redução ou supressão das desigualdades. Comprometer sociedades e Estados, enquanto co-responsáveis pelo destino da vida no planeta, exige a desconstrução de valores, conceitos, modos de operar e de ser e a descoberta conjunta de novos caminhos para a renovação destes.

5.1 Debilidade histórica das relações

No Brasil, a relação entre Estado e sociedade civil esteve historicamente apoiada em práticas de clientelismo, corrupção, discriminação social e autoritarismo. Esse modo de se relacionar transcende o âmbito das autoridades governamentais e civis, atravessando as relações institucionais – famílias, escolas, empresas, associações e grupos do movimento social – e gerando, como consequência, uma sociedade civil fragmentada, pouco organizada, com débil capacidade para associar-se e, portanto, com pouca força para tomar decisões. Disto resulta uma frágil cultura de participação.

As instituições sociais, por exemplo, em sua maioria são estruturadas e gestadas em concordância com uma visão de mundo obsoleta, hierárquica e compartimentalizada. Estruturas centradas na concentração de riquezas e poder, burocratizadas e com pouca transparência no processo decisório. Esta concepção se reflete nos gestores dessas instituições e contribui para “naturalizar” valores, visão de mundo e modos de operar.

Com o avanço da democracia nas últimas décadas, já se percebe um ganho em termos de legislação, instrumentos e mecanismos voltados para o fomento da participação em processos decisórios. Decorre daí a necessidade de recursos humanos preparados para gestar e ocupar os

espaços participativos formalmente criados, sendo urgente a impressão de mudanças radicais em percepções e valores, no pensamento e no comportamento e, principalmente, no fazer.

Um desenvolvimento de novo tipo exige novas formas de articulação entre as diferentes esferas de poder, mudanças nas relações institucionais – mais horizontais e transparentes – e compromisso e envolvimento crescente de cada sujeito com a sobrevivência do planeta. A sociedade se depara com estruturas e procedimentos institucionais pouco flexíveis para inaugurar novos processos de desenvolvimento. Cresce, portanto, a urgência de investimento na pessoa humana, visando à (trans)formação de sujeitos em cidadãos conscientes, capazes de se relacionar de forma descentralizada, de exercer a democracia e implementar uma gestão compartilhada dos bens públicos.

5.2 Lições que determinam caminhos – experiências no campo do desenvolvimento local

O lugar tem a cara da gente, revela distintas arenas de demandas, conflitos e reivindicações (...) Denso, o lugar é a vida das pessoas em espaço e tempo que, dependendo das circunstâncias pode ser o bairro, o município, a região (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2000, p. 11).

O local tem sido identificado como esfera de aproximação entre governo e sociedade, onde se articulam diferentes atores sociais. É também considerado como espaço de ressonância de multiplicação de efeitos, alavancador de práticas e processos de desenvolvimento e vem ganhando cada vez mais importância no campo do desenvolvimento e da articulação com a ordem global (compreensão da interdependência dos fenômenos/problemas). A estratégia de desenvolvimento local se propõe, ao mesmo tempo, a impulsionar aspectos produtivos e a potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade e a realização humana.

Variadas experiências de desenvolvimento local, utilizando metodologias participativas de planejamento proliferam nos Estados brasileiros. Os métodos têm em comum a intenção de desencadear um plano que possa orientar a implementação de processos estratégicos de desenvolvimento. São vistos também como facilitadores de mudança, cuja condução caberia aos atores locais. São exemplos de metodologias de desenvolvimento local a “Estratégia Comunidade Ativa”, do Programa Comunidade Solidária, a GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local, do Projeto Banco do Nordeste / PNUD e as “Agendas 21 Locais”, para citar só algumas.

Deflagrou-se, nos últimos cinco anos, um número considerável de múltiplas experiências de fomento à participação vinculada a processos de desenvolvimento local, desde pequenos municípios rurais a áreas metropolitanas. O impulso dessas experiências tem significado também um avanço na compreensão dos diferentes ambientes onde tais experimentos acontecem. As diferenças são indicadoras da própria diversidade de caminhos / métodos que se pode seguir. A melhor escolha é, sem dúvida, aquela capaz de, em cada contexto, propiciar o diálogo e a integração entre atores e uma articulação política que impulse a transformação dos territórios.

Tomando como base a experiência do Projeto do Governo do Estado do Pará, o PRORENDA - PA, em que um conjunto de ações voltadas para o planejamento e implantação do desenvolvimento local está em curso, no âmbito do Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, alguns aprendizados ilustrativos da necessidade de se rever conceitos e metodologias podem contribuir para aprofundar reflexões.

Em *workshop* de avaliação e troca de experiências de Planejamento e Desenvolvimento Local, realizado em abril de 2002 no Pará, foram apontados pelos participantes os principais entraves verificados na implementação das metodologias utilizadas (TRUSEN, 2002): falta de compromisso das prefeituras; paternalismo e assistencialismo nas formas de gestão das prefeituras; ausência de diálogo entre as diferentes esferas e atores; falta de diálogo político; dificuldades para envolver os diferentes atores; lentidão entre o planejamento e a implementação das ações; descontinuidade do processo;

existência de projetos e planejamento em função de período eleitoral; falta de técnicos capacitados em métodos participativos; competência técnica local muito baixa; improbidade das instituições públicas; política local centrada no prefeito; estruturas administrativas muito burocratizadas; frágil integração entre diferentes setores governamentais; ausência de mecanismos que favoreçam a formação de capital social e humano; organizações da sociedade civil pouco desenvolvidas; baixo nível educacional da população; ausência de articulação entre governo e sociedade civil organizada; regras de planejamento ditadas pelos grandes programas governamentais; pouco tempo disponível para a tomada de decisão / poucos conselheiros com conhecimento de suas funções.

Os itens levantados compõem um fértil cardápio, bastante conhecido, comum a diversas realidades e indicativo do perfil de sociedade que se quer modificar. Daí decorrem algumas premissas fundamentais para a escolha de caminhos metodológicos fomentadores da cultura de participação cidadã.

5.3 Pontos de partida

Uma primeira premissa é a *disposição para mudanças*, por parte da população e das instituições locais. Se essa condição inexistente, o primeiro passo é criá-la. Sensibilizar os diferentes atores, despertando neles a necessidade da mudança. Um mínimo de predisposição é necessário para se inaugurar um processo participativo, e formar um grupo representativo de atores estratégicos sensibilizados e articulados para a ação que se deseja deflagrar, compartilhando interesses comuns. Um trabalho cuidadoso de articulação política que produza a adesão de novos sujeitos para a causa é um bom começo.

A obtenção de articulação e apoio de políticas públicas locais torna-se indispensável para possibilitar um processo de mudança que é, ao mesmo tempo, estrutural, com reflexos na qualidade da infra-estrutura local; e cultural, com reflexos na valorização da pessoa humana, prioridades de financiamento, capacitação, integração interpessoal e intersetorial, divulgação etc. O apoio de políticas públicas locais às iniciativas é parte

das conquistas fundamentais para o sucesso de um processo estratégico de transformação do território.

A segunda premissa é a *condição objetiva para que a participação aconteça*. O que implica pesquisar junto ao grupo, definir os requisitos e criar uma infra-estrutura básica para a participação – horários e espaços apropriados, disponibilidade de locomoção e meios de transporte, alimentação, linguagem adequada etc. Viabilizar a participação também significa criar espaços onde a interlocução ocorra de forma efetiva e afetiva, criando possibilidades de se tecer laços de confiança em que os sujeitos se sintam livres para interagir e formar opiniões.

Finalmente, um terceiro ponto de partida se refere à *aceitação e tolerância da pluralidade*. Muitos são os sujeitos, múltiplos são os saberes e lógicas que marcam os sentidos variados na compreensão da realidade. A aceitação desta diversidade é essencial para se entender os outros a partir de suas palavras e propiciar a troca efetiva de saberes e conhecimentos.

Se esses processos visam, em última instância, a encontrar uma ressonância nas políticas públicas locais, a ênfase na formação do capital social, refletida no poder de pressão das populações locais, em particular daqueles que se encontram historicamente em situação de vulnerabilidade e exclusão, não pode estar dissociada da preparação do indivíduo para a participação (formação do capital humano). Ou seja, a dinâmica de interlocução que se cria pode se tornar artificial e vazia de significado quando desvinculada do aumento das capacidades dos atores locais. “A necessidade reside, então, na aproximação entre o processo político e o processo pedagógico, na capacitação articulada a dinâmicas reais de interlocução política” (SILVEIRA, 2001, p. 38).

5.4 Participação / emancipação cidadã

A efetiva participação eleva o ator à condição de agente da mudança e a comunidade organizada à de protagonista pró-ativa do processo de gestão social (ZAPATTA, 2001, p. 117).

O ser humano pode ser simultaneamente social, cooperativo, individualista, competitivo ou agressivo. O seu percurso, o meio em que vive e as relações que constrói são responsáveis por ressaltar umas ou outras de suas características. Como é dotado de consciência e de poder de reflexão e de associação, tem capacidade para exercer com liberdade uma avaliação crítica de seus comportamentos e reorientá-los no sentido que deseja. Como diria Paulo Freire, ninguém liberta (ou educa) ninguém, ninguém se liberta (ou se educa) sozinho – os educadores são facilitadores / mediadores do processo de libertar (de educar).

No entanto, o atual modelo de sociedade acelerou o desenvolvimento das forças produtivas, mas não fez desenvolver, no mesmo ritmo, as relações sociais e de produção, provocando a insatisfação e a perda de qualidade das relações humanas. Eis, a esse respeito, o que assinala ARRUDA (2001, p. 3):

Sobre o ser humano (...) diverso, evolutivo, complexo e contraditório (...) vieram sedimentar-se divisões de trabalho (...) baseadas na apropriação privada dos frutos do trabalho de alguns. O sistema do capital financeiro levou os efeitos desta divisão do trabalho ao extremo, tornando agressivos e competitivos os seres humanos em quase todo o planeta.

A tarefa educativa, baseada na ação dialógica e participativa, tem por objetivo a formação da consciência humana, o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e da coletividade, para elevar a qualidade dessas relações interpessoais e intergrupais. É preciso que a educação promova a humanização do cotidiano, sem medo do convívio com a contradição e o conflito. Estes últimos podem ser concebidos como oportunidades de exercitar a liberdade de escolha e de avaliação crítica no fazer pedagógico, servindo, inclusive, para reorientar a prática num sentido de maior convergência em torno de projetos e interesses comuns.

A participação cidadã em ações que promovam a melhoria das condições de vida locais vai exigir a transformação individual – o indivíduo se descobre potente para agir – e a transformação coletiva – o grupo se fortalece com os avanços do processo e, ao se fortalecer, se emancipa.

Nesta perspectiva, o investimento deve priorizar a formação que potencialize o indivíduo e o grupo. Potencializar o indivíduo (formação do capital humano) implica dinamizar o processo de aprendizagem, favorecer a construção de conhecimento, estimular a troca de saberes e suscitar mudanças comportamentais. Já o fortalecimento do grupo (noção de capital social) se vincula aos laços de confiança e de cooperação que são criados, às capacidades associativas e à trama de conexões interpessoais e interorganizacionais.

“O que o indivíduo precisa para participar e agir?”

As respostas a esta pergunta formam um conjunto de princípios que inspiram conteúdos e estratégias de ação participativa.

- *Conhecer a realidade que se deseja transformar*
Provocar nos participantes o desejo de apropriar-se de seus territórios, espaços/locais onde moram, trabalham e convivem, facilitando a atuação enquanto gestores de propostas de ação voltadas para a transformação de suas comunidades. Apropriar-se dos aspectos que compõem a complexidade da realidade, conhecer os atores, conflitos e pontos de convergência. O desconhecimento da realidade próxima produz impotência e distanciamento em relação a compromissos selados por “outros”. Em contrapartida, o conhecimento da “causa” ou dos problemas que se quer solucionar, fortalece o sujeito e lhe delega autoridade e poder para expressar opinião e propor caminhos. O sentir-se potente para agir passa pelo conhecimento da realidade próxima e leva a uma delimitação do espaço. O desafio é manter a conexão deste território delimitado com o universo maior que o circunda.
- *Conhecer as regras desta realidade – formais/legais e informais*
As regras informais de uma determinada localidade fazem parte de sua história, das pessoas e suas culturas, dos costumes, dos modos de produção, das aspirações, dos sonhos de cada indivíduo e do grupo social. Fazem parte da lógica local. Socializar essas regras, discuti-las no grupo e incorporá-las são elementos facilitadores da

ação coletiva. As regras legais, se forem desconhecidas, precisam ser informadas e estudadas. As leis, deveres e direitos, quando bem assimilados, produzem segurança para o agir.

- *Sentir-se parte desta realidade e responsável por ela*

O sentimento de ser parte de uma determinada realidade, de pertencer a um grupo ou comunidade é condição para despertar o sentimento de responsabilidade e de compromisso com ela. “Faço parte deste lugar, este lugar me pertence, portanto sou também responsável por ele.” Explorar os vínculos da população com o lugar, recuperar e fortalecer seus vínculos com a paisagem, com o meio ambiente natural e construído que está a sua volta. Ao mesmo tempo em que se fortalece a relação dos sujeitos com o lugar, a relação intrapessoal e coletiva se consolida.

- *Na ação, desenvolver o sentimento e a compreensão de autonomia e de interdependência*

Este aparente paradoxo entre educar os sujeitos para a autonomia e conscientizá-los para a interdependência dos fatos e fenômenos gera uma tensão. “Temos os nossos destinos interligados”, afirma SORRENTINO (2001, p. 5), “a nossa interdependência planetária e a necessidade de se cultivar, em cada um, o sentimento de responsabilidade global exige, ao mesmo tempo, um compromisso de atuação cotidiano na construção de sociedades sustentáveis.” Dessa tensão entre o poder de emancipação do indivíduo e o poder do grupo, propiciado pela participação, gera-se a possibilidade de se construir espaços coletivos de decisão para a transformação.

“O que move as pessoas à participação?”

A ação em movimentos sociais e comunitários, ligada à construção da cidadania e da melhoria de condições de vida local, tem sido o principal mote para a participação cidadã. O indivíduo, ao participar de uma ação transformadora, adquire poder, se descobre com capacidade de se transformar nessa práxis e de dar sentido à sua vida. Já a manutenção do processo de participação é dependente da

renovação, dos avanços e dos vínculos criados no processo. Resultados parciais e intermediários são importantes para manter o grupo motivado, bem como as relações afetivas e os laços de confiança criados durante o percurso, unindo as pessoas e fortalecendo-as. A qualidade desta relação que vai se construindo no grupo através de uma prática dialógica precisa estar pautada por valores como respeito mútuo, transparência, tolerância, humildade, solidariedade e cultivo da amizade.

5.5 Prioridades para estratégias

É preciso emancipar a própria educação dos seus condicionantes sistêmicos para que realize sua vocação maior que é o empoderamento do *Homo* (ARRUDA, 2001, p. 8).

A prática educativa compreende a *participação* como exercícios cotidianos em que indivíduos e grupos vão, através da gestão de seus espaços e do compartilhamento de interesses e sonhos, tecendo compromissos que são de cada um, de cada grupo e de cada comunidade com processos de desenvolvimento, com o todo, com a vida e com o planeta (SORRENTINO, 2001).

A base desta prática baseia-se em abordagens interativas, capazes de possibilitar o exercício da participação com responsabilidade social e diálogo, para construir processos de decisão e intervenção com solidariedade e cooperação. As estratégias didáticas mais apropriadas para esta prática recaem nos debates, vivências de atividades, leitura de textos de apoio e de informações relevantes, pesquisa interativa com atores locais, construção coletiva de jornal mural e outros instrumentos de comunicação, investigação e experimentos em torno de informações científicas, simulações de debates públicos e fóruns de negociação e elaboração conjunta de propostas de ação e intervenção local. O intercalamento dessas estratégias vai imprimindo dinamismo ao processo pedagógico; porém, o fator determinante para o sucesso de um ou outro conjunto de técnicas escolhido é a predisposição para o ouvir e para a criação de um espaço de diálogo em que todos sejam

valorizados e se sintam à vontade para falar e contar histórias, criando, assim, um clima de confiança mútua, propício à construção coletiva. É no processo contínuo de interação que os sujeitos formam opiniões, constroem argumentos e fortalecem a capacidade de proposição.

Finalmente, o reconhecimento e valorização da diversidade de conhecimentos e saberes passa pelo rompimento das certezas absolutas e abertura, com humildade, para os fenômenos que não são explicados pela razão ou instrumentos científicos. A filosofia contemporânea, em consonância com o paradigma ecológico, vem introduzindo a idéia de espiritualidade, não como crença em determinada religião, mas como busca permanente de sentido para a vida. “A espiritualidade é algo pessoal, embora construída socialmente, que está presente no ser humano desde a infância” (GADOTTI, 2000, p. 78). As dimensões da espiritualidade e da cultura, que traduzem o sentido das coisas a partir da vida cotidiana de cada ser na Terra, são componentes educativos que precisam estar presentes na formação da consciência ecológica planetária.

5.6 Desafio para a educação

Buscar novos modos de conceber o desenvolvimento, construir e incentivar a emancipação humana e novas formas de organização do trabalho humano, eis o que vem desafiando a educação. É preciso que educadores e educandos trabalhem em colaboração solidária na construção de novos sujeitos, caminhos e conhecimentos e na definição de ações transformadoras que interfiram estrutural e politicamente na realidade. Esta é a pauta que deve ser assumida por aqueles que desejam colaborar na construção de cidadãos autônomos e capazes de impulsionar o desenvolvimento cooperativo e sustentável.

Separatriz 6

Embora toda situação em que há relações interpessoais possa ser entendida como educativa, alguns espaços pedagógicos merecem destaque, quando se tem por finalidade produzir competências para a melhoria da qualidade de vida, em uma ação coletiva, consciente e voluntária. Além dos aspectos abordados em capítulos específicos adiante (empresas, UCs, meios de comunicação), destacaríamos a educação formal (infantil, fundamental e média), as instituições de ensino superior e a comunidade.

6.1 Educação infantil, ensino fundamental e médio

A escola é um dos espaços privilegiados para a efetivação do processo educativo em função das relações sociais que aí se estabelecem, do desenvolvimento da linguagem e da escrita, e pela instrumentalização e qualificação proporcionada, no que tange ao conhecimento humano. Desde os primeiros anos deve-se preparar cada indivíduo para compreender a situação do mundo que o rodeia, rearticulando os conteúdos das disciplinas formais (matemática, português, ciências biológicas e ciências sociais) e criando competência para utilizá-los no cotidiano. Neste sentido, mesmo reconhecendo seus limites teóricos e de viabilidade política, os Parâmetros Curriculares Nacionais são importante instrumento para entender os processos que permitem a construção interdisciplinar e a ação consciente no ambiente.

As orientações do Ministério da Educação para o ensino formal almejam a (MEC, 1998):

- Dignidade da pessoa humana – conhecer e exercitar os direitos humanos, repudiando qualquer tipo de discriminação.
- Igualdade de direitos – compreender que cabe ao Estado e à sociedade a garantia dos meios para que todos possuam os meios e possibilidades de ser cidadãos.

- Participação – envolver os diferentes setores da comunidade escolar (pais, alunos, professores, direção, funcionários administrativos, lideranças comunitárias) no planejamento anual, na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem e de atividades extracurriculares.
- Responsabilidade social – estabelecer processos e atividades que favoreçam o compartilhamento entre governo e grupos sociais das responsabilidades pelo destino da vida coletiva, cada um dentro de suas atribuições específicas.

À instituição de ensino cabe a tarefa de levar o indivíduo a intervir na realidade, relacionando o conteúdo das disciplinas com o cotidiano e o contexto histórico em que se situa e vivenciando os valores morais condizentes com a convivência democrática e a sustentabilidade social e planetária.

Um outro fator importante para a qualidade da escola é o estabelecimento de políticas públicas de formação continuada dos professores, a partir do entendimento de que o processo educativo é permanente e que a reconstrução do conhecimento é uma exigência do pensar e fazer e do ensinar e aprender (SATO, ZAKRZEVSKI, 2001). Este tipo de formação requer programas de capacitação e qualificação, uso de metodologias para a realização de diagnósticos e planejamento participativo de projetos.

Esta não é uma tarefa fácil, todos os problemas pedagógicos e estruturais das escolas somam-se ao grande desafio de romper com as ideologias vigentes, principalmente quanto à visão compartimentalizada da realidade e utilitária do patrimônio natural. Mas é, sem dúvida, um desafio que precisa ser assumido e enfrentado por todos aqueles que entendem que o direito à educação é um direito inalienável e fator de concretização da cidadania.

6.2 Ensino superior

Inicialmente, cabe ressaltar que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras não possuem, em geral, uma política clara e definida

para a educação ambiental. O que existe são núcleos disciplinares ou multidisciplinares que, muito mais por iniciativa de um ou de alguns docentes, promovem a produção acadêmica, cursos de extensão, de especialização e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Sinteticamente, este panorama pode ser entendido como o resultado de:

- Desconhecimento qualificado da direção das IES sobre o tema, sua relevância e complexidade
- Ausência, por parte do MEC, de política de fomento a instituições e programas, que incorporem em seus projetos pedagógicos o *ambiente* como eixo transversal
- Baixa compreensão crítica e substantiva, por parte dos profissionais do ensino superior, acerca dos princípios indissociáveis da educação ambiental aplicados ao conjunto das disciplinas acadêmicas
- Baixa socialização dos materiais e documentos produzidos e de articulação entre os grupos de pesquisa.

À luz das considerações acima, podemos identificar aspectos que orientam a reflexão sobre a inserção da educação ambiental no sistema de ensino superior:

1. Os problemas da educação ambiental no Brasil estão relacionados aos históricos problemas de entendimento do ambiente como questão de cidadania e de parâmetro civilizacional. Logo, a discussão acerca de como consolidar um novo padrão civilizacional e paradigmático não se refere somente à educação ambiental, mas a todos os campos de atuação humana em que a perspectiva ambiental se faz presente em sua radicalidade contraditória com o modelo ético, econômico e civilizacional da sociedade contemporânea.
2. Há reiterado reconhecimento público de que não conseguimos implementar o PRONEA, cujos eixos de ação implicam a presença substantiva da universidade em suas três competências. Isto expressa a baixa institucionalização da educação ambiental,

a dificuldade em reformular os cursos (problema de concepção de currículo) e elaborar projetos de extensão que auxiliem a concretização do que está previsto em lei (cursos de atualização, produção de material didático, cursos de capacitação, ações comunitárias etc.).

3. Apesar do destaque dado à educação escolar, os cursos de formação de professores não incorporaram a temática transversal em seus currículos. Isto é gravíssimo, visto que a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio constituem o pilar do ensino regular na definição de valores, comportamentos pessoais e atitudes coletivas.
4. Os programas governamentais, ao realizar o componente educação ambiental em seus programas de intervenção social, utilizam a universidade como uma prestadora de serviços e não como um “braço” público para o monitoramento e avaliação destes que são os projetos com maiores efeitos imediatos sobre o conjunto da sociedade. Há notória distorção do papel da universidade e do que os documentos preconizam para a consolidação da educação ambiental no Brasil.

Vários são os documentos nacionais e internacionais⁸ que reforçam a necessidade de a educação superior reorganizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando maior intercâmbio entre as unidades acadêmicas e a consolidação de processos interdisciplinares. Isto implicaria: (1) reformulação dos currículos de modo a mostrar os nexos entre as disciplinas e a minimizar as abordagens fragmentadas das categorias estudadas durante a formação; (2) formulação de projetos intra e interdepartamentais integrados de ensino, pesquisa e extensão; (3) pesquisas sobre o próprio significado de ambiente no contexto universitário e seu sentido e aplicação como tema transversal; e (4) decisão político-institucional para a realização desses procedimentos.

Assim, configura-se um projeto cujo objetivo é propiciar ao aluno, durante sua formação acadêmica, um método de investigação científica e

⁸ Dentre outros, ver: UNESCO. *Integration of Environmental Education into General University Teaching in Europe*. Baussels, 1989.

de aprendizagem, além da capacidade de leitura e interação com o ambiente, condizentes com o exercício da cidadania plena e ecológica.

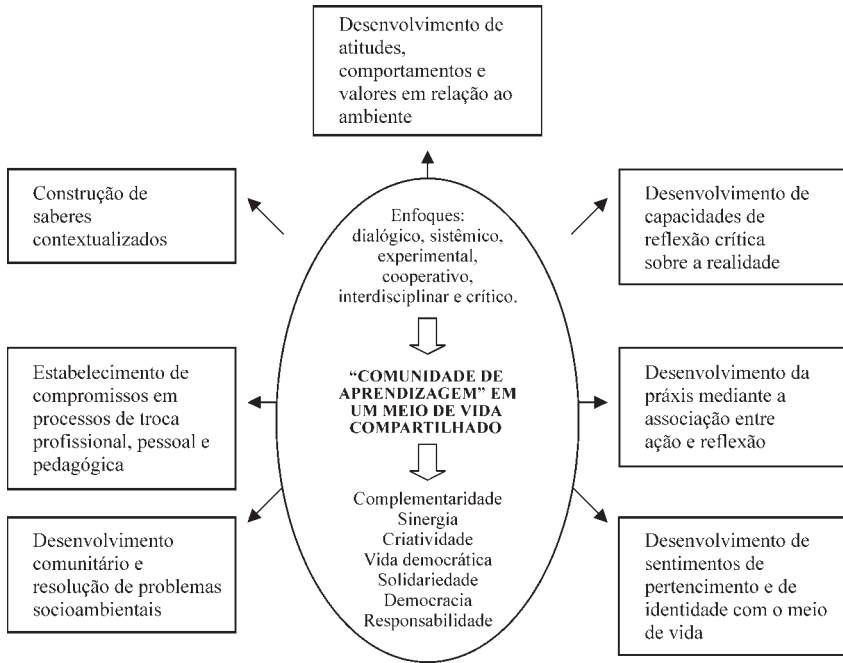
6.3 Comunidade

As comunidades, aqui definidas como territorialidades específicas ocupadas por grupos com identidade cultural, além das associações de moradores, as associações religiosas, filantrópicas, de expressão artística, ONGs, dentre outras manifestações coletivas que surgiram nas duas últimas décadas, cumprem função importante enquanto espaços pedagógicos. Tais formas de organização local sintetizam as representações sobre ambiente e problemas existentes para um determinado grupo social e são instâncias com forte atuação em bases territoriais definidas.

O melhor caminho para se chegar à comunidade está no estabelecimento de canais de diálogo franco e de disposição para a participação em todas as etapas de um projeto. As intervenções organizadas e coletivas, com impactos sobre indivíduos, famílias, grupos sociais e instituições, apresentam destacado valor na sociedade moderna, por serem o meio de construção de alternativas às nossas necessidades. Quando se trata de superar um determinado problema, a intervenção técnica correta depende da interpretação, sensibilização, mobilização, representação e conhecimento que se constrói no conjunto dos atores sociais envolvidos, ou seja, da apropriação social, cultural e educativa do fato (NUNES, 1989).

A experiência demonstra que a ação conjunta entre escolas e comunidade possibilita que o grupo e suas unidades familiares recriem seus valores e comportamentos. Isto só ocorre através da formulação do projeto pedagógico da escola, da promoção de encontros e eventos, da concertação com o poder público e de ações diretas na resolução de uma situação específica.

No dizer de SAUVÉ, ORELLANA (2001), a *comunidade de aprendizagem* constitui-se exatamente na associação entre os diferentes setores e atores sociais que formam um dado ambiente para a realização de um projeto ambiental e educativo. Algo que fica fácil de compreender a partir da figura abaixo.



FONTE – SAUVÉ, ORELLANA, op. cit.

Visto que a educação ambiental deve ser entendida como prática social, o que podemos fazer em nossa ação cotidiana nos diferentes espaços pedagógicos? Vejamos alguns aspectos importantes, simultâneos e não hierarquizados, a serem pensados em conjunto.

Em primeiro lugar, devemos evitar a reprodução do velho discurso simplista de que “a educação é a solução”, típico do início do século XX, promovido por educadores através do “otimismo pedagógico” e do “entusiasmo pela educação”. A educação ambiental é parte de um contexto maior, que produz e reproduz as relações da sociedade, as quais, para que sejam transformadas, dependem de uma educação crítica e de uma série de outras modificações nos planos político, social, econômico e cultural. A educação é um dos mais nobres veículos de mudança na história, a conquista de um direito inalienável do ser humano, mas não age isoladamente.

Em segundo lugar, precisamos esclarecer a responsabilidade do indivíduo, deste em uma comunidade, da comunidade no Estado-Nação e deste no planeta. Em outras palavras, não basta dizer, por exemplo, que se deve abolir o uso do automóvel em uma sociedade que o valoriza e estimula seu uso. Sem uma ampla reflexão e um planejamento de ações públicas, essa pretensão só gera angústia e impotência. Cabe ao indivíduo estabelecer os momentos em que deve utilizá-lo, em que condições de vida pode descartá-lo e em que momento usar o transporte coletivo. Compete a uma determinada comunidade ou sociedade, na qual temos responsabilidades e onde devemos atuar individual e coletivamente, promover discussões sobre o transporte coletivo e definir políticas públicas alternativas neste setor. Cabe ao conjunto das sociedades humanas reconstruir os meios de locomoção, pautados em uma perspectiva coletiva e de economia dos recursos energéticos. Ainda nesse sentido de ilustração, não basta impedir a caça de um determinado animal por um membro de uma população tradicional. Deve ele mobilizar-se e sensibilizar-se para a questão da extinção de espécies e da reflexão ética sobre a preservação da vida. É imperioso que a sociedade, por sua vez, busque alternativas econômicas que permitam sua sobrevivência sem a exploração destrutiva da natureza. Cumpre, assim, que o conjunto das sociedades repense o consumo, o tipo de produção, e iniba a lógica do supérfluo.

Em quarto lugar, é preciso conscientizar-mo-nos de que não basta que cada um faça a sua parte. Os problemas são complexos e não derivam exclusivamente do indivíduo. Cumpre-nos fazer a nossa parte no cotidiano, atuar em instâncias organizadas (entidades assistenciais e filantrópicas, ONGs, associações de moradores, sindicatos etc.) e intervir individual e coletivamente nos mecanismos de organização do Estado. Um exemplo muito claro disso é o fato de que nos últimos vinte anos o número de entidades assistenciais decuplicou, assim como o número de pessoas que praticam a caridade. Entretanto, a miséria acentuou-se, uma vez que a lógica de concentração de renda e a de poder não foram substancialmente alteradas. A dura verdade é que por mais nobre e legítima que seja a caridade e o cuidado com o outro (prática que deve continuar por questões humanitárias e de respeito àqueles que precisam de assistência urgente), a cada semelhante que se presta auxílio, vários outros são agregados ao contexto da miséria. A

liberdade humana não é atributo exclusivo da vontade individual. Para ser livres e poder concretizar nossas potencialidades pessoais, precisamos assegurar condições materiais que permitam a livre manifestação humana, eleger governos abertos ao diálogo e contar com uma sociedade civil organizada, capaz de democratizar as relações com governos e sua institucionalidade.

Em conclusão, o quinto aspecto a ser destacado refere-se ao direito constitucional de cada cidadão poder reivindicar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado na Justiça, através do Ministério Público. Com a Constituição de 1988, o Ministério Público alcançou grande relevância no cenário nacional. Ele é definido no art. 127 como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, sendo especificadas no art. 129 suas funções. O Ministério Público é uma instituição independente, com autonomia administrativa e financeira, o que se revela essencial para a defesa da sociedade, pois essa tarefa pode, em certas circunstâncias, significar a oposição a decisões dos poderes Executivo, Legislativo ou do próprio Judiciário. Por intermédio do Ministério Público, promove-se a ação civil pública e a ação popular para a proteção dos direitos constitucionais, do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, dos interesses individuais, difusos e coletivos.

Estes cinco aspectos relativos à construção da cidadania ecológica são essenciais à consolidação do senso de pertencimento a uma sociedade cujo futuro é de nossa responsabilidade por direito.

Separatriz 7

7.1 A crise ambiental como um duplo desafio à reprodução do capitalismo

O panorama catastrofista do Clube de Roma, que descreve no relatório “Os limites do crescimento” (MEADOWS et al., 1978) o iminente esgotamento dos recursos naturais, apresenta um cenário de declínio das condições de produção capitalista, materializado pela *escassez* de recursos naturais e pela *abundância* de poluição. Isso quer dizer que, tanto na entrada como na saída do *metabolismo industrial*, as condições de produção, que desde sua constituição estão baseadas num processo de expansão do capital assentada numa base limitada de recursos, são desafiadas pela magnitude e abrangência da crise ambiental.

Além desse visível desafio da continuidade material, o setor produtivo se depara com outro desafio imposto pela crise ambiental, mas dessa vez de caráter político: a manutenção do princípio liberal da não-intervenção do Estado no mercado, no contexto democrático, que, no cenário de uma crise ambiental, fica exposto à intervenção governamental para gerir o metabolismo industrial moderno. Este, por sua vez, apresenta sinais de não conseguir controlar o próprio ímpeto. A fim de se evitar que o mercado mergulhe a sociedade contemporânea numa crise ambiental sem precedentes, o risco é, na pior das hipóteses, de instauração de um ecoautoritarismo, ao estilo descrito por OPHULS (1977), ou, na melhor das hipóteses, de um controle social democrático das atividades produtivas. Nesse sentido, a crise ambiental não é apenas uma questão de ordem ética que diz respeito à interface *sociedade e natureza*, sendo também uma questão de ordem política que diz respeito à interface *mercado e Estado*. Por isso, DUPUY (1980) vê a crise ambiental, em geral, e a poluição industrial, em particular, como uma ameaça à reprodução do capitalismo.

No marco da economia neoclássica, que sustenta a premissa de que as 'externalidades ambientais' da produção são decorrentes de 'falhas de mercado' devido à incompleta privatização dos recursos naturais, o desafio do capitalismo está na possibilidade de o Estado exercer um certo grau de planejamento ou controle sobre as condições de produção, limitando a liberdade da livre iniciativa, na tentativa de controlar a degradação ambiental originada nas atividades produtivas. Ao prever a ingerência do Estado no mercado, a resolução do impasse favorável à manutenção do sistema vigente foi encontrar uma solução na própria esfera do mercado: a urgente criação de um ecocapitalismo, isto é, um modelo de organização produtiva capaz de integrar na sua lógica o constrangimento ambiental.

Existe um risco potencial às condições de reprodução do capitalismo porque, no reino da escassez de recursos naturais e abundância de poluição, o setor produtivo é o maior prejudicado pela crise ambiental, pois são acionados mecanismos regulatórios governamentais para coordenar o uso adequado dos recursos, enquanto a mão invisível do mercado tateia no escuro. A questão ambiental na ótica da atividade produtiva é de fato uma questão de sobrevivência, não da natureza, da humanidade, ou mesmo da empresa, mas do livre mercado e da competitividade como mecanismo de regulação da sociedade. A empresa, de agora em diante, terá que se preocupar com a questão ambiental, não apenas por filantropia ou responsabilidade social, mas para continuar a operar nos moldes da produção capitalista.

7.2 Negociações entre mercado e Estado em torno da responsabilidade ambiental

O cenário brasileiro assiste, desde 1975, a um processo gradual de internalização da pauta ambiental na empresa, que compreende três fases distintas:

- a) fase da integração compulsória, de 1975 a 1992, quando predominou a tendência das *normas ambientais compulsórias* estabelecidas unilateralmente pelo Estado para a adequação das empresas ao constrangimento ambiental;

- b) fase transitória, de 1992 a 1997, quando ocorreu o processo de diálogo e negociação entre empresariado e órgãos governamentais em busca de estratégias mais realistas para a iniciativa privada adequar-se ao constrangimento ambiental; e
- c) fase da integração voluntária, de 1997 em diante, quando predomina a tendência das *normas ambientais voluntárias* para a empresa assumir a pauta ambiental.

Se, na fase de integração compulsória (reativa), a internalização da pauta ambiental na empresa ocorreu por meio de *processos externos* à lógica do mercado, como a rigorosa legislação ambiental, a influência das entidades ambientalistas e das comunidades residentes no entorno das unidades produtivas agindo como grupos de pressão, a fase de integração voluntária (pró-ativa) ocorreu por meio de *processos internos* ao mercado, como o papel desempenhado pelo consumidor verde, pelos acionistas, pelas seguradoras e, evidentemente, pela própria competitividade empresarial numa era onde a produção limpa se torna politicamente correta.

O ano de 1975 demarca o início da tentativa de ajustar a economia ao imperativo ecológico, ou seja, equilibrar o crescimento econômico com a proteção ambiental, por causa do II Plano Nacional de Desenvolvimento (Decreto nº 76.389/75), que contempla, entre outras diretrizes, o condicionamento da aprovação de projetos industriais a normas antipoluição. Nesse sentido, o convite do governo brasileiro, feito em 1972, durante a Conferência de Estocolmo, às indústrias dos países desenvolvidos para que se instalassem no Brasil, pois aqui ainda era permitido poluir, não teria validade por mais de três anos. A partir de 1975 mudaram repentinamente a opinião pública e a prática oficial em relação à poluição: a benevolência cedeu lugar à intolerância. É importante destacar o surgimento, nessa época, de uma política de controle da poluição industrial, cuja competência seria de exclusividade governamental. Esta regulamentação, sob a lógica do ‘Comando e Controle’, assumia um *caráter compulsório*, ou seja, o desacato às normas seria uma desobediência meritória de punição com multa e interdição. O mercado não teria outro modo de agir, senão curvar-se ao Estado, ao observar as determinações e restrições impostas pelos órgãos governamentais de controle ambiental. Em decorrência dessa estratégia, a década de 1980 assiste à formulação

unilateral de diversas leis e decretos que estabeleceram normas e padrões ambientais para a atividade produtiva.

Subtende-se que, diante da crise ambiental, o Estado também representaria o legítimo e qualificado agente regulador da economia, capaz de ordenar e harmonizar o comportamento do mercado de acordo com os interesses coletivos. Vários autores avaliam que a legislação ambiental atuou como um dos maiores incentivos para a internalização da pauta ambiental na empresa. DONNAIRE (1999) enfatiza inclusive que as normas ambientais chegaram a influenciar as estruturas organizacionais das empresas, as quais passaram a criar setores ou departamentos de meio ambiente, isolados ou vinculados a departamentos de qualidade ou segurança no trabalho.

Entretanto, pressionados pelos prazos exíguos de ajustamento da conduta ambiental empresarial imposto pelo Estado, e temendo as consequências econômicas das infrações às normas, os setores ou departamentos ambientais recém-criados nas empresas não conseguiram, isoladamente, negociar prazos mais longos, nem propor alternativas à natureza compulsória da regulamentação. Nesse sentido, na tentativa de solucionar essas dificuldades de diálogo com o governo, consolidam-se algumas associações empresariais cujo propósito maior estaria na tarefa de articulação da pauta ambiental na empresa.

Inspiradas e apoiadas inicialmente pelo Business Council for Sustainable Development e outras agremiações empresariais internacionais – que fundamentam suas matrizes discursivas na convicção da necessidade de integração da economia à ecologia, e consolidam suas práticas na demonstração de casos exemplares da viabilidade de transformar a variável ambiental em fonte de lucro e oportunidades de negócio –, surgem no Brasil agremiações empresariais voltadas para a variável ecológica. Assim, foi criado, em 1997, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), um respeitado interlocutor no processo de negociação das estratégias de internalização da pauta ambiental na empresa. Surge, desse modo, a fase de transição, que se caracteriza pela criação do novo agente social representante do setor empresarial: o ambientalismo empresarial. Este ator facilitaria, por meio de seus

interlocutores qualificados, a negociação entre a empresa e os órgãos governamentais de controle ambiental para a formulação de novas estratégias e prazos para a adequação do setor produtivo ao constrangimento ambiental. Essa fase de transição se inicia em 1992, por ocasião da realização da Conferência do Rio, quando foi apresentada a proposta de criação de um grupo de trabalho da International Organization for Standardization (ISO) para estudar a elaboração de normas de gestão ambiental empresarial. Essa iniciativa se fortalece a partir de 1993, quando se instala o Comitê Técnico TC-207 para criar a série ISO 14000, e consolida-se em 1996, quando as normas ambientais ISO 14000 são finalmente oficializadas.

Em paralelo, as inovações tecnológicas trazem novas perspectivas de enfrentamento da crise ecológica. Assim que as tecnologias limpas de segunda geração (*Clean technologies*) substituem as tecnologias de primeira geração (*End-of-pipe*), apresentando possibilidades de sanar grande parte dos problemas ambientais no âmbito produtivo, dessa vez com viabilidade econômica, um novo panorama desponta: a criação de normas ambientais voluntárias, não impositivas, a exemplo da ISO 14000, que não apenas servem de estímulo para as empresas se adequarem ao constrangimento ambiental, como também são o novo fiel da balança da competitividade empresarial.

As normas ISO 14000 institucionalizam, no âmbito internacional, a estratégia de internalização da pauta ambiental na empresa segundo outro mecanismo de incentivo, diferente daquele da legislação ambiental. Agora, o incentivo viria pelo próprio mercado, conforme rege a doutrina liberal, baseado no critério da competitividade. A demanda do setor empresarial foi aceita pelo Estado, e as normas ambientais voluntárias entram em cena para regular a interface da empresa com o meio ambiente.

A confiança do ambientalismo empresarial em torno da ISO 14000, afirmando que a inclusão do tema ambiental no planejamento estratégico permite às empresas a diminuição da vulnerabilidade e a obtenção de vantagens competitivas, cumpre também a função de mostrar o caminho para a própria atividade produtiva poder internalizar a pauta ambiental adequadamente. DONNAIRE (1999) afirma que a criação de associações empresariais que atuam na esfera ambiental, a exemplo da Abiquim e

Anfarma, às quais poderíamos ainda acrescentar a CNI e o CEBDS, propicia o efeito multiplicador da “boa nova” que é a oportunidade de negócios a partir da internalização da pauta ambiental na empresa. Parece sensato interpretar a criação dessas organizações corporativas como instâncias políticas qualificadas e preparadas para a negociação com o poder público em torno da criação de políticas públicas de regulamentação das normas ambientais.

Publicações de relatórios descrevendo a performance ambiental das empresas associadas ao CEBDS, prêmios concedidos pela CNI a empresas corretas do ponto de vista ambiental e, por fim, a própria certificação ambiental da ISO 14000, além do efeito multiplicador para o próprio mercado, cumprem o propósito de mostrar ao Estado, através de casos exemplares, que a atividade produtiva possui os meios necessários para internalizar a pauta ambiental na empresa por intermédio de um processo voluntário, não mais compulsório.

Contudo, a transição das normas ambientais compulsórias para as normas ambientais voluntárias estaria finalmente completa no Brasil a partir do momento em que o Estado sinalizasse positivamente, reconhecendo ser essa uma estratégia válida para o poder público. Tal fato ocorreu em 1998, quando o então ministro do Meio Ambiente afirmou: “(...) descobre-se, finalmente, que o investimento em qualidade ambiental, por dentro e por fora da empresa, robustece os ganhos de produtividade e de competitividade da indústria brasileira” (LAYRARGUES, 1998).

Nesse sentido, é lícito reconhecer que as normas ambientais voluntárias inicialmente vieram ao mundo não exclusivamente por uma questão de responsabilidade social filantrópica do setor produtivo, mas como uma reação à crescente pressão dos órgãos públicos de controle da poluição. O Sistema de Gestão Ambiental corresponde a uma resposta do mercado ao Estado para impedir que a livre iniciativa fosse perturbada pela intromissão do governo, regulando a economia por causa da crise ambiental.

Ora, o ambientalismo empresarial parte do pressuposto de que o livre mercado competitivo reúne as condições ideais e irrefutáveis para a solução de qualquer constrangimento com que o capitalismo se depare.

Nessa conjuntura, surge a pauta ambiental como sinônimo de competitividade. Ou seja, o ambientalismo empresarial adverte: a empresa que não assumir essa idéia como princípio corporativo, estará fora do mercado, ou porque o consumidor exigiria cada vez mais a responsabilidade ambiental das empresas ou porque os acionistas e as seguradoras não estariam mais dispostos a assumir riscos que comprometam a rentabilidade nos investimentos efetuados, por causa do passivo ambiental ou do caráter poluidor da empresa, prejudicando sua imagem.

Nesse sentido, as matrizes discursivas do ambientalismo empresarial revelam as táticas assumidas para a concretização da estratégia: “aquele que não assumir a pauta ambiental, invariavelmente cedo ou tarde será excluído do mercado”, e “o verde é negócio, ou seja, a pauta ambiental deixa de ser um risco aos negócios para se tornar o critério de vantagem competitiva perante a concorrência”.

O discurso do ambientalismo empresarial apresenta duas mensagens, aparentemente contraditórias, mas, na verdade, dirigidas a dois destinatários diferentes: o Estado e o próprio mercado. A mensagem dirigida ao Estado sinaliza que a empresa que não internalizar a pauta ambiental cedo ou tarde será retirada do mercado, pela exclusão competitiva promovida pelo consumidor verde, acionista ou seguradora; portanto, o mercado já pode cuidar disso sozinho sem o “incentivo” do Estado, que agora pode retirar-se de cena. Já a mensagem dirigida ao mercado sinaliza a existência de oportunidades únicas de negócio para a empresa que sair na frente, a exemplo da conquista de novos mercados, da redução de custos e melhoria da imagem institucional. Em paralelo, o *marketing* ecológico se encarrega de executar sua tarefa clássica, forjar demandas e criar necessidades na população, além de lançar o apelo pela preferência ao politicamente correto consumo verde.

Deduz-se dessa lógica que a estratégia política do ambientalismo empresarial, paralela ao desenvolvimento de novas tecnologias, está assentada no deslocamento do eixo do circuito mercado-Estado-sociedade, de uma posição altamente ameaçadora da livre iniciativa para uma posição mais flexível – o que desloca o agente regulador dos órgãos governamentais de controle ambiental do Estado para o próprio mercado, com o compromisso de realizar auditorias ambientais para avaliar a qualidade dos Sistemas de Gestão Ambiental.

7.3 Ecoeficiência como a síntese do ecocapitalismo

Este é o “x” da solução, apresentada pelo ambientalismo empresarial, para trilhar a compatibilização entre o crescimento econômico ilimitado a partir de uma base finita de recursos, a esperada convergência entre a pauta econômica e ecológica. A questão é que, no meio desse percurso, aquele binômio *degradaçãoxequilíbrioambiental* da síntese ambientalista foi substituído por outro, antigo conhecido das teorias econômicas: *escassezxabundância*. O novo binômio, agora a ser equacionado pela síntese ecocapitalista está na regulação da escassez e abundância, tendo como critério, para regulá-lo, a *ecoeficiência* no combate ao desperdício do metabolismo industrial.

Cumprе assinalar que, de acordo com HAWKEN et al. (1999), para cada quatro quilos e meio de produtos industrializados nos EUA, gera-se pelo menos uma tonelada e meia de resíduos. Isso significa que o metabolismo industrial norte-americano é mais eficiente em gerar lixo do que bens, pois cerca de 99,7% do que os EUA retiram da natureza e transportam para a antroposfera segue direto para os depósitos de resíduos, sem qualquer utilidade ao ser humano. MEADOWS et al. (1992) complementam esse impressionante dado lembrando que, para cada tonelada de lixo gerado no pós-consumo, vinte toneladas de lixo são geradas ainda na extração dos recursos e cinco toneladas de lixo geradas durante o processo de industrialização.

Portanto, o elemento viabilizador dessa estratégia parece estar assentado na lógica da *ecoeficiência*: produzir melhor, com menos insumos, menos desperdício e menos impacto ambiental (DESIMONE, POPOFF, 1997). Ao invés de diminuir o ritmo da deglutição do metabolismo industrial, a solução proposta pelo ambientalismo empresarial foi a de melhorar a digestão do metabolismo industrial. Tanto o reino da escassez de recursos naturais como o reino da abundância de dejetos, resíduos e poluição passariam agora a receber maior atenção da *ecoeficiência*.

Ocorre que o surgimento do conceito e da prática da *ecoeficiência* não foi derivado exclusivamente em função da nova subjetividade ecológica,

mas resultou da tendência natural do desenvolvimento tecnológico em conservar energia e recursos naturais, conforme a própria Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (1995) reconhece. Só quando a questão ambiental emergiu como um grave problema no âmbito produtivo, essa dinâmica inercial adquiriu contorno diferente e passou a ser rotulada como *ecoeficiência*.

Evidentemente, a existência desse mecanismo só se tornou possível devido à criação de novas *mercadorias*, a exemplo de alguns elementos do lixo, que, por intermédio da reciclagem, fazem a engrenagem se movimentar na direção proposta pelo ambientalismo empresarial. Alguns elementos do lixo podem atualmente ser reciclados em escala industrial porque adquiriram um valor de troca enquanto mercadoria. É necessário frisar que o condicionamento da criação de novas mercadorias, antes consideradas ‘externalidades ambientais’, está diretamente vinculado à tendência de sua internalização, corrigindo as tão criticadas ‘falhas de mercado’, na medida em que a valoração econômica da natureza⁹ consolida a contabilidade ambiental.

A questão é que o setor produtivo vê na crise ambiental um fator limitador do caráter expansionista do capitalismo, o que poderia acarretar medidas restritivas do livre mercado por meio do planejamento e da regulação estatal das atividades produtivas. Então, em *termos políticos*, a propaganda em torno da ISO 14000 em geral e da reciclagem em particular significa a divulgação da mensagem do mercado dirigida ao Estado, de que não será mais necessária a criação de mecanismos coercitivos para regular a atividade produtiva, o que se configuraria na intervenção nas leis de mercado, já que este teria encontrado os meios de enfrentamento dos constrangimentos ambientais no âmbito produtivo. Em *termos ideológicos*, o paradigma da ISO 14000 em geral, e da reciclagem em particular, representa

⁹ A criação de mercadorias está condicionada à determinação de um preço para estabelecer o valor de troca entre os sujeitos na relação mercantil. Contudo, não está definido como calcular o valor de uso de uma ‘mercadoria’ que não foi produzida pelo ser humano, mas pela natureza; e também não está definido quem é o sujeito social que determinará esse valor: aquele que deseja manter o recurso natural intacto como um bem coletivo ou o que deseja consumi-lo, pois a lógica da mercantilização exige uma concomitante privatização da ‘mercadoria’.

o anúncio da possibilidade de superação da contradição capitalista baseada no modelo de crescimento econômico exponencial sobre uma base limitada de recursos. A partir da questão ambiental, portanto, as forças sociais dominantes (o setor produtivo) conseguiram impedir a manifestação da diversidade subversiva (o movimento ambientalista original) preservando, assim, a ordem social instituída. Como observa LAYRARGUES (1998), o que houve foi uma ação de caráter reformista, enquanto se difundia a ilusão de vivermos uma era de mudanças, que desembocará no desenvolvimento sustentável (LAYRARGUES, 1998).

É provável que, na lógica do capital, a ~~ecofôria~~ seja o bom caminho para a competitividade empresarial concomitante à internalização da pauta ambiental. Ora, o desafio não é saber apenas onde está a competitividade da empresa com responsabilidade ambiental, mas saber como torná-la de fato eficaz, sem a interferência do Estado regulando a atividade produtiva.

Um primeiro e crucial problema se coloca para aqueles que acreditam na fórmula da eficácia do mercado para gerir o constrangimento ambiental: por enquanto, por mais que alguns insistam em afirmar o contrário, o consumidor verde no Brasil ainda é uma incógnita, não sabemos sequer se ele existe de fato e em qual proporção (LAYRARGUES, 2000). Segundo CRESPO et al. (1998), as próprias lideranças do ambientalismo empresarial manifestam opiniões divergentes quanto ao consumidor verde, pois enquanto uns crêem que em breve teremos um volume significativo de consumidores verdes agindo no mercado, outros acreditam que essa tendência não se concretizará tão cedo. Como então, na ausência desse importante ator do mercado, garantir a substituição dos mecanismos regulatórios compulsórios pelos voluntários?

Outro desafio está contido no próprio contexto discursivo, que faz alusão à sobrevivência das empresas do mercado caso não assumam o constrangimento ambiental. Pelo que se tem notícia, nenhuma empresa foi suprimida do mercado pela exclusão competitiva sinalizada pelo ambientalismo empresarial, a não ser nos casos de ameaça onde se utilizam os subterfúgios das barreiras alfandegárias não tarifárias para impedir tanto a competição internacional quanto empresas concorrentes de acessar outros mercados externos.

Dados recentes da ISO World¹⁰, entidade que sistematiza informações sobre o panorama mundial das normas ISO, indicam que em janeiro de 2002 havia 36.001 empresas certificadas no mundo, sendo que o Brasil ocupava o 21º lugar no ranking, com apenas 330 empresas certificadas, enquanto que o Japão, primeiro na lista, possuía 8.169 certificados concedidos. Se a ISO 14000 tem sido entendida no Brasil como sinônimo de competitividade, é de se estranhar o pequeno número de empresas certificadas no país, que, por ter sido um dos poucos a participar da implementação das normas ISO 14000, teve a oportunidade de disseminar a norma ainda antes de sua instituição, a tempo de as empresas brasileiras se prepararem com antecedência. Menos desprezível é o fato de as pequenas e médias empresas ainda representarem o maior gargalo da internalização da pauta ambiental no setor produtivo.

Esses fatos representam indicadores de que a *prática* das empresas ainda não é coerente com o *discurso* do ambientalismo empresarial. A promessa ainda não foi cumprida. Há um visível descompasso entre o que se diz e o que se faz – e, nesse sentido, o fator *tempo* parece que será o grande divisor de águas para o estabelecimento da estratégia futura da internalização da pauta ambiental na empresa: por quanto tempo mais o Estado tolerará a contradição do mercado? Por quanto tempo mais a sociedade assumirá a responsabilidade pela internalização da pauta ambiental na empresa?

O desafio empresarial para a sustentabilidade não é apenas a internalização da variável ambiental na empresa, mas, sobretudo, a velocidade desse processo. A questão do ritmo de enquadramento parece ser mais importante do que a própria internalização da pauta ambiental. O ponto nevrálgico que precisa ser discutido é a velocidade com que o setor produtivo como um todo se dirige a esse caminho. Essa questão é crucial porque a continuidade da estratégia da regulamentação voluntária dependerá do ritmo da engrenagem funcionar por conta própria. O que existe, por enquanto, são alguns exemplos de empresas que se adequaram à pauta ambiental. E dada a diminuta expressividade delas em termos proporcionais, configuram-se como exceção à regra.

O fato é que a velocidade de internalização da variável ambiental na empresa, através do mercado, é determinada unicamente em função da

¹⁰ www.ecology.or.jp/isoworld

capacidade de transformação dessa variável em *mercado*. Porém, a lentidão do mercado¹¹ pode acabar expondo o setor produtivo como um todo a um conflito político-ideológico de significativa envergadura, na medida em que o mercado, que tem negociado prazos alongados para adequação desse constrangimento com o Estado por quase duas décadas, não teria conseguido cumprir seu compromisso.

Não é possível prever perspectivas ou tendências futuras da reversão desse quadro, mas talvez não seja exatamente o futuro da empresa que se encontra ameaçado, pois provavelmente a resistência da empresa em incorporar a pauta ambiental não vai excluí-la do mercado, nem afetar a sua sobrevivência. Mas deixará todo o sistema produtivo exposto ao risco da interferência governamental no mercado para regular a produção a fim de atingir patamares satisfatórios de performance ambiental. Nesse cenário, frente a um fracasso da regulamentação voluntária, a regulação compulsória poderia voltar à cena. Pela argumentação exposta, nada justifica que ocorra atualmente uma substituição das normas ambientais compulsórias pelas voluntárias. O que parece ser mais sensato, por enquanto, é a convivência entre ambas, até que de fato se complete a transição, quando a ecoeficiência estiver funcionando plenamente e demonstre que o metabolismo industrial encontrou seu ponto de equilíbrio tanto na entrada como na saída do sistema. Tais considerações a respeito do enquadramento teórico do setor produtivo em relação à questão ambiental evidenciam a dimensão do desafio empresarial para alcançar a sustentabilidade no âmbito produtivo.

7.4 Oportunidades da educação ambiental nas empresas

A partir das reflexões precedentes, fica implícito reconhecer alguns elementos indispensáveis para o planejamento de programas de educação

¹¹ É surpreendente verificar que o empresariado conseguiu encontrar meios de internalização da pauta ambiental na empresa, por intermédio do próprio mercado, com um atraso de três décadas em relação ao início das denúncias de degradação ambiental promovida pelas atividades produtivas.

ambiental no âmbito do setor produtivo, auxiliando o desafio empresarial da sustentabilidade.

- a) O papel estratégico da educação ambiental adquire nítida visibilidade. A ação educativa ganha um foco privilegiado, que gira em torno da disseminação do critério da ecoeficiência, no sentido de mover o metabolismo industrial em direção à sustentabilidade, tanto no que diz respeito ao próprio funcionamento atual e ideal do metabolismo industrial quanto no que se refere à eliminação ou minimização do desperdício e à consolidação da reciclabilidade. Basicamente, sua missão reduz-se em acelerar a velocidade de conversão do metabolismo industrial.
- b) A característica definidora desse modelo de educação ambiental é, evidentemente, instrumental e pragmática. No atual contexto, há uma diminuta margem de manobra para a realização de uma educação ambiental fundamentalista no âmbito empresarial, onde se preconizaria a substituição de valores antropocêntricos, e seus respectivos paradigmas, por valores ecocêntricos. Isso não inviabiliza, contudo, que se possa abrir e desenvolver novas sensibilidades para a questão ambiental nos educandos, para além dessa lógica pragmática.
- c) Além da identificação do foco de atenção da atividade educativa, outro elemento deve ser considerado no planejamento dos programas de educação ambiental na empresa: as sutis diferenças entre os vários 'públicos-alvo' da educação ambiental, a fim de se permitir explorar em maior detalhe suas respectivas particularidades. A estrutura organizacional da empresa, que contempla vários segmentos diferenciados (diretoria executiva, gerências, fornecedores, setor de pesquisa e desenvolvimento, departamento de marketing, trabalhadores, entre outros), permite que cada um apresente uma contribuição específica a oferecer na busca da ecoeficiência.
- d) Um último elemento que merece atenção da ação educativa no âmbito da atividade produtiva, embora periférico em relação ao conceito do metabolismo industrial, é a questão dos riscos

tecnológicos. Estes, freqüentemente, acarretam acidentes ambientais com vítimas humanas dentro e fora da empresa².

É importante registrar, ainda, que, ao contrário do que afirma o senso comum, não são os trabalhadores que representam a “mola mestra” das mudanças preconizadas pela educação ambiental no sentido da consolidação do critério da ecoeficiência na atividade produtiva – mas sim o setor de P&D, por estar envolvido com o desenho da planta industrial, dos insumos e matrizes energéticas.

Finalmente, na impossibilidade de se fornecer um receituário definitivo de como deveriam ser implementados programas de educação ambiental no âmbito das atividades produtivas, o roteiro descrito no quadro a seguir contempla descritivamente os principais tópicos e critérios a considerar no planejamento destes.

² A esse respeito, ver a didática série de publicações “Sindicalismo e Justiça Ambiental”, organizada pelo IBASE, IPPUR/UFRJ e CUT-RJ.

PROGRAMA DE AÇÃO PARA PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESA

ANÁLISE CRÍTICA INICIAL

- **Identificação do perfil da empresa:**
 - a) Processo produtivo
 - b) Programas institucionais setoriais
 - c) Estrutura organizacional e respectivas funções / responsabilidades
 - d) Política, normas e procedimentos da gestão ambiental corporativa
 - e) Programas ambientais
 - f) Performance do desempenho ambiental
 - g) Leis e outros requisitos legais
 - h) Multas e outras ocorrências ambientais registradas
 - i) Passivo ambiental e riscos tecnológicos atuais e potenciais

- **Identificação do(s) público(s)-alvo do programa de EA na empresa:**
 - a) Funcionários e trabalhadores do "chão da fábrica"
 - b) Departamentos de Marketing, Vendas, Almoxarifado, etc.
 - c) Departamento de P&D
 - d) Empresas fornecedoras de materiais, energia, suprimentos, etc.
 - e) Comunidades do entorno

- **Mapeamento da percepção dos diversos segmentos da empresa sobre:**
 - a) Natureza, meio ambiente e educação ambiental
 - b) Política e gestão ambiental da empresa
 - c) Problemas ambientais da empresa e respectivas propostas

IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

- **Elaboração do programa de EA:**
 - a) Definição dos objetivos e metas
 - b) Estabelecimento de parcerias com as áreas envolvidas
 - c) Definição do público-alvo, área piloto, periodicidade, carga horária, etc.
 - d) Definição da metodologia do(s) curso(s) de capacitação
 - e) Elaboração de material didático
 - f) Identificação dos parâmetros de avaliação

- **Levantamento de indicadores de acompanhamento e avaliação do desempenho:**
 - a) Indicadores ambientais quantitativos (água, energia, insumos, resíduos, ruído etc.)
 - b) Indicadores psicossociais qualitativos (valores, atitudes, comportamentos)

Separatriz 8

Unidade de conservação é o “espaço territorial e seus recursos naturais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. Esse termo-chave é assim definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Em função do modelo de desenvolvimento nacional e do processo de ocupação territorial, várias são as categorias de unidades de conservação hoje existentes, organizadas em dois grandes grupos (unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral). O objetivo dessas diversas opções é garantir a integridade do patrimônio natural e da diversidade biológica, sem, contudo, ignorar as necessidades de grupos sociais específicos e de uso sustentável de determinados recursos naturais.

Logo, a atual política para as unidades de conservação passa pelo reconhecimento de que os grupos sociais são parte integrante da preservação dos recursos naturais, não podendo ser ignorados ou vistos como “inimigos” dos territórios protegidos. Pelo contrário, devem ser incorporados à preservação ambiental e à busca de alternativas socioeconômicas que garantam a sobrevivência humana, num processo de envolvimento e estabelecimento de parcerias e co-responsabilização de toda a sociedade.

O caminho político definido em lei para este tipo de gestão integrada e democrática passa pela implementação de conselhos gestores em unidades de conservação, como o espaço público por excelência reconhecido pela Constituição de 1988.

Espaço público é aquele em que nos reconhecemos como sujeitos, discutimos e decidimos. Nele, construímos um mundo comum e múltiplo, posto que reflete as perspectivas diferenciadas dos cidadãos, e exercitamos a política por meio do diálogo e da negociação (ACSELRAD, 1993).

Os conselhos não são a única forma de organização e de negociação sociedade-Estado que a Constituição Federal prevê. Outras possibilidades consagradas no Estado brasileiro, com maior ou menor grau de existência formal e legal, são os consórcios intermunicipais, comitês gestores, redes, agências e câmaras (CRUZ, 2001).

A noção de conselho gestor presente no Estado brasileiro procura torná-lo espaço público jurídico-institucional privilegiado de intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas. Neste, todas as demandas são legítimas por princípio, prevendo-se canais de confronto e interpelação democráticos entre os projetos sociais, a fim de possibilitar a construção de alternativas viáveis.

Existem pelo menos dois outros modelos de conselhos funcionando no país. Aqueles de caráter popular, sem institucionalidade estatal, que servem como instâncias coletivas para a negociação com o poder público e que, à semelhança dos fóruns civis, são compostos exclusivamente por representantes da sociedade civil; e os conselhos de notáveis ou de especialistas, aos quais se recorre com frequência em processos sociais que necessitam de um corpo técnico de suporte consultivo.

Na dinâmica brasileira de constituição dos conselhos, sempre estiveram presentes algumas questões acerca desses espaços coletivos organizados. Mas, até que ponto é imprescindível a institucionalidade pública aprovada pelo Estado? A institucionalização pode ser indicativo de processos de cooptação ou de um caráter híbrido pouco claro? Tais espaços, particularmente no Brasil, cumprem uma função mediadora Estado/sociedade realmente importante? Condicionar o repasse de verbas públicas à existência de conselhos gestores é garantia de transparência e responsabilidade com o erário público? Devem ser deliberativos ou consultivos? O que é ser paritário? Qual o limite decisório dos conselhos? Hoje, não existe uma multiplicidade de conselhos com sobreposição de responsabilidades? Quem é representativo o suficiente para ter assento no conselho?

Estas são questões presentes em formulações teóricas sobre conselhos e que merecem alguns comentários, sem a pretensão de respondê-las de modo absoluto.

O fato de serem uma forma de participação e de democracia mais direta, reconhecida pela Constituição Federal, representa uma inequívoca vitória dos movimentos sociais, das forças populares e da sociedade civil organizada, em geral, no processo de democratização do Estado brasileiro. A existência de desvios de propósito, de conselhos burocráticos e manipulados por determinados grupos ou esvaziados politicamente não invalida a conquista e sim manifesta o modo como se formou o Estado e como o exercício da cidadania foi negado ao longo da história. É igualmente evidente que precisamos reconhecer a importância de outras formas de expressão coletiva (fóruns, comitês, Agenda 21 etc.) e compreender como os conselhos se inserem neste quadro de organização social, já que não constituem a única alternativa viável de organização social e participação cidadã. Além disso, cumpre entender que a busca de canais democráticos de participação no país não significa substituição ou sobreposição em relação à democracia representativa e sua institucionalidade, mas ações complementares que reforçam, ampliam, reestruturam e consolidam esse regime político entre nós. Os conselhos não são a panacéia política e cultural, mas uma possibilidade a ser considerada na promoção da cidadania.

No que diz respeito ao Conselho Gestor de Políticas Públicas, por ser uma modalidade relativamente recente no país, é difícil afirmar até que ponto é uma garantia de relações democráticas e transparentes. Dependendo do modo como é instituído e regulamentado, da composição definida, da dinâmica de funcionamento, do poder de decisão e de ingerência no governo, poderá ser mais ou menos representativo do ideário participativo, havendo aspectos que precisam ser considerados no processo de análise e composição desse colegiado, entre os quais destacariamos:

- Formalizar o conselho somente após estabelecer mobilização e debate entre os atores sociais e promover eventos abertos à participação popular, em que se definam as bases para o funcionamento.
- Impedir que o presidente do conselho tenha o poder de veto e de convocação exclusiva. O ideal é que este seja eleito segundo regras definidas em regimento interno. Mas, mesmo nos casos em que se define quem ocupa o cargo máximo em Lei, como é

a situação das unidades de conservação, é fundamental que este não tenha poderes que inviabilizem a participação democrática.

- Estabelecer mandatos que não sejam coincidentes com ano eleitoral, criando instâncias democráticas menos sensíveis a períodos de campanha política.
- Observar a composição numérica e qualitativa dos conselheiros, de modo que não haja desproporcionalidade entre os setores sociais. As duas propostas clássicas neste sentido são: 50% governo e 50% sociedade civil organizada, ou 1/3 governo, 1/3 setor empresarial e 1/3 setores sem fins lucrativos da sociedade civil, com critérios de escolha aceitos e definidos em evento prévio à constituição do conselho. Outros modelos existem enfatizando os grupos sociais, mas o importante a salientar é que a sua composição deve ser a mais igualitária e representativa do conjunto da sociedade no contexto de ação do órgão. Em função de constantes dúvidas a respeito da composição, ressalte-se que, na categoria *governo*, estão incluídas todas as instituições do aparato estatal da administração direta e indireta, inclusive autarquias, órgãos de pesquisa, poderes Judiciário e Legislativo, e não apenas o Executivo. Neste sentido, para instâncias que podem desempenhar função dupla e, portanto, desigual (caso típico dos integrantes do Judiciário e do Legislativo), são estabelecidas normas próprias de participação que vão desde a condição de voto ao período dos mandatos.
- Estabelecer processos de discussão temática para estimular a participação no âmbito do conselho, impedindo que este se transforme em uma instância burocrática de decisão de pautas definidas pelo governo.
- Constituir câmaras técnicas provisórias ou permanentes para os problemas centrais vivenciados, com prazos para estudo e formulação de propostas a serem apresentadas e avaliadas pela plenária do conselho.
- No caso das organizações da sociedade civil, estabelecer mecanismos de escolha a partir de critérios de seleção e de eleição dos representantes, e não segundo nomes predefinidos por questões políticas ou conjunturais, como acontece frequentemente

com ONGs que se empenham no momento de definição da composição do conselho. Por mais meritório que seja esse trabalho, não se sabe se daqui a alguns anos a organização continuará a desempenhar função estratégica, devendo, assim, se sujeitar a critérios universais de escolha desde o início.

- Realizar estudos técnico-científicos que subsidiem com informações válidas as discussões no conselho. É importante que essas informações sejam organizadas de modo simples, facilitando o acesso e compreensão por parte dos setores sociais distantes da cultura e linguagem científicas.
- Criar mecanismos de comunicação permanente com as comunidades, divulgando o trabalho feito e envolvendo-as no processo.

Sobre a questão de se constituir em um espaço realmente paritário, deliberativo e legítimo, é impossível definir *a priori* se assim será ou não, e isto é válido para qualquer coletivo organizado, institucionalizado ou não, vinculado ao Estado ou não. Os espaços em política nunca ficam vazios. Cabe à sociedade civil não só construí-los, mas também ocupá-los para que a composição de forças sociais seja a mais justa possível. Não há Estado democrático sem uma sociedade organizada que assuma suas responsabilidades na definição e execução das políticas públicas.

Quanto à discussão acerca de o conselho ser deliberativo ou consultivo, é importante frisar que, historicamente, a idéia de conselhos diz respeito a um espaço de concertação e decisão democrática, criando uma necessária cultura cidadã e de responsabilidade no que é feito em termos de políticas públicas. Logo, teoricamente, todo conselho gestor deveria ser deliberativo. O SNUC prevê que em unidades de proteção integral os conselhos sejam consultivos, por causa dos limites previstos em Lei. No caso das unidades de uso sustentável, prevê explicitamente que o conselho seja deliberativo apenas em reservas extrativistas e em reservas de desenvolvimento sustentável, sem definir as demais. Contudo, parece-nos que esta posição reflete muito mais uma visão tecnocrática e de baixa tradição participativa dos órgãos de meio ambiente do que um cuidado justificável. O fato de o conselho ser deliberativo em UCs não significa risco à integridade do patrimônio preservado, mas a garantia de que todos os envolvidos possam

decidir sobre a área, respeitando-se a Lei maior que rege uma determinada unidade de conservação. Ou seja, o conselho pode, perfeitamente, deliberar dentro dos limites de uso estabelecidos, o que facilita a motivação e o envolvimento comunitário, pois para um cidadão cujas condições de sobrevivência são precárias, utilizar parte do tempo disponível apenas manifestando opiniões, sem que isso tenha efeitos práticos, acaba por tornar o conselho um órgão inócuo.

Contudo, cabe um comentário a esse respeito. A experiência demonstra que o principal para o bom funcionamento de um conselho não é a sua classificação em consultivo ou deliberativo, mas o *status* de legitimidade e representatividade que este alcança em função de seu processo de constituição e atuação ser realmente mobilizador, sério, democrático e reconhecido publicamente, resultando em efetivo poder de intervenção em políticas e ações sociais. A final, não é a conformação legal que garante o sucesso e o alcance desse tipo de organização coletiva.

Há, no Brasil, inúmeros conselhos gestores de políticas públicas deliberativos, que por terem sido criados de “cima para baixo”, muito mais para atender alguma exigência legal do que por compromisso com a gestão democrática e transparente, são instâncias burocráticas, viciadas, que reproduzem o favorecimento de determinados setores, o clientelismo e a lógica do poder vigente, em nada condizentes com os princípios preconizados e inerentes à concepção dos espaços de exercício da democracia participativa. Por outro lado, verificamos a existência de exemplos de conselhos e fóruns populares sem existência formal que conseguem resultados muito mais efetivos pela respeitabilidade obtida e pela criação de estratégias que garantem a autonomia necessária e o diálogo indispensável com os governos.

No caso das UCs, em que o conselho é uma exigência do SNUC e, portanto, algo que precisamos viabilizar, pelo menos enquanto não se estabelece uma discussão ampliada na sociedade sobre o sentido das institucionalidades participativas, o foco do trabalho de consolidação deve ser no intuito de torná-la uma instância democrática, apropriada e legitimada pelos diferentes atores sociais envolvidos na gestão ambiental. Evidentemente, o ideal seria que o poder de decisão fosse legalmente reconhecido. Contudo, parece-nos que este dado de realidade não pode

ser entendido como um impeditivo da atuação dos profissionais responsáveis em concretizar tais espaços participativos em UCs.

No que se refere ao funcionamento dos conselhos, algumas lacunas percebidas e identificadas por outros autores (GOHN, 2001) devem ser problematizadas, em uma perspectiva propositiva, para efeito de construção de uma proposta de gestão em UCs:

- Melhor definição das atribuições e competência dos conselhos.
- Melhor definição jurídica do alcance das deliberações dos conselhos.
- Definição de regras claras do processo de participação representativa do conjunto da sociedade ou comunidade diretamente atingida pela questão que dá sentido à existência dos conselhos.
- Acesso a informações qualificadas e compreensíveis a todos os participantes, assegurando as bases do diálogo.
- Capacitação dos conselheiros de modo a integrá-los e garantir uma relativa uniformidade de conhecimentos.
- Criação de obrigações para os conselheiros que sejam viáveis em termos de tempo disponível e de possibilidade de acesso físico.
- Garantia da igualdade de condições para participar e decidir a todos os conselheiros.

Para ilustrar e reforçar o que foi exposto anteriormente, retiramos de ROCCO (2002) trechos significativos da Lei 9.985, de 18/07/2000, que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no que se refere à criação de conselhos em unidades de conservação.

Capítulo II, art. 5º: “O SNUC será regido por diretrizes que: (...) III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; (...) V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecer e administrar unidades de conservação dentro do sistema nacional; (...) IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais”.

Capítulo III, art. 8º: “O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação: I. Estação

Ecológica II. Reserva Biológica III. Parque Nacional IV. Monumento Natural V. Refúgio de Vida Silvestre”.

Art. 14: “Constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I. Área de Proteção Ambiental II. Área de Relevante Interesse Ecológico III. Floresta Nacional IV. Reserva Extrativista V. Reserva de Fauna VI. Reserva de Desenvolvimento Sustentável VII. Reserva Particular do Patrimônio Natural”.

Art. 15, § 5º: “A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta lei”.

Art. 17, § 5º: “A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes”.

Art. 18, § 2º: “A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (...) § 5º: O Plano de Manejo da Unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo”.

Art. 20, § 4º: “A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (...) § 6º: O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade”.

Capítulo IV, art. 29: “Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos

públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas e Refúgios de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”.

Capítulo VII, art. 42, § 2º: “Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações”.

8.1 Busca de alternativas

Encontrar soluções para os conflitos decorrentes dos limites que uma UC impõe aos agrupamentos humanos depende do reconhecimento dos problemas ambientais inerentes a estes. Segundo CARVALHO, SCOTTO (1995), problemas ambientais são “(...) aquelas situações onde há risco e/ou dano social/ambiental, mas não há nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil, face ao problema”. Acrescentamos a esta definição uma ressalva: o fato de não haver reação não significa que o problema não tenha sido percebido. Pelo contrário, um problema não possui existência em si, mas decorre do conhecimento empírico (científico ou não) que explicita uma situação e do grau de mobilização em torno dele, de modo a torná-lo uma existência social.

A reação frente a um problema implica, muitas vezes, a constituição de um conflito, de uma situação em que um ator social (individual ou coletivo) se encontra em oposição consciente a outro ator, a partir do momento em que se definem objetivos incompatíveis que conduzem ao enfrentamento na resolução de problemas ou no encaminhamento de propostas de ação (ACSELRAD, 1992).

Em um conflito há três etapas processuais: o surgimento de uma incompatibilidade (conflito latente); a tomada de consciência de tal oposição

(conflito incipiente); e a tomada de posição para enfrentá-la e superá-la (conflito manifesto).

Para se abordar um problema ambiental, e os conflitos que este pode gerar, recomenda-se que antes seja reconhecido o patrimônio natural como bem coletivo, o qual deve ser gerido de forma sustentável e democrática. Essa atitude, evidentemente, articula-se com a consolidação da percepção do uso e conservação dos bens naturais como parte de um processo social e econômico de concertação de interesses, de reconhecimento de identidades políticas, de participação cívica e de construção de valores democráticos nas decisões sobre a vida comum.

O reconhecimento de que os problemas ambientais são per meados por conflitos de interesses e necessidades, não significa, em uma perspectiva dialógica, que seja impossível ocorrer negociações e busca de consensos que resultem na resolução destes. Pelo contrário, reconhecer a diferença e saber trabalhá-la é sinal de amadurecimento da democracia de uma sociedade. Alguns aspectos neste sentido são fundamentais (FUNDACIÓN FORO NACIONAL POR COLOMBIA, 2001):

- Identificar o problema, suas causas, interesses e argumentos das partes envolvidas.
- Ter claros os posicionamentos distintos.
- Saber se colocar no lugar do outro.
- Ter o diálogo como princípio indissociável do processo.
- Atacar o problema e não as pessoas em suas individualidades.
- Assumir uma atitude de cooperação, solidariedade e respeito.
- Usar a criatividade e o conhecimento disponível para encontrar alternativas.

A superação de um problema sobre o qual se assenta um conflito não significa que todas as contradições entre os atores sociais estejam superadas, mas que se soube trabalhar a resolução desse problema identificado pelos envolvidos. Propomos seis passos para a transformação do conflito e a construção de uma alternativa viável.

- Identificação e definição do conflito.
- Clarificação do que é constitutivo do problema e do conflito, segundo a perspectiva das partes envolvidas.

- Geração de processos que resultem em idéias e alternativas.
- Avaliação coletiva das alternativas criadas, a partir de critérios definidos e aceitos pelos atores sociais.
- Negociação das bases que assegurem o cumprimento do que for acordado.
- Realização de ações planejadas, reconhecendo o esforço das partes e estabelecendo os métodos de avaliação e monitoramento do processo.

Em termos específicos do que ocorre em UCs de uso sustentável, a busca de alternativas passa pela identificação das potencialidades ambientais locais, que são, segundo definição do IBAMA, “um conjunto de atributos de um bioma/ecossistema (recursos ambientais ou condição ambiental) passíveis de uso sustentável por grupos sociais (recursos pesqueiros, recursos florestais de uma FLONA, manguezal, praias, rios, paisagens, áreas com potencial ecoturístico etc.)”. O enfrentamento de um problema, tendo por base as potencialidades locais, gera processos sociais, econômicos e de preservação ambiental viáveis e adequados às necessidades dos atores envolvidos. Cabe aos técnicos dos órgãos de meio ambiente estabelecer procedimentos metodológicos participativos e qualitativos que permitam a viabilização desse processo.

Finalizando, diríamos que o SNUC, ao exigir a formação de conselhos em unidades de conservação, apesar dos limites do que está proposto legalmente, expressa um inequívoco avanço na compreensão da gestão ambiental e territorial como um processo social democrático. Os conselhos são espaços legítimos para a identificação dos problemas, explicitação dos conflitos e busca de alternativas que garantam a sustentabilidade ambiental e social no âmbito da unidade de conservação.

Separatriz 9

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio'92, não tratou especificamente de educação ambiental, mas ressaltou a importância desta tanto na declaração do Rio quanto na Agenda 21, que, em seu capítulo 36, no item “Promovendo a Conscientização Ambiental”, se refere textualmente à educação como sendo “crucial para a promoção do desenvolvimento sustentável e à efetiva participação pública na tomada de decisões” (Governo federal/PNUD, 1992).

Um dos documentos oficiais e principais do evento, a Agenda 21 tem a assinatura de chefes de Estado de 179 países, e mais de duas mil e quinhentas recomendações; constitui-se, seguindo as orientações conceituais do relatório “Nosso Futuro Comum”, em uma metodologia flexível de implementação do desenvolvimento sustentável. Suas diretrizes e programas se orientam de acordo com as seguintes bases: preservação da biodiversidade, manejo dos recursos naturais, justiça econômica e social e participação dos diferentes segmentos sociais, cabendo a cada país instituir uma agenda nacional e agendas em Estados, municípios e subunidades territoriais, numa iniciativa do poder público articulado à sociedade civil organizada. No Brasil, o processo de implementação da Agenda 21 Nacional, recentemente concluída, está sob responsabilidade da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, do Ministério do Meio Ambiente, cujo documento básico estrutura-se em seis eixos: cidades sustentáveis; agricultura sustentável; infraestrutura e integração regional; gestão dos recursos naturais; redução das desigualdades sociais; ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentável.

Sem dúvida, é na concepção de uma metodologia participativa de implementação de programas governamentais apoiados na sociedade civil, visando ao desenvolvimento sustentável, que a Agenda 21 dá a sua mais importante contribuição (LOUREIRO, LOPES, VON DER WEID, 2000). Nesse processo de criação de espaços públicos, de diálogo e negociação, é preciso que simultaneamente sejam estabelecidos meios efetivos de inclusão, de capacitação dos envolvidos, e de criação de mecanismos que assegurem

a transparência nas informações e o compartilhamento de poder (SILVA-SÁNCHEZ, 2000). Deve-se, pois, perseguir a construção de uma base social organizada e qualificada, para que as propostas da Agenda 21 se efetivem de forma participativa, inclusiva e democrática. Do contrário, a tendência será o uso retórico do discurso ou uma bem intencionada, porém paradoxal, tentativa de acoplar uma realidade excludente a princípios metodológicos inovadores (ACSELRAD, LEROY, 1999).

Especificamente falando da Agenda 21 Local, esta é um processo de construção de parcerias entre autoridades governamentais municipais e sociedade civil organizada de uma territorialidade definida, fomentando políticas públicas municipais que atendam aos quesitos de uma sociedade sustentável e às necessidades de uma dada localidade. É um processo contínuo, de criação de planos de ação, sistemas transparentes de gestão e de realização de projetos, num exercício pedagógico de cidadania e responsabilidade social.

A Agenda 21 Local propicia: a construção de uma visão de futuro na comunidade em que se insere; o aumento da capacidade coletiva de definir problemas, estratégias e soluções; a mobilização da comunidade para atender às necessidades de serviços; e o aumento do apoio público às iniciativas do governo municipal.

A Agenda 21 Local pode significar ainda a criação de Fóruns 21 em escolas, empresas, bairros, ruas ou qualquer outro nível institucional em que se possa aplicar sua metodologia e princípios.

São etapas para a construção da Agenda 21 Local (FÓRUM 21, [s.d.]):

- **Parcerias:** Estabelecer parcerias. Definir critérios de composição do fórum e formas de participação no planejamento. Os critérios para a seleção incluem: representatividade do conjunto de atores sociais que atuam na área; de universidades e órgãos com conhecimento técnico específico; de usuários diretamente atingidos; de provedores dos serviços públicos; e de grupos sociais mais vulneráveis que normalmente estão fora dos processos decisórios.
- **Análise comunitária das necessidades e problemas:** Identificar os problemas comunitários por meio de procedimentos metodológicos qualitativos de diagnóstico participativo. Neste sentido, o uso de técnicas de grupos focais e dinâmicas de grupo

é fundamental para se construir uma compreensão adequada à realidade. Ainda nesta etapa, é preciso instituir um amplo debate sobre os problemas, os serviços públicos existentes e a possibilidade de atendimento das demandas explicitadas.

- **Planejamento das ações:** Definir coletivamente objetivos, metas, estratégias e compromissos para se alcançar as metas. Definir um plano de ação e de compromissos da sociedade civil e do poder público.
- **Implementação e monitoramento:** Estabelecer sistemas de gestão e acompanhamento público e transparente dos serviços realizados.
- **Avaliação:** Construir e utilizar indicadores vinculados às metas. Divulgar os resultados e reavaliar o processo anualmente. Repetir o planejamento a partir do que foi feito e do que precisa ser ainda contemplado.

9.1 Indicadores de avaliação de programas em educação ambiental

Para o bom funcionamento da avaliação de um programa de educação ambiental aplicado ao fortalecimento de espaços como Agenda 21 e Conselhos Gestores de UCs, primeiramente devem ser considerados os objetivos e o público-alvo do projeto, com suas características e contexto. LEAL FILHO e TAYLOR (1995) lembram que “a meta de uma avaliação, como um todo, não é simplesmente relatar seus resultados, mas elaborar e sugerir métodos alternativos e planos de contingência (...) É fundamentalmente importante [para isso] que os objetivos da avaliação sejam claramente indicados” (p. 12).

A apresentação de resultados é importante na avaliação de projetos, ao possibilitar uma visualização imediata e facilitar a utilização destes no aprimoramento e favorecimento da participação na definição do que é mais adequado. Atualmente, isto se faz através de indicadores, que são construções teóricas capazes de propiciar melhor compreensão da realidade, tomando-se símbolos que dão clareza e objetividade às etapas de um projeto para os atores sociais envolvidos. Assim, facilitam o entendimento de um dado fenômeno e orientam decisões em determinados processos (CARDOSO, 2000).

A escolha de indicadores deve basear-se em critérios que busquem a melhor funcionalidade, individualmente e em conjunto.

CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DE INDICADORES
<ul style="list-style-type: none">▪ Constituir um conjunto coerente de vários níveis de informação▪ Ser compreensíveis individualmente e em conjunto pelo público em geral▪ Ser representativos das questões-chave locais, refletindo interesses locais, regionais e/ou nacionais▪ Estar baseados em informações de fácil obtenção e calculados segundo princípios de validade científica▪ Permitir a consideração de informações tanto quantitativa como qualitativas e em diferentes escalas espaciais▪ Permitir a replicabilidade periódica das medições proporcionando série temporal▪ Estimular os tomadores de decisão e aumentar o nível de conhecimento sobre as implicações socioambientais das decisões (aspecto de Educação Ambiental)

FONTES – THÉRIVEL, PARTIDARIO, 1996, modificado; MacLAREN, 1996

Em síntese, a formação de indicadores implica o fortalecimento de processos públicos e democráticos de gestão. Se indicadores se legitimam a partir da qualidade das informações trabalhadas e disponibilizadas, é fundamental que seu processo de produção se configure como um ato de compartilhamento de poder, em consonância com os princípios participativos (e pedagógicos) da Agenda 21.

Há diferentes tipos de instrumentos que podem ser formulados para a estruturação dos indicadores. Contudo, estes deverão se adequar aos objetivos do projeto e ao perfil dos profissionais com que está se trabalhando. Alguns exemplos podem ser considerados neste momento.

Há um primeiro nível de avaliação, mediante o uso de indicadores a serem aplicados na análise das mudanças de atitudes de agentes sociais

envolvidos ou capacitados. Tal grupo de indicadores permite o acompanhamento das mudanças de atitudes, comportamentos e valores relativos aos problemas ambientais, sendo formado por quatro categorias: (1) hierarquização dos problemas ambientais; (2) representação sobre esses problemas; (3) soluções propostas para superá-los; (4) grau de conhecimento dos objetivos do projeto de que participa.

Um segundo nível de utilização de indicadores decorre dos desdobramentos da execução de cursos ou oficinas de capacitação. Suas categorias centrais são:

Participação

- Número de pessoas que participam dos encontros, considerando origem, local de moradia e distribuição de gênero.
- Número de pessoas que buscam informações disponibilizadas pelo projeto.
- Número de ações comunitárias iniciadas após a realização de cursos e oficinas.
- Número de grupos que constituíram e estão executando ações comunitárias após o início do projeto.

Comunicação e disseminação da informação

- Tipo de material produzido, tiragem e data de edição.
- Número e tipo de atividade de distribuição realizada.
- Avaliação dos materiais, feita pelos participantes do projeto.

Capacitação

- Número de agentes comunitários formados e sua distribuição de gênero.
- Número de agentes que estão implementando projetos a partir da capacitação feita.
- Distribuição dos que cursaram por setor social.

Em relação a cursos e oficinas, há um questionário simples que pode ser respondido por capacitadores e alunos. Este se constitui em um terceiro nível de avaliação que, em conjunto com os dois primeiros, forma um movimento contínuo de acompanhamento e análise da execução de um projeto e de possibilidade de aprimoramento do processo.

Itens Avaliados	Exc.	Bom	Reg.	Ruim	Não Posso Avaliar
1. Aspectos gerais					
Qualidade das informações					
Material didático					
Cumprimento dos objetivos traçados					
Adequação didática e metodológica ao conteúdo desenvolvido					
Aplicabilidade e relevância do tema					
2. Aspectos físicos e organizacionais					
Instalações físicas					
Adequação do serviço de café					
Equipamentos utilizados					
Transporte					
3. Avaliação dos participantes					
Motivação					
Compromisso					
Desempenho					
Formação de redes de relacionamento					
Acréscimo de novos conhecimentos					
4. Auto-avaliação					
Condução dos trabalhos					
Aproveitamento conteúdo x tempo					
Domínio do assunto					
Esclarecimento de dúvidas					
Relacionamento interpessoal					
5. Na minha opinião, em síntese, o curso foi...					
6. Aspectos positivos:					
7. Aspectos a serem melhorados:					
8. Sugestões:					

Modelo baseado em instrumento utilizado pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED)

Seguindo as orientações internacionais de gestão ambiental democrática e da Agenda 21, os resultados obtidos, ordenados em indicadores e socializados, servirão para o ajuste do andamento do processo e para uma reflexão coletiva que, em si, é educativa. Mais do que isso, a metodologia utilizada e os resultados devidamente debatidos servem como base para a ação do órgão ambiental competente, otimizando os efeitos dos projetos sociais de caráter público, particularmente os de educação ambiental em fóruns da Agenda 21, em escolas, comunidades ou empresas.

Separatriz 10

Grande parte da literatura que se propõe a discutir a relação entre comunicação, informação e meio ambiente centra-se no papel da mídia e dos jornalistas. A impressão que fica, ao analisá-la, é que há uma angústia por parte dos especialistas, ativistas e “simpatizantes” das causas ambientais pela pouca – ou desproporcional – visibilidade dos problemas e perspectivas da vida no planeta, que se tornam cada vez mais complexas e abrangentes. Tanto nas falas de ambientalistas quanto de “ecojornalistas” aparece a preocupação com o fato de um contingente populacional enorme não estar sendo informado sobre os riscos que corre – no cotidiano e no futuro – e muito menos sobre as causas e caminhos propostos e trilhados para sustar ou minimizar a catástrofe anunciada.

Nem apocalípticos nem integrados, diria Umberto Eco. Este trabalho, embora dedicado, em sua maior parte, à discussão das disputas por essa visibilidade nos supostos “grandes espaços” da mídia e das apropriações das lutas ecológicas pelas razões de mercado, pretende apontar para a potencialidade das ações comunicativas diretas, de âmbito local, e das articulações em rede – mediadas ou não por computador – para a difusão de informação e socialização de conhecimento sobre e para as intervenções no meio ambiente. Essa discussão envolve vários conceitos difusos ou ambíguos como “senso comum”, “opinião pública”, “comunicação alternativa” e “redes de informação”, que serão problematizados ao longo do texto.

10.1 Mídia e meio ambiente no Brasil

Muitos textos sobre a relação entre jornalismo e meio ambiente apresentam uma visão romântica e idealizada da imprensa, associada à crença iluminista no poder da razão para solucionar os problemas sociais e aos ideais de liberdade, independência e democracia que a acompanham. Assim,

acredita-se que as empresas de comunicação de massa, “dentre elas as de mídia impressa, têm como papel preponderante a prestação da informação correta e confiável” e que elas “são de vital importância para a conscientização da sociedade” (LEMOS et al.).

Uma sociedade bem informada exercerá mais plenamente sua cidadania. Assim, todos os indivíduos podem participar e buscar alternativas que propiciem a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde vivem. (...) O que a opinião pública quer das empresas de comunicação de massa é uma atitude moral e de credibilidade. (...) Com isso, o que espera-se das empresas de mídia impressa é que assumam publicamente seus valores e filosofia, e que a questão ambiental faça parte dos mesmos. As empresas, as cidades, os governos, as pessoas, todos têm como objetivo um futuro próspero e feliz (Ibid.).

De outro lado, fala-se freqüentemente em “estratégias de comunicação”, referindo-se, na verdade, a ações táticas visando a ocupar espaços na mídia e, com isso, levar mensagens a amplas parcelas da população. Se entendemos estratégia em seu sentido original de “arte de planejar operações de guerra”, combinando a ação de diferentes forças, e que essas operações implicam sempre “ganhar terreno” ou conquistar determinado território, então é preciso traçar o mapa do que falamos quando nos referimos à “mídia” no Brasil.

Em primeiro lugar, falamos de um conjunto de meios de comunicação impressos, audiovisuais e digitais, que constitui um setor econômico de produção cultural altamente concentrado⁸³:

- apenas oito famílias dominam os principais grupos de comunicação, que cada vez diversificam mais as suas atividades no campo da comunicação (jornal, revistas, rádio, TV, Internet, produtos multimídia, gravadoras de música, cinema etc);
- só a família Marinho é proprietária de 204 veículos: 89 canais de TV VHF, oito canais de UHF, 34 rádios AM, 53 rádios FM e 20

⁸³ Dados referentes a 2001, originalmente levantados para o seminário “Comunicação e Mobilização na Mídia”, da Abong (RJ), realizado em julho de 2002.

jornais; 86% de seus veículos estão concentrados na Região Sudeste, por onde circula o maior volume de verbas publicitárias;

- as Organizações Globo monopolizam a comunicação de massa no país sobretudo através de sua rede de televisão, que cobre 99% das cidades brasileiras com audiência diária de até 90 milhões de pessoas; isto representa 54% dos telespectadores, contra os 23% alcançados pelo SBT, seu concorrente mais próximo;
- seis redes privadas dominam o segmento de televisão, ao qual estão ligados 668 outros veículos: 296 emissoras de TV e 372 veículos de outros tipos (emissoras de rádio, jornais, revistas). Apenas 35 emissoras de TV no Brasil escapam dessa categoria por pertencerem a redes públicas (5), segmentadas (26) e grupos independentes (4);
- a televisão costuma abocanhar cerca de 60% das verbas publicitárias destinadas aos meios de comunicação, que em 2001 totalizaram R\$ 12,78 bilhões; pouco mais de 20% vão para os jornais e o restante é dividido entre os demais veículos (o rádio é o que recebe menos)⁴.

Falamos, também, de um ambiente cada vez mais competitivo por massas de audiência (que interessam aos grandes anunciantes do varejo) e por segmentos de públicos (que atraem verbas publicitárias setoriais). Neste início de século, essa mídia vem apresentando as seguintes tendências:

- direcionamento da programação das emissoras de TV aberta para o público de massa, com ênfase no entretenimento para as classes de consumo B, C e D;
- canais de televisão por assinatura dirigidos a públicos específicos, com ênfase em informação e produtos culturais qualificados;
- aumento da oferta de revistas semanais de informação para as “camadas médias” da população e de publicações quinzenais e mensais segmentadas;

⁴ **FONTES** – Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e *Oscardosdamídia* (pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas em Comunicação de Porto Alegre, coordenado pelo jornalista e professor Daniel Herz, e divulgada no Fórum Social Mundial de 2002).

- aumento da oferta de jornais locais para as camadas de baixa renda nas grandes regiões metropolitanas;
- surgimento de jornais ou suplementos regionais voltados para as camadas médias urbanas periféricas dos grandes centros.
- ampliação dos canais de comunicação das empresas jornalísticas, através dos portais de notícias, comércio e serviços na Internet.

O público com quem falamos através dessa mídia informa-se majoritariamente através da televisão e possui um fraquíssimo hábito de ler jornais e revistas. Segundo pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com dados sobre 20 países da América Latina, no final dos anos 1990 o Brasil era o terceiro país com o pior índice de leitura de jornais (28 exemplares diários para cada mil habitantes), perdendo apenas para o Equador (26) e o Haiti (6,9 exemplares). O Uruguai era o único da região com índice de leitura comparável ao dos países desenvolvidos: 227 exemplares por mil.

Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ), esse quadro vinha melhorando desde 1996, mas sofreu uma ligeira queda em 2001, quando foram contabilizados 1.980 jornais em todo o país, dos quais 491 diários, 937 semanais e o restante variando de trissemanal a mensal. A imprensa diária registrou nesse ano uma circulação de 7,670 milhões de exemplares/dia, o que representa 46 exemplares por mil, ou apenas 22% de alcance para uma população estimada em 170 milhões de habitantes⁵.

10.2 Orientação pelo mercado: a “ecoestratégia”

A mídia é, portanto, parte dinâmica do atual processo de expansão capitalista, mas carrega uma contradição intrínseca ao se apresentar como um ator social com princípios idealistas, comprometido com “a verdade”, a “pluralidade” e o “interesse público”. Apesar desse discurso iluminista – ou também por causa dele, os meios de comunicação chegaram ao final

⁵ **FONTES** – Banco de Dados ANJ/ABRE (Associação Brasileira de Representantes de Veículos de Comunicação), 2001.

do século XX regidos pelas mesmas “variáveis interconexas” das categorias modernidade, industrialismo, mercado e tecnocracia, que estão na raiz da degradação ambiental e funcionam de forma antagônica aos princípios do paradigma ecológico:

- dependem fundamentalmente de publicidade, que estimula o individualismo e o consumismo, enquanto o desenvolvimento sustentável exige uma revisão drástica do crescimento sem limites e do consumismo desenfreado;
- são contraditórios em relação às formas de apropriação e uso dos recursos naturais dos quais dependem para a sua subsistência, particularmente os meios impressos, que “queimam” toneladas de papel em produtos altamente efêmeros – do jornal diário à revista mensal – e precisam dar um destino “limpo” a seus resíduos industriais;
- são resistentes a mudanças radicais de valores culturais, comportamentos e atitudes, estimulando os modismos que sustentam o consumismo e as atitudes que reforçam o senso comum ou buscam construir consenso em torno de idéias e valores dominantes. Seu projeto não é o da emancipação humana, mas o do progresso material;
- valorizam apenas as relações societárias e os processos de desenvolvimento não-antagônicos ao projeto hegemônico do mercado; naturalizam a dependência do local e do nacional ao global; e são ambíguos em relação ao binômio sociedade-Estado, ora cobrando autonomia, ora exigindo intervenção (como no caso da educação e das violências, por exemplo).

Com base nessa lógica de mercado, alguns autores afirmam que as organizações só serão capazes de competir no futuro se assumirem responsabilidade ética, social e ambiental perante as comunidades em que estão inseridas, como parte integrante de sua estratégia corporativa. Quando a atitude empresarial em relação ao meio ambiente deixa de ser compulsória – em função de regulamentações – e transforma-se em voluntária, tem-se a incorporação do que vem sendo chamado de “ecoestratégia”. “Esta atitude voluntária significa estar acima das exigências legais, mediante a implantação do sistema de gestão ambiental, deixando de ser uma atitude

estratégica de prevenção e passando a constituir-se numa fonte de vantagem competitiva e num diferencial de mercado” (LEMOS et al.).

Pesquisa realizada em dois dos principais jornais diários do Rio Grande Sul (não identificados), por exemplo, verificou que as questões ambientais não fazem parte, de forma explícita, dos valores e dos planejamentos estratégicos das respectivas empresas. Mas, na prática, ambas adotam ações que atendem às exigências de controle ambiental e ao interesse do público leitor do Estado – que possui um dos mais ativos movimentos ambientalistas do país. “Com relação aos efluentes e resíduos, obteve-se que uma das empresas possui uma ETE (Estação de Tratamento de Efluentes), enquanto a outra mencionou que todos os resíduos são reciclados, principalmente papel e tintas. Ambas as empresas já apoiaram grandes campanhas de cunho ambiental e, com frequência, assinam editoriais com este propósito” (LEMOS et al., op. cit.).

Os efeitos da “ecoestratégia” são visíveis nos EUA, segundo o jornalista americano Peter Lord, que escreve sobre meio ambiente para o mesmo jornal há mais de vinte anos e veio ao Brasil pela primeira vez em maio de 2002. “As empresas estão lançando no mercado carros com baixo consumo de combustível. Há linhas de equipamentos que economizam energia. Há o ecoturismo. Os hotéis pedem que seus hóspedes reutilizem toalhas para economizar energia e salvar o meio ambiente”. Mas, admite, há empresas que usam a questão ambiental apenas como marketing, porque “é bom para os negócios”, sem preocupação verdadeira com a responsabilidade social (entrevista à *Folha do Meio Ambiente*, maio/2002).

É clara, também, a tendência mundial de se valorizar o “marketing verde” e o “marketing social”, através da atuação do “terceiro setor”, e de se investir na publicidade que gira em torno dessas questões para consolidar marcas junto ao público. No entanto, o alvo dessas ações no Brasil é apenas o alto da pirâmide social.

Pesquisas realizadas pelo Procon de São Paulo atestam que o consumidor das classes A e B levam em consideração a imagem e a confiabilidade da marca que ele consome. (...) Segundo Rogério [Ruschel, presidente da Ruschel & Associados], ‘não é possível imaginar

um produto com apelo ecológico utilizando os meios de comunicação de massa. Há uma segmentação natural, porque nem todas as pessoas entendem a questão ambiental e os produtos são mais caros'. (...) 'Em termos de marketing, hoje, dificilmente se desenvolvem produtos ou serviços sem considerar os valores ambientais. Há batalhas gigantescas sendo travadas no Brasil, como por exemplo a do mercado de embalagens, disputado pelo vidro, papel, plástico, alumínio e aço', acrescenta Rogério (RYGAARD, 2002).

Uma pesquisa divulgada pelo PNUD, segundo Wodianer Marcondes, mostrou que os negócios relacionados ao meio ambiente superaram a indústria armamentista, em volume financeiro, em 1997. Como exemplos de empresas que já aderiram a esse novo mercado, Cintia Rygaard cita as inserções publicitárias da Albras – Alumínio Brasileiro S.A. na revista *Exame* (anunciando seus certificados ISO 14001, que garantem o sistema de gestão ambiental); da linha natural Ekos, da Natura, em revistas como *Cláudia* e *Elle*; da Shell e da Petrobras na *V&A*; e também *brnns* em sites especializados, como o da Coca-Cola no **ambientebrasil.com.br** e do hotel Portobello no **jornaldomeioambiente.com.br**.

A adesão do “terceiro setor” ao “marketing ecológico” pode ser observada também na apresentação da Rede CTA-JMA na Internet:

A Rede CTA – Consultant, Trader and Adviser – Geradores de Negócios nos Mercados Futuros e de Capitais – do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo e ONG CTA representada pela economista Amyra El Khalili e *Jornal do Meio Ambiente* editado pelo Jornalista prêmio Global 500 da ONU – Vilmar Berna - é um “clusters” (sic) – Teia de intensas relações afetivas, – ou seja, uma rede de difusão de informações com o objetivo de debater, promover e registrar a história do desenvolvimento sustentável através do fomento e estruturação das commodities ambientais no Brasil, que são mercadorias originadas de recursos naturais em condições sustentáveis: água, energia, madeira, biodiversidade, reciclagem, minério e controle de emissão de poluentes (água, solo, ar).

Cada um desses elementos possui seus próprios geradores de informação: pesquisadores, jornalistas e tradutores, que alimentam a

Rede CTA-JMA com informações de qualidade e opiniões que sinalizam o mercado. (...) A Rede CTA-JMA tem penetração no sistema financeiro, indústrias, escritórios, redações de jornais, emissoras de televisão, rádios, prestadores de serviços, consultores, e demais profissionais que não dispõe (sic) de tempo e que não podem participar de listas de discussão, navegar e acompanhar chats de entrevistas e bate-papos pela Internet (extraído do *site do Jornal do Meio Ambiente*).

Ao promover a reificação do mercado, os meios de comunicação – sejam eles empresariais ou “alternativos” – acabam ficando na superfície dos problemas ambientais e não propiciam a emancipação humana, além de excluir a ampla parcela da população que mais sofre com a degradação ambiental. “O livre mercado não resolve tudo, até porque é manipulado. O mercado só vê demanda, não vê necessidades. Os mercados são cegos para as gerações futuras”, dizia o gaúcho José Lutzenberger, um dos pioneiros ambientalistas do país, fundador da primeira ONG ecológica nacional, a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural).

10.3 O jornalismo ambiental: resistências, avanços e recuos

Segundo Roberto VILLAR (citado por BECKER, 1998), o “ecojornalismo” surgiu nos anos 1960 e em 1966 foi fundada a primeira entidade de jornalistas especializados em meio ambiente na França. Na imprensa brasileira da época, o assunto era uma preocupação quase solitária de Randau Marques, que já questionava o termo “defensivo agrícola” para designar agrotóxico. “VILLAR (1997) conta que, em 1968, Randau foi considerado subversivo e preso porque escreveu num jornal da cidade paulista de Franca, pólo de curtumes, reportagens sobre a contaminação de gráficos e sapateiros com chumbo” (Ibid.).

Foi Randau também quem cobriu a primeira polêmica ambiental envolvendo uma grande empresa: o fechamento da fábrica de celulose Borregard (atual Riocell), de dezembro de 1973 a março de 1974, devido

à poluição que causou. O fato atraiu a atenção de jornalistas até no exterior e uniu “o nascente e aguerrido movimento ecológico gaúcho”, que teve importância fundamental na campanha contra a contaminação do ar e da água do Rio Guaíba (BECKER, 1998).

Nos anos 1970, Randau ganhou um “parceiro” de luta – só que como fonte jornalística –, com a volta ao Brasil do agroquímico José Lutzenberger, após 13 anos fora do país como executivo da Basf. Seu combate enérgico aos agrotóxicos e a investigação do acidente ecológico de Hermenegildo (conhecido também por “maré vermelha”) foram algumas bandeiras que logo o tornaram conhecido na imprensa. Ao longo das décadas de 1970 e 80, “não havia como fazer um enfrentamento jornalístico de certas questões sem se ouvir o Lutzenberger”, lembra VILLAR (1997). Na época, quando poucos brasileiros tinham noção do que era ecologia, o movimento ambientalista do Rio Grande do Sul começou a organizar protestos nas ruas, o que despertou a atenção da imprensa. As pautas ambientais tornaram-se, então, uma das formas de os veículos de comunicação protestarem contra a censura da ditadura militar (Cf. RYGAARD, 2002).

Lutzenberger era um desses raros cientistas multitalentosos com visão política, que se interessam por antropologia, filosofia, matemática, biologia, história. Preocupava-se em disseminar informações sobre os perigos da globalização para a humanidade, do ponto de vista ecológico e social. Não foi à toa que influenciou uma geração de ambientalistas e ecojornalistas. Criou também a Fundação Gaia, idealizada como um centro de estudos humanistas para explorar a perspectiva de conservação da vida no planeta.

Em 1990, foi escolhido pelo então presidente Collor de Melo para comandar a Secretaria do Meio Ambiente. A partir de então passou a ter atritos com grupos ambientalistas do Brasil e do exterior ao levantar suspeita sobre o desvio de recursos destinados por ONGs estrangeiras ao combate ao desmatamento no Brasil. Foi paradoxalmente demitido em março de 92, três meses antes da realização do maior evento da história da ONU sobre ecologia e biodiversidade, a Rio-92 (Ibid.)

Esta era pré-Eco-92 do jornalismo ambiental foi marcada por “dom-quixotes” e muita resistência, inclusive dos jornalistas do campo progressista. Um episódio ocorrido no jornal alternativo *Várzea* do Acre, em 1977, ilustra bem as relutâncias que tiveram de ser vencidas.

O jornal, até aquele momento, não tinha um bom olhar sobre a questão ecológica, por considerar [a existência de] um certo diletantismo ou modismo no trato do assunto, mas a conferência do diretor do INPA [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia], Warwick Keer, foi convincente, principalmente quando disse: “Não devemos permitir que gaúchos, paulistas e outros venham acabar com as florestas da Amazônia. Eles chegam aqui, criam o boi, mandam a carne para a Alemanha e outros países; o dinheiro fica por lá e o homem da Amazônia fica apenas com o ‘berro do boi’”. (...) Essa primeira matéria marcou a adesão da equipe do jornal à questão ecológica, que passou então a ser abordada como uma problemática indissociável da questão da terra no Acre (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 189).

Nos grandes centros urbanos, porém, a ligação entre os problemas sociais e os do meio ambiente ainda demoraria muito a ganhar a atenção dos meios de comunicação. Um ano antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o jornalista Washington Novaes¹⁶ avaliava que a imprensa brasileira pecava pela ausência ou pela ignorância, exacerbava as catástrofes e era tímida na absorção de novos temas ou soluções inovadoras na área ambiental. Em sua coluna “Sinal Verde”, publicada ao longo de 1991, na revista *Imprensa*, ele não só monitorava o trabalho dos jornalistas, como sugeria caminhos para uma cobertura mais relevante.

Na primeira reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), por exemplo, estavam em pauta temas como: política nuclear brasileira, incentivos fiscais para projetos agropecuários na Amazônia, proibição de exportar espécimes da fauna e flora exóticas, tratamento de cargas em acidentes com navios, entre outros. “Pois com tantos temas quantíssimos em discussão no mais alto foro de questões ambientais no país – que tem poder

¹⁶ Foi secretário estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do governo do Distrito Federal.

normativo nessas e em outras áreas – não havia um só jornalista presente. No dia seguinte, saiu em todos os jornais um mesmo relato da reunião, certamente extraído de um *press release* morno e simplificador – quando o que aconteceu na reunião daria matéria para umas duas páginas interessantíssimas de jornal, nas mãos de um jornalista competente e informado em questões ambientais.” (IMPRENSA, 1991, p. 16).

Como arrematou Novaes, não foi a primeira nem seria a última vez que a imprensa brasileira demonstraria esse tipo de descaso ou de despreparo, apesar de alguns tímidos sinais de mudança. Um ano antes da Eco-92, a revista *Imprensa* publicou um glossário (impresso em papel reciclado, com patrocínio da MacDonal'd's – “uma empresa com os pés na Terra”), que apontava para a inclusão de variáveis sociais na equação ecológica, contidas na expressão “ecologia social”, embora ainda distante da concepção socioambiental que emergiria no final do século XX.

Na Eco-92, os temas ambientais ganharam a mídia como nunca. Foi uma cobertura intensa, porém efêmera, como avaliou Cintia RYGAARD (2002), a partir de depoimentos colhidos com jornalistas que cobriram o evento. Roberto VILLAR (1997), que na ocasião transmitia oito horas diárias pela Rádio Gaúcha, contou que logo depois da conferência houve uma saturação por dois motivos: (...) “o Collor Gate e uma espécie de ressaca. Os editores acharam que já tinham cumprido o seu papel”. Já Cristiane Costa, do *Jornal do Brasil*, acha que o assunto não passou de um modismo explorado pela imprensa como outro qualquer. “Eu vi profissionais que se especializaram nessa área que ficaram sem campo para trabalhar depois, tendo que ir trabalhar em outras editorias” – relatou.

Quando a Eco-92 terminou, as empresas de comunicação voltaram à rotina e a cobertura sobre meio ambiente diminuiu drasticamente. “O espaço encolheu, as abordagens tornaram-se esporádicas e somente diante de problemas de grande impacto. A inclusão da problemática verde, quando trabalhada pela grande mídia, não tem o tratamento adequado, o que provoca um desvio da informação correta, responsável e respaldada sobre o que ocorre com o meio ambiente” (RYGAARD, 2002). A bandeira do desenvolvimento sustentável e demais postulados da Agenda 21 entrariam em sono profundo nas gavetas das redações dos grandes grupos de

comunicação, que voltariam a manter o jornalismo ambiental com um status marginal, como avaliou Roberto VILLAR (1997, citado por BECKER):

[Esses grupos], sabendo que não podem ignorar a questão ambiental por uma simples questão de mercado, fazem pequenas concessões aqui e ali – o meio ambiente é manchete e ganha espaço e tempo na cobertura diária quando acontecem desastres ou quando os assuntos repercutem no Exterior, já que a pauta ambiental origina-se das agências internacionais. E, o que é pior, o jornalista que se especializa é muitas vezes rotulado como ecologista, “principalmente quando começa a discutir com profundidade as questões ecológicas e denunciar grandes empresas poluidoras”. Isso acontece porque “a imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade na pauta das discussões públicas”.

De fato, continua Villar, a grande imprensa não investiga a promiscuidade existente entre os órgãos ambientais e as indústrias e evita debater temas brasileiros como a falta de saneamento no país. Por exemplo, continua o autor, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental reuniu, em setembro de 1997, os maiores especialistas em saneamento ambiental em Foz do Iguaçu, Paraná, e os jornalistas não foram. Logo depois, o governo daquele Estado promoveu os Jogos da Natureza e apareceram centenas de repórteres para registrar o evento (Ibid.).

Tem sido um tortuoso caminho desde aquele longínquo 1866, quando o naturalista alemão Ernst Haeckel cunhou o termo “ecológico” para designar a adaptação dos organismos ao ambiente. Muito antes de a degradação ambiental tornar-se objeto de luta específica, as inóspitas condições ambientais urbanas das emergentes metrópoles da Europa e Estados Unidos impulsionaram “o surgimento de um sentimento estético e moral de valorização da natureza selvagem”, como relata Isabel CARVALHO (1998, p. 103):

É na contraposição à violência social e ambiental do mundo urbano que se afirma a nostalgia da natureza intocada. As paisagens naturais e a natureza, de um modo geral, passam a se afirmar como um bem,

desejado e valorizado pela sociedade. Hábitos como o de manter em casa um pequeno jardim, criar animais domésticos, fazer passeios ao ar livre e piqueniques nos bosques, ouvir música nos jardins, promover idas ao campo nos finais de semana e observar pássaros são fartamente registrados pela literatura e pintura dos séculos XVIII e XIX.

Embora tenham origem nos “sentimentos e valores privados do indivíduo burguês”, as *novassensibilidades* para com a natureza ultrapassaram as fronteiras de classe, alimentando um *ethos* público em relação às intervenções humanas na natureza e à apropriação utilitária dos recursos naturais. “Esse contexto foi, sem dúvida, favorável para que as novas sensibilidades que valorizavam e idealizavam a natureza se constituíssem numa transformação cultural importante, de longa duração, que chega até os dias de hoje como uma das raízes histórico-culturais do ambientalismo contemporâneo” (CARVALHO, 1998).

Não é de se estranhar, portanto, que a chamada “grande imprensa” dê mais importância a denúncias envolvendo “áreas verdes” e animais em extinção do que aos problemas ocasionados pela falta de saneamento básico nas periferias das grandes cidades ou pelas construções desordenadas em encostas. Para o senso comum de muitos jornalistas, esses últimos sequer são questões ambientais, mas políticas, da mesma forma que os transgênicos são um problema da ciência.

10.4 Especificidades do discurso jornalístico: enquadramentos, ênfases e exclusões

Ainda hoje a categoria “meio ambiente” parece nebulosa para os meios de comunicação. A maioria sequer possui um enquadramento definido para os temas a ele relacionados, alocando as matérias em editorias, seções, cadernos ou blocos de notícias (a exemplo do rádio e da TV) caso a caso. Mesmo nos Estados Unidos, onde o movimento ecológico é mais antigo, o público leitor é bem mais amplo e a imprensa mais aparelhada, a cobertura jornalística sobre o meio ambiente ainda é proporcionalmente reduzida, segundo o jornalista Peter LORD (2002):

Pesquisas demonstram que os americanos têm grande interesse pelo meio ambiente. Porém, há somente uma revista, a “E”, dedicada inteiramente às questões ambientais. E não é popular. Acredito que, como qualquer outra questão, o ponto crítico é como a reportagem é divulgada. Algumas revistas como a *Time* e a *National Geographic*, é claro, fazem um trabalho excelente. Há centenas de jornalistas de meio ambiente fazendo essas tarefas. Mas penso que muitos reclamariam que ainda há notícias sobre celebridades e notícias desportivas demais e pouco interesse é dado às questões que realmente necessitam de nossa atenção, como os problemas ambientais.

Isabel CARVALHO (op. cit.) propõe chamar de acontecimento ambiental “esse campo contraditório e diversificado que constitui o amplo e multiforme ideário ambiental. Esse acontecimento, que atravessa diversas práticas sociais contemporâneas, comporta um alto grau de heterogeneidade, podendo incluir movimentos sociais de filiações ideológicas diferenciadas, políticas públicas, partidos políticos, estilos de vida alternativos, opções e hábitos de consumo”. Mas nem todos os atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais se consideram ecologistas ou vêem suas lutas como estritamente ecológicas. A construção de pontes entre as lutas ambientais e as lutas populares confere maior visibilidade e legitimação a ambas. Um exemplo contundente foi uma cena flagrada durante peregrinação ao Santuário de Bom Jesus da Lapa, na Bahia: em meio a senhoras do Apostolado da Oração vestidas de branco visualizava-se uma enorme faixa: “Quem desmata mata” (CARVALHO, op. cit., p. 104).

É essa característica, ao mesmo tempo difusa e multiforme, que tem dificultado o enfoque das questões ambientais em um único quadro de referências, dentre os que a imprensa elege tradicionalmente. No seu processo reducionista e fragmentalista, o discurso jornalístico ignora a pluralidade de *ambientalismos*, os quais são diversos e conflitantes, e adota um modelo monolítico e idealizado, centrado na “harmonização com a natureza”. O mesmo entendimento dicotômico da categoria sociedade-natureza, expresso no *naturalismo*, no *tecnicismo* e no *romantismoingênuo*, que se observa em projetos de educação ambiental, também predomina no discurso dos meios de comunicação de massa.

Na chamada “grande imprensa”, poucos jornais possuem seções, cadernos ou suplementos específicos. Nos anos 1980, a *Folha de S. Paulo* criou o “Folha Verde”, um selo para identificação de reportagens publicadas pela editoria de Cidades a respeito de problemas ambientais. A cobertura dessa editoria abrangia: urbanismo, transporte, trânsito, saúde, saneamento, administração pública, previdência social, comportamento social, segurança, polícia e Justiça. Na última reestruturação editorial, essas temáticas foram realocadas no caderno Cotidiano.

Nos anos 1990, o *Estado Ecológico*, veiculado pelo jornal *Estado de Minas*, destacou-se na mídia impressa sob o comando do jornalista Hiram Firmino, que em 2002 passou a editar a revista *JB Ecológico*, com a curiosa periodicidade de “todo domingo de lua cheia”. *O Globo* correu atrás e no dia do meio ambiente lançou o *Caderno Terra*, a ser veiculado toda primeira quarta-feira do mês. Outros veículos, como o *Jornal do Comércio* de Recife e o *Estado de S. Paulo*, associam *Ciência & Meio Ambiente* ou *Ciência e Vida* (como o site da Globo News), o que acaba restringindo o “ambiental” à sua dimensão biológica.

Esta é também a visão dominante – ao lado da conservacionista – dos três principais programas especializados da televisão brasileira: *Globo Ecologia* (repetido pelos canais por assinatura do grupo e pela TVE); *Repórter ECO*, “revista semanal especializada em meio ambiente com embasamento científico”, produzida há dez anos pela TV Cultura; e *Expedições*, de forte cunho naturalista, dirigido e apresentado por Paula Saldanha e exibido pela Rede Brasil. Já nas emissoras locais de cidades de médio porte (sejam canais por assinatura ou repetidoras de emissoras abertas) há uma tendência a tratar das questões ambientais nos programas de temática rural. Nesses contextos, a relação sociedade-natureza é qualificada de duas formas predominantes: sacralizada ou predatória.

O enquadramento dos problemas ambientais como uma questão científica está diretamente relacionado aos conhecimentos – cada vez mais complexos – exigidos para a sua compreensão, mas também à visão do senso comum sobre a ciência como corpo explicativo do mundo natural, e da tecnologia como aparato de intervenção na natureza. Assim, a comunicação ambiental teria “função” semelhante à da divulgação científica,

de veicular informações técnico-científicas para o público em geral, com fins explicativo e educativo.

Na definição de Wilson da Costa Bueno (1988, p. 27, citado por BECKER, 1998), jornalismo científico é a “divulgação de fatos e informações de natureza científica e tecnológica, permitindo ao cidadão comum inteirar-se das novas descobertas da ciência e de suas implicações políticas, econômicas e sócio-culturais (sic)”. Já o jornalismo ambiental é o que se refere à cobertura dos temas relativos ao meio ambiente pela imprensa. “Como o meio ambiente é “o conjunto de sistemas naturais e sociais em que vivem o homem e demais organismos e de onde obtêm sua subsistência” (IBAMA, 1997, p. 19), o jornalismo ambiental é um dos gêneros mais amplos e complexos do jornalismo científico, já que engloba desde assuntos como extinção de espécies até fontes sustentáveis de energia” (BECKER, 1998).

Mas o jornalismo pode ser comparado à ciência? – perguntou, certa vez, Roberto Villar, na lista de discussão da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA):

Se for nos termos do Adelmo Genro, autor do livro *O Segredo da Pirâmide*, citado nesta Rede por outra pessoa, acho que pode. Para o falecido Adelmo (irmão do Tarso Genro), o jornalismo é uma forma singular de conhecimento, enquanto a ciência é uma forma universal (e a arte uma forma particular de conhecimento). As categorias singular, particular e universal vêm da filosofia de Hegel. Ou seja, jornalismo, arte e ciência são formas de conhecimento humano. Mas têm repercussões públicas diferentes. E se o resultado social é diferente, a responsabilidade também é.

Na ciência, não existe imparcialidade, há interesses de todo o tipo por trás de qualquer estudo. Uma teoria científica é construída a partir de um paradigma, segundo Thomas Kuhn, autor do célebre livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, um clássico da Filosofia da Ciência. Numa reportagem, também não existe imparcialidade, há interesses de todo o tipo por trás de uma pauta, de uma matéria. A repercussão social de uma reportagem, o resultado, sempre beneficia alguém. O

bom jornalismo beneficia toda a sociedade, não apenas os anunciantes e o dono do jornal (Cf. RYGAARD, 2002).

O método de construção do discurso jornalístico obedece à mesma lógica da ciência analítica cartesiana: conduz à fragmentação ou redução do objeto. A seqüência dos termos em um enunciado pode estabelecer relações mecânicas de causa e efeito nem sempre verdadeiras (quando não artificiais), assim como informações descontextualizadas podem resultar em deduções incorretas ou tendenciosas. Isso sem contar as exclusões de informações, que silenciam sobre tópicos relevantes para a sociedade. A esse respeito, escreve BECKER (1998):

As críticas à falta de profundidade no tratamento dos problemas ecológicos pela imprensa brasileira não são novas. Em 1989, Randau Marques, no Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente em Brasília, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas, deixou claro que, como jornalista, ele achava que, apesar da exuberância do noticiário, das páginas fartas e dos *clippings* eletrônicos, a cobertura sobre meio ambiente peca com relação à sua superficialidade. O prestigiado jornalista foi além, concluindo que essa superficialidade leva ao esvaziamento da opinião pública, a qual se desinteressa por aquilo que considera fora de alcance, sem solução. O jornalismo atual pode estar contribuindo para a desesperança, indiferença e conformismo da população frente à destruição da natureza.

Muitos fatos são relatados de forma descontextualizada, desprovidos das inter-relações com as esferas social, política e econômica, como a notícia veiculada pela editoria Ciência e Vida, do jornal *O Globo* de 27/04/02, sob o título “Calor recorde nos três primeiros meses do ano” e analisada por RYGAARD (2002):

[A matéria] se desenvolve falando que janeiro, fevereiro e março foram os mais tórridos em todo o mundo desde 1860. No decorrer do texto fala-se dos cientistas britânicos que conduziram a pesquisa, do El Niño e da anormalidade do fenômeno. Em momento algum se aborda a

questão do Efeito Estufa, da importância dos Estados Unidos assinarem o Protocolo de Kyoto, tampouco se menciona o apocalíptico caminho que a Humanidade terá de enfrentar caso as coisas continuem sendo apresentadas da forma que estão.

(...) A ausência da relação do meio ambiente com os problemas enfrentados diariamente pela população como saneamento básico cria a falsa idéia de dissociação entre o meio ambiente e utilidade pública, ou seja, o lado social. As matérias que são vistas na grande mídia, atualmente, são superficiais, não se explicam os “porquês” dos problemas, tampouco as soluções nem formas de evitá-los. O fluxo dessas informações ambientais, que deveria ser permanente, é fragmentado, descontínuo e completamente não-linear.

Uma das conseqüências desse discurso é a não vinculação dos fatos ou decisões ao dia-a-dia da população, como observou a jornalista Eliana de Souza LIMA (2001):

Um exemplo: outro dia uma reportagem de TV mostrava que a represa de Guarapiranga na Grande São Paulo estava sendo urbanizada em sua orla. O repórter falou sobre as construções irregulares, entrevistou os “grileiros” do local e engenheiros; foi à Prefeitura paulistana verificar se realmente aqueles proprietários detinham a posse da terra. Mas se esqueceu de um fator fundamental: a água. Sim, a água da represa, que poderia estar sendo contaminada com o despejo dos esgotos domésticos das construções irregulares que ele noticiava. Acabou a matéria e ele não procurou os órgãos ambientais, como a Cetesb, para realmente averiguar se havia a contaminação da água. A água que o cidadão recebe em sua torneira e que para ser tratada passa por um caro processo, e que quanto mais suja, mais caro fica este processo de limpeza. Onde está a relação com o dia-a-dia da população?

Como lembrou Garo Batmanian, do WWF, no Fórum de Jornalismo do Meio Ambiente, em 1998: “O desenvolvimento sustentável é um problema da sociedade como um todo. Esse é um dos cerne do problema. No dia em que o [rio] Tietê transborda, quem fica com o carro alagado e sujeito a pegar alguma doença é a população”. Entretanto, raramente se vê

na imprensa matérias que associem meio ambiente, desenvolvimento sustentável e modelo predatório de crescimento econômico. Por exemplo: quando todos os candidatos à Presidência da República falam na necessidade urgente de retomar o crescimento, quantos jornalistas os interpelam sobre os limites desse crescimento e os custos socioambientais decorrentes?

Todas essas deficiências não se devem apenas a “questões de mercado” conflitantes com as causas ambientalistas, mas sobretudo às relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Quase todas são próprias das condições de produção do discurso jornalístico: a pauta que orienta o enfoque da apuração; o pouco tempo para entrevistas e levantamento de dados (que limita o detalhamento e o aprofundamento); os limites de espaço (ou tempo) que impõem cortes por critérios não-qualitativos; a adequação da linguagem da narrativa ao público-alvo do veículo; o princípio da objetividade e da precisão (ver adiante), que dificulta o tratamento de eventos cujas causas são imprecisas, discutíveis ou desconhecidas (neste caso, seria necessário ponderar, relativizar, ressaltar...).

Para fugir dessas armadilhas discursivas, Peter Nelson (em *Dez dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente*, 1994) aconselha os jornalistas a “agir como os ecologistas – que estudam a chamada teia da natureza e suas inúmeras interconexões no mundo natural – e procurar conexões entre os fatos, até como pauta para novas matérias”. No prefácio do livro, Brennan diz que reportagens sobre meio ambiente “estão relacionadas com outros campos, como a política, a cultura e a economia. São complexas e, portanto, incompatíveis com explicações e fórmulas simplistas. São técnicas, o que significa que exigem uma certa especialização”. Além disso, são carregadas de emoção, “por causa do efeito que exercem sobre as pessoas” (BECKER, 1998).

Esse apelo emotivo, tão ao gosto da mídia, é fortemente responsável pelo discurso apocalíptico, que se caracteriza pela descrição de cenários futuros amedrontadores sem a indicação de responsabilidades e saídas concretas ao alcance do cidadão comum: “(...) o consagrado modelo hollywoodiano de abordar catástrofes ambientais ainda é visto pelas empresas de comunicação como o melhor e único caminho para a defesa de sua sobrevivência no mercado, via aumento de audiência. Mostrar a tragédia ambiental, exibir o drama ecológico, mas não entrar em sua discussão,

é uma receita antiga que dá certo até hoje. Para que mudar? As empresas devem pensar assim, com sua dose pontual de razão” (Washington Novaes, entrevista ao *Estado de Minas*, 28 set. 1998, citado por BECKER, 1998).

10.5 Jornalistas e ambientalistas: entre a “objetividade” e o engajamento

Quando se analisa criticamente a atuação dos meios de comunicação, é necessário estabelecer distinções e limites entre o projeto da mídia enquanto aparelho ideológico do capitalismo e ator social, o jornalismo como prática social reconhecida e regulamentada, e as visões de mundo dos jornalistas que tratam as informações, formam as idéias, conduzem os processos e operam os meios de divulgação.

Para a grande maioria dos jornalistas brasileiros – uma categoria hoje predominantemente jovem, com alta rotatividade no mercado profissional – a história do “movimento ecológico” começa na Eco-92. O processo de negociações multilaterais iniciado em 1972, sob o patrocínio da ONU, que levou ao trinômio “limites do crescimento”, “nosso futuro comum” e “desenvolvimento sustentável”, é ignorado em grande parte ou muito pouco conhecido.

No seu processo de constituição como uma “subcategoria” (no sentido de “parte”, de “divisão”) e de um novo campo profissional, os jornalistas interessados em ampliar e aprofundar a cobertura dos temas relacionados ao meio ambiente herdaram o prefixo “eco” e o apêndice “verde” originários dos movimentos ambientalistas europeus – sobretudo os da Alemanha, França e Inglaterra. Talvez por isso, há quem os veja mais como militantes ou ativistas, que cobriam os temas ecológicos com paixão, o que seria antijornalístico. Alguns chegam a chamá-los ironicamente de INGs – Indivíduos Não-Governamentais – ou ferinamente de “ecochatos”. Mas raramente alguém faz esse tipo de crítica aos jornalistas esportivos, particularmente os setoristas de futebol, que cobrem apaixonadamente as partidas, os clubes – e, sobretudo, a Seleção – como se fossem torcedores, sem a menor preocupação com a imparcialidade.

A identidade com os ambientalistas acarreta para os “ecojornalistas” um dilema profissional: como separar informações de opiniões, notícias de comentários, como prega o paradigma da objetividade, que rege o chamado “bom jornalismo”?

“A apuração e a depuração, indispensáveis ao bom relato, são intervenções valorativas, intencionadas por pressupostos, juízos, interesses e pontos de vista estabelecidos. Como noticiar ou deixar de noticiar algum fato sem o componente opinativo?” – indaga Sylvia MORETZSOHN (2001). “Por outro lado, o comentário – explicativo ou crítico – será ineficaz se não partir de fatos e dados confiáveis, rigorosamente apurados” – prossegue a autora. Na verdade, trata-se – na avaliação de Chaparro, citado por Moretzsohn – de uma divisão entre dois tipos de texto, um com uma estrutura formal argumentativa, outro com estrutura formal narrativa.

Como diz o manual da *Folha de S. Paulo* (1987), “não existe objetividade em jornalismo” porque “ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível”. Ser objetivo, neste caso, significa “retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram, bem como suas circunstâncias e repercussões”. Para isso, o jornalista deve procurar observar os acontecimentos “com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse”. Distanciamento, para a *Folha*, implica conhecer bem aquilo de que se fala: “pesquisar suas causas e antever suas conseqüências, examinar seus pormenores”. Mas, conviver com seus protagonistas “pode acarretar um envolvimento pessoal do jornalista com o objeto de seu trabalho, o que pode constituir um risco técnico: o texto produzido pode ser parcial, acrítico, ingênuo” (p. 34 e 108).

Assim, os “ecojornalistas” estariam na contramão do “bom jornalismo”, porque mantêm a sua “aura militante”, insistem no ideal de contribuir para mudar o mundo através de seus relatos e porque ainda se “envolvem” com suas principais fontes, os ambientalistas. O que está em jogo, na realidade, é o confronto entre um discurso reducionista, imediatista, e uma abordagem problematizadora, com visão de longo prazo. A mídia

trabalha com fatos (eventos), imagens e personagens em cena, e reforça o senso comum; o ambientalista quer explicitar os conflitos de interesses que envolvem as questões ecológicas e socioambientais, construir novos consensos e mudar a realidade. Essa perspectiva exige argumentação, mas repórteres não argumentam, diz a regra da objetividade. Eles produzem sentido, extraindo do discurso de outros o que consideram relevante, excluindo o que supõem não ser do interesse do público e associando dados e observações a partir de sua própria visão de mundo e de seu repertório de conhecimentos.

A suspeita sobre o profissionalismo dos jornalistas “verdes” residiria também no fato de eles terem “opinião própria” a respeito das questões ambientais e “posição firmada” em relação ao desenvolvimento sustentado. Este é outro dos aspectos contraditórios do trabalho da imprensa, que se atribui o papel institucional de “formadora de opinião”, explicitada pelo manual da *Folha* (p. 31 e 34):

Um jornal é, por excelência, um órgão formador de opinião pública. Sua força se mede pela capacidade que ele tem de intervir no debate público e, apoiado em fatos e dados exatos e comprovados, mudar convicções e hábitos, influir no rumo das instituições. Assim como o jornal forma a opinião pública, ele é formado por ela, que tem meios para influenciá-lo e pressioná-lo. (...) Para a *Folha*, a opinião pública não é o conjunto da sociedade, mas sim os setores que interferem ativamente nos movimentos sociais, econômicos, culturais e políticos para conservar ou mudar seus rumos.

Para o economista Francisco de OLIVEIRA (1998, p. 14), a “opinião pública” não é um ator social, apenas um pano de fundo que tem funcionado como um “fetiche” para os movimentos sociais:

Ela permanece essencialmente nos limites liberais, pelo seu caráter difuso, impreciso, plural. Ela sanciona, em seu apogeu, movimentos de alta relevância, para lembrarmos apenas a campanha pelas Diretas-já, com seus formidáveis comícios. Mas o cotidiano que teceu os fios do processo que culminava nos grandes comícios não requeria a “opinião pública” (não podemos confundi-la, desde logo, com

democracia, o que seria um grave equívoco), justamente pela incapacidade operatória, por aquele caráter difuso, impreciso e plural.

Na chamada “grande imprensa”, o debate público e pluralista sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável se dá muito mais através das páginas de opinião do que de reportagens, através de artigos de técnicos, pesquisadores, formuladores de políticas públicas e uns poucos jornalistas especializados que se notabilizam como “formadores de opinião” na área, sendo muitas vezes confundidos como ambientalistas.

Em sua monografia de conclusão da graduação em Jornalismo, Cintia RYGAARD (2002) reproduz um interessante debate entre participantes da RBJA sobre os dilemas entre informação e opinião, e a relação entre jornalismo e ativismo ambiental, da qual foram extraídos os fragmentos mais significativos das diferentes posições a respeito:

Jornalista é profissão, ambientalista é atitude de cidadania (...). Logo, é perfeitamente possível ser um jornalista ambiental, e cobrir de forma profissional a área ambiental, sem ser ideologicamente engajado na causa. (...) Um jornalista precisa ouvir os vários lados de um tema, por mais que isso incomode seja aos ambientalistas, seja aos poluidores. Um cuidado que os jornalistas do setor ambiental devem tomar é com a facilidade de se apaixonar pela causa. Não que seja um mal em si ser jornalista e ambientalista, mas apenas não deve o jornalista, nesta condição, confundir-se com a causa a ponto de, em vez de jornalismo, começar a fazer panfleto ideológico ou marketing da causa. Por que aí deixa de ser útil como um intérprete da verdade. De qualquer forma, mesmo para os jornalistas apaixonados e engajados sempre haverá espaço profissional em assessorias de imprensa de ONGs ambientalistas onde o que importa é a versão da instituição (...) – Vilmar Berna, do *Jornal do Meio Ambiente*.

Discordo dessa visão mecanicista de que por sermos jornalistas temos que ficar em cima do muro. (...) devemos ter consciência do nosso papel político. Respeito todas as posições, mas se eu tenho um pouco de consciência ambiental, jamais defenderei um poluidor ou uma empresa que pratica o desmatamento da Amazônia. (...) Sou jornalista há 22 anos e, nessa longa trilha profissional, aprendi a defender minhas

posições. E foi com esse objetivo que criamos o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, há 12 anos. (...) E o nosso crescimento, ao longo desse tempo, também se deu por termos um posicionamento claro do nosso papel político. (...) aqui no Rio Grande do Sul criamos a expressão ecojornalista. Isso resume bem nosso posicionamento. Somos mais do que jornalistas. Temos compromisso com a vida e com o futuro da humanidade – Juarez Tosi, do NEJRS.

Aqueles que se dedicam a cobrir ambiente – ainda que se orientem pelos critérios de isenção, equilíbrio, rigor técnico e ético – já demonstram uma sensibilização para os assuntos da vida (...) maior do que talvez alguém que cobre, por exemplo, o frio mercado financeiro. É nesse sentido que se colocam as posições, as escolhas e as opiniões pessoais. Por exemplo: nunca vou escrever uma matéria sobre uma suposta maravilha tecnológica dos transgênicos porque discordo da própria existência dos transgênicos em si e também do sistema de poder e de pressão de multinacionais no qual os organismos geneticamente modificados estão inseridos. (...) Não deixamos de ser bons manejadores dos saberes técnico-profissionais simplesmente por termos posição formada e firmada em determinado assunto. Ao contrário. É bem provável que a produção jornalística de qualquer um que se dedica e se envolve profissionalmente com as questões ambientais seja mais precisa do que a dos neo-cínicos que só se pautam por números, porcentagens e critérios de mercado. (...) – Carlos Tautz, editor da revista *Ecologia e Desenvolvimento*.

(...) Eu vejo apenas a diferença fundamental entre o jornalista ambiental e qualquer outro jornalista: é a sua capacidade de compreender os temas ambientais. Isto significa que ele não vai ser enrolado por fontes não fidedignas porque tem uma ferramenta de conhecimento que lhe permite perceber quando uma fonte é séria ou não. O conhecimento do assunto também ajuda na escolha das pautas e das prioridades do tema ambiental. Acho que a militância ambiental é fundamental para os processos de mudança de enfoque em relação ao tema. No entanto, o bom jornalista ambiental vai aplicar todos os preceitos do bom jornalismo aliado ao seu conhecimento específico e prestar um melhor serviço à sociedade buscando ouvir todos os lados e dar voz a todos os setores sociais envolvidos. (...) – Adalberto Wodianer Marcondes, do jornal *Taramérica* (da agência IPS).

É irritante e tenso ter que ouvir um representante de uma empresa sabidamente poluidora e responsável por contaminação química de certa região, por exemplo, negar de forma fria e distante danos graves à saúde das pessoas, constatadas por nosso ofício de repórter. Mas nossa melhor contribuição nessa hora ao debate e à solução desses graves problemas é utilizar uma de nossas mais importantes ferramentas da profissão, o questionamento, levantando contradições entre o discurso e a prática do entrevistado e apresentando relatos colhidos na apuração apontando problemas. O senso crítico sem dúvida é fundamental para o jornalista produzir um material mais abrangente, analítico e polêmico. Ser ou não militante do movimento ambientalista é uma decisão pessoal. Só não podemos usar as ferramentas próprias do militante na hora de apurar informações para uma reportagem, pois dessa forma estaríamos mais atrapalhando do que ajudando o movimento ambientalista. Sabemos como é importante transitar entre diferentes atores sociais na hora de elaborar nossas reportagens. (...) Ao revelar ao público as várias facetas e contradições de determinado assunto, fornecemos subsídios vitais para a ação cidadã. (...) – Alberto Gonçalves, da *Gazeta Mercantil*.

(...) Uma vez li um livro de ética escrito por um autor dos Estados Unidos e ele exemplificava a questão da imparcialidade no jornalismo comparando o repórter com um homem de Marte chegando na Terra, sem saber nada (curiosidade total), logo sem opinião sobre os fatos. É uma postura irreal. Acho, portanto, a imparcialidade uma falsa questão no jornalismo, apesar de alguns jornalistas continuarem vivendo em Marte. (...) eu acho que a matéria jornalística pode e deve ser objetiva. Imparcial e neutra não dá, nem na hora da apuração. Isto não significa que o jornalista especializado em meio ambiente só vai ouvir o lado que lhe agrada. Não. Mas que vai ouvir o lado que não lhe agrada de modo crítico, para que toda a sociedade saia ganhando, não apenas os militantes de uma ONG ou os diretores de uma empresa. É para isso que estudamos, debatemos, militamos em grupos de ecojornalistas. (...) há uma margem de liberdade que possibilita a ação crítica, consciente, responsável e criativa dos jornalistas. Por isso jornalista que não tem opinião é daquele tipo que o Nestor Martinez descreveu lá de El Salvador: “...los periodistas que no le ponen pasión y entusiasmo a su profesión, son simples ‘noteros’, es decir hacedores de notas sin pasar a más, sin esmerarse en profundizar en los fenómenos para saber

traducirlos a la población.” (...) Para o verdadeiro jornalista, não há contradição entre estar alinhado com a luta ecológica e fazer reportagens. Pelo contrário, é exatamente este engajamento que enriquece o trabalho jornalístico – Roberto Villar Belmonte, da RBJA.

10.6 Formação e capacitação para a comunicação ambiental

No 1º Fórum de Jornalismo e Meio Ambiente promovido pela revista *Imprensa* (1998), alguns dos mais experientes profissionais da área fizeram o mesmo diagnóstico: ainda falta muita educação ambiental para os jornalistas e educação jornalística para as ONGs. “Nos lugares em que as ONGs são mais articuladas, há mais notícias sobre meio ambiente”, observou Roberto VILLAR (1997), para quem as faculdades de comunicação deveriam oferecer disciplinas de jornalismo ambiental, não para ensinar técnicas, que são iguais em qualquer especialidade, mas para trabalhar as abordagens temáticas da área. Sobre isso, observa RYGAARD (2002):

Os focos deveriam sair dos bancos acadêmicos com noções básicas sobre os temas que preocupam a humanidade nesta virada de século: pobreza em áreas degradadas, poluição industrial, mudanças climáticas, resíduos urbanos, escassez de água, gestão de recursos hídricos, agricultura sustentável, biotecnologia, transgênicos, manejo florestal, perda da biodiversidade e matriz energética. Não devem se transformar em doutores nessa área, mas pelo menos saber transitar com desenvoltura entre estes temas, entender as implicações, os nexos, as relações.

Apesar do crescente interesse pela área nos últimos dez anos, os meios de comunicação não costumam estimular a capacitação de seus profissionais para lidar com a complexidade dos temas ambientais e ainda é reduzido o número de repórteres que cobrem regularmente pautas nessa área. As matérias eventuais são feitas por jornalistas de diferentes editorias,

mas sem uma linha editorial predefinida pelo veículo. “E quase sempre quem sai em busca de informações na área ambiental carrega uma pauta de três ou quatro outros assuntos para cobrir no mesmo dia. Sem a menor oportunidade de pesquisa prévia, de estudo, de consulta à legislação. Os quase sempre jovens repórteres chegam assim diante de seus entrevistados sem saber o mais elementar” (NOVAES, jul. 1991).

Se falta capacitação deste lado, do outro, o movimento ambientalista e as ONGs – que se multiplicaram nos últimos dez anos – também sentem dificuldade para lidar com a mídia e os jornalistas, como constatou Regina SCHARF (2002), repórter da *Gazeta Mercantil*, que mostra como emplacar uma notícia.

Assim como o repórter não pode esperar que a notícia caia no seu colo, a ONG tem que aproximar-se das redações, para que sua voz ganhe volume e força. Muitas campanhas e projetos interessantes deixam de ser divulgados simplesmente porque não chegaram aos ouvidos de um jornalista. Em geral, quem não está acostumando a lidar com a Imprensa tem dificuldades em identificar uma boa notícia, mesmo quando está em baixo de seu nariz.

Muitas vezes, os ambientalistas procuram apenas veículos mais óbvios, como os grandes jornais, a revista *Veja* ou a Rede Globo. É evidente que nada repercute melhor do que uma matéria no *Jornal Nacional*, mas esses espaços são mais difíceis de ocupar e não são os únicos. Jornais comunitários, de bairro, de igreja, de cidades do interior, rádios, imprensa sindical ou empresarial podem ser mais fáceis de abordar, sobretudo porque muitos têm uma enorme carência de informação. Em tempos de Internet, não é difícil alcançá-los. Vale lembrar que muita matéria da Grande Imprensa foi inspirada por reportagem publicada antes em veículos menos conhecidos.

Tentando buscar alternativas para furar o bloqueio da “grande mídia” e das agências de publicidade (que controlam 80% das verbas destinadas a anúncios e patrocínios), as principais publicações brasileiras voltadas para o meio ambiente (que somam tiragens em torno de 1,5 milhão de exemplares mensais) uniram-se para criar a EcoMídias (Associação Brasileira de Mídias

Ambientais), que se apresenta como a “primeira iniciativa na direção da democratização da informação ambiental” e fortalecimento das empresas que se dedicam a publicações na área.

A EcoMídias surge com a pretensão de abrir os olhos de publicitários e anunciantes para uma realidade onde a utilização de recursos naturais deve ser feita com responsabilidade e onde o marketing ecologicamente correto deve refletir ações e posturas conseqüentes. A boa informação ambiental e a publicidade ecologicamente correta são duas faces da mesma página. Uma não pode sobreviver sem a outra” (MARCONDES, [s.d.]

Segundo Vilmar Berna (em artigo na *Rets*, 2002) existem hoje mais de cem títulos diferentes dirigidos ao chamado “formador de opinião ambientalista”. Esse número não inclui a mídia institucional, como os boletins, jornais e revistas de ONGs, com tiragem limitada, dirigidos ao seu público interno, parceiros e beneficiários, alguns com ótima qualidade gráfica e editorial. Na visão de Berna, “os veículos de comunicação de ONGs, empresas e governos são importantes para garantir uma regularidade de informações junto aos associados e público-alvo sobre suas atividades, campanhas etc., já que as mídias especializadas em meio ambiente não conseguem priorizar as ações das instituições em todas as suas pautas como elas gostariam”.

Da EcoMídias fazem parte algumas das publicações ambientalistas de maior circulação, como o *Jornal do Meio Ambiente*, *Folha do Meio Ambiente*, *Estado Ecológico de Minas*, *Tetramérica*, *AgirAzul*, *Eco21*, *Ecologia & Desenvolvimento*, *Meio Ambiente Industrial*, *Saneamento Ambiental*, *Gerenciamento Ambiental*, além de veículos digitais.

10.7 A teia invisível: articulação em rede e ações comunicativas cidadãs

Por trás de toda essa disputa por visibilidade existem miríades de ações de produção e socialização de informação, de âmbito local e regional, com articulações internacionais, por onde transitam as informações relevantes

para a intervenção nas políticas e práticas a favor do desenvolvimento sustentável. Se mapeadas, constituiriam um amplo rizoma: “multiplicidade de relações assimétricas de comunicação desencadeadas em vários pontos simultaneamente, com fluxos descentralizados e não-regulares de informação” (AGUIAR LOPES, 1996).

As ONGs e os movimentos ambientalistas produzem centenas de veículos impressos de baixa tiragem, de circulação dirigida, oferecendo um material informativo claramente diferenciado da mídia tradicional, cujos efeitos ainda estão por ser estudados. Várias mantêm centros de documentação, que não só registram a memória das ações coletivas como também colocam à disposição de comunidades, pesquisadores e estudantes locais documentos técnicos e analíticos de circulação restrita.

São, portanto, atividades de informação, porque os conteúdos inovadores que veiculam são potencialmente capazes de provocar alterações na organização do pensamento, na visão de mundo e na escala de valores dos receptores, visando a uma ação imediata ou a uma mudança de comportamento de longa duração. Mas são também contracomunicação, porque fornecem informações de natureza distinta, muitas vezes oposta, às informações dos grandes veículos de comunicação, proporcionando uma outra interpretação das condições relacionadas aos problemas ambientais, do ponto de vista da sociedade. Ao denunciamento desarticulado das causas político-econômicas e conseqüências socioambientais, os veículos ambientalistas alternativos contrapõem propostas e compartilham soluções, como o caso de uma pequena cidade que conseguiu recuperar 70% da Mata Atlântica que haviam sido devastados (ver site da Rio+10).

Um exemplo da amplitude que pode ser alcançada por essas múltiplas cadeias informativas e comunicativas é o da Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), criada em 1986, e que tem como área geográfica de atuação direta os nove Estados do Nordeste brasileiro.

Pelo seu caráter abrangente, a SNE aborda as mais diversas questões ligadas à temática ambiental, tais como: as estratégias de desenvolvimento locais e regionais, e as políticas municipais, estaduais e federais de meio ambiente, a proteção dos ecossistemas nordestinos, o uso sustentável

dos recursos naturais, a produção de mudas de essências nativas, o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas. Nesse sentido, são temas correntes nos posicionamentos da entidade, a Mata Atlântica, a Zona Costeira, as Bacias Hidrográficas, o Semi-Árido, o Vale do São Francisco, a Chapada do Araripe, as Unidades de Conservação, a Poluição Industrial, as doenças causadas pela insalubridade ambiental, e a miséria das populações urbanas e rurais (texto do site da SNE).

Essa abrangência de atuação exige interações constantes com ONGs ambientalistas, entidades científicas, de desenvolvimento e de comunidades de base, além de trabalhos em conjunto com universidades, órgãos oficiais de meio ambiente e organizações governamentais e não-governamentais. Para atingir os seus objetivos estratégicos, a SNE promove variadas ações comunicativas e de socialização da informação, que vão de congressos e palestras a rádios comunitárias, passando por preservação da memória, educação ambiental, levantamentos e sistematização de dados científicos sobre aspectos geoambientais, flora, fauna, legislação, formas de uso e agressões ambientais.

Todas essas ações mobilizam profissionais especializados em diferentes áreas que colocam o seu saber e competência técnica “a serviço” de movimentos sociais através de variadas práticas de comunicação informal, cuja base de conhecimento é formada pela interação entre ciência e senso comum, com objetivos explícitos de propiciar mudanças sociais e culturais. Podem ser, por isso, denominados “contra-especialistas” ou “especialistas da transformação”, que se dedicam à construção de um saber que se contrapõe ao pensamento dominante, que informa e instrumentaliza a formulação de políticas públicas, contribuindo para a ação da sociedade sobre o processo decisório do Estado e do mercado.

Através de artigos, relatórios, manifestos, sinopses de noticiário e outros tipos de comunicação, eles utilizam o seu saber ou agenciam informação de outros especialistas visando a influir no senso comum de comunidades, grupos sociais e formuladores de políticas acerca de questões ambientais, modelos de desenvolvimento agrícola e fundiário, grandes projetos de obras públicas, entre inúmeros outros. Eles são responsáveis pela inserção de temas inovadores que pautam as discussões nas redes

temáticas, as negociações multilaterais, as políticas públicas, as pesquisas acadêmicas e, em algum momento, ainda que tardio, a mídia.

Nos anos 1990, as idéias de contra-informação e contracomunicação deslocaram-se da centralidade contra-hegemônica guiada pelos partidos políticos para um projeto emancipador operado pelos agentes das práticas coletivas institucionalizadas (ONGs e outras entidades da sociedade civil). Segundo Aguiar LOPES (1996), “contra-informação, nesse novo contexto, diz respeito a conteúdos normalmente não veiculados pela mídia tradicional que são fundamentais para a construção de uma visão de mundo diferenciada daquela ‘vendida’ pelo discurso dominante. Ou seja, inscreve-se na proposta de pedagogia da informação e de ação cultural herdada principalmente de Paulo Freire, na qual a interação entre conhecimento e senso comum é fundamental para a emancipação das populações subalternas”.

Nesse contexto, as redes de movimentos despontam como práticas políticas articulatórias de ações localizadas (comunitárias) e planetárias (supranacionais, transnacionais), em que é fundamental considerar o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa. “Um rizoma é tipicamente o mapa das conexões estabelecidas via correio eletrônico em dada rede mediada por computadores: podem ser iniciadas de qualquer ponto, ao mesmo tempo, e qualquer pessoa pode enviar mensagens para quem quiser, ou para todos, simultaneamente” (Aguiar LOPES, 1996).

Nas redes temáticas as trocas se dão basicamente entre “pares” – especialistas (ou contra-especialistas) que detêm uma certa gama de conhecimentos e experiências sobre uma área de interesse comum e representam os “nós” das interconexões. O potencial multiplicador de cada “nó” configura o que se pode chamar de “teias” invisíveis: um participante pode, por exemplo, interessar-se por um artigo ou comentário postado para todos e entrar em contato direto com o autor, via correio eletrônico, estabelecendo um vínculo específico, diferenciado dos demais; vários podem ler uma proposta de articulação que implique enviar faxes de protesto e aderir, sem que isto “apareça” na rede. Há ainda os que utilizam dados e documentos extraídos da lista em seus programas de treinamento, boletins informativos e relatórios de consultoria.

Segundo Vilmar Berna (2002), as listas de discussão sobre temas ambientais no Brasil reúnem uma “elite” de uns cinco mil *e-mails* de multiplicadores e formadores de opinião em meio ambiente. Em algumas os participantes enviam mensagens simultaneamente para todos os membros do grupo previamente cadastrados. Mas há outras “cujo conteúdo é preparado pelos coordenadores dessas redes e remetido com regularidade para os inscritos na lista”. Pelo levantamento de Berna, existem 26 grupos de listas temáticas, dos quais o de educação ambiental é o mais concorrido, e 10 redes de abrangência geográfica.

No contexto da redefinição das idéias de democracia e de hegemonia, e de articulação entre o local e o global, essas redes de ONGs, movimentos sociais, especialistas, contra-especialistas e ativistas são, pois, espaços potenciais de ação política e de intercâmbio de informação e conhecimento especializado, visando à construção de novos consensos e a transformações no senso comum. Não foi por acaso que a internet tornou-se a principal arena das disputas de conceitos e sensibilidades, estratégias e táticas em relação ao uso democrático e solidário dos recursos naturais e do meio ambiente. Hoje há mais sites especializados em meio ambiente e desenvolvimento sustentável do que cadernos ou seções de jornais diários e programas de rádio e TV. Mas nem todos têm potencial emancipador, capaz de construir a tão sonhada consciência de “ecocidadania planetária”.

Para promover a emancipação de pessoas para o exercício da cidadania plena e de instituições para o interesse do bem comum, o conhecimento precisa ir além do diagnóstico, propondo alternativas para o enfrentamento dos problemas e divergências; a informação deve ir além dos fatos cotidianos e do denunciamento para divulgar inovações, disseminar experiências compartilháveis e perspectivas promissoras de longa duração; e a comunicação necessita ir além do senso comum e da “opinião pública”, promovendo transformações no pensamento, hábitos e atitudes.

Considerações finais

Ao final desta caminhada de reflexão e fundamentação teórica sobre categorias centrais da interface cidadania e meio ambiente, é fácil perceber o nexo entre os capítulos; contudo, é igualmente fácil verificar que cada capítulo se desdobra em muitos outros aspectos não abordados ou aprofundados. De fato, cada capítulo poderia se transformar em um livro ou uma coletânea de publicações pela diversidade e complexidade dos temas desenvolvidos. Temos clareza disto e esperamos e desejamos que, a partir da leitura e do domínio dos conceitos-chave que foram abordados, os leitores se sintam motivados a prosseguir em seus estudos e pesquisas.

Para atender aos objetivos expostos na apresentação e definidos conjuntamente com o Centro de Recursos Ambientais, seria ideal a opção por textos densos, mas gerais, que fornecessem as bases conceituais e metodológicas para uma compreensão qualificada da questão ambiental, sob um prisma da cidadania. Entretanto, é notória a precariedade de acesso a textos com rigor conceitual neste campo de conhecimento, por grande parte da população que não mantém estreito contato com a Universidade. Este fato reforça a pertinência do trabalho produzido e o mérito do Centro de Recursos Ambientais em fornecer as condições para viabilizar o livro.

Definitivamente, cidadania implica um processo permanente, crítico e reflexivo de aprendizagem individual e coletiva acerca do que somos em sociedade e do que queremos para esta; atuar em escolas, empresas, movimentos sociais, governos, famílias, ONGs, comunidades e demais espaços e instituições que formam a sociedade. E isto não é simples e nem

pode ser tratado de modo superficial, principalmente quando almejamos consolidar uma cidadania plena que esteja em sintonia com o que se propõe no âmbito do paradigma ecológico.

Diante dos desafios existentes, o crucial neste momento, no que se refere ao exercício da cidadania ecológica, é nos mobilizarmos para lidar com a realidade, construindo as alternativas necessárias aos problemas identificados na própria dinâmica constituinte da história que a vida nos oferece e da qual somos sujeitos. À luz desta reflexão, cumpre-nos agir com qualidade e competência técnica e profissional, conhecimento e compromisso social, em síntese, com consciência, exercendo a cidadania no caminho da construção de uma sociedade sustentável, que seja a expressão da realização da liberdade humana e de uma nova ética em nossas relações com a natureza.

Referências bibliográficas

ABROLHOS 2000. Conservation International reúne 30 pessoas para estudar estratégia de comunicação. **Mar de Abrolhos**, n. 4, jan. 1998.

ACSELRAD, H. **Meio Ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

_____. **Ecologia: direito do cidadão**. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.

_____; LEROY, J. P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, Fase, 1999.

AGUIAR LOPES, S. **A teia invisível: informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais**. 1996. Tese. Tese (Doutorado em Comunicação/Ciência da Informação) - UFRJ - ECO/Ibict, Rio de Janeiro.

ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P.; DUPONT, Y. **O equívoco ecológico: riscos políticos**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARENDT, H. **A condição humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ARRUDA, Marcos. **Educação para que trabalho? Trabalho para que ser humano? Reflexões sobre educação e trabalho, seu significado e seu futuro**. v. 2. Trabalho produzido para divulgação restrita, Rio de Janeiro, maio 2001.

ARRUDA, M. P. S. de. **Educação e sustentabilidade: o projeto Educação Ambiental no Ensino Básico do Brasil – Muda o Mundo Raimundo!** 2001. Dissertação (Mestrado) - EICOS - UFRJ, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, A. M. **Cidadania, meio ambiente e comunicação: referenciais do estudo sobre o processo de comunicação e mobilização de recicladores de lixo, agentes ambientais e educadores**. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt19/GT1905.PDF>.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECK, U. **Risk society**. Beverly Hills: Sage, 1992.

BECKER, A. N. **O potencial educativo do programa Gaúcha Ecologia**. 1998. Monografia - Faculdade dos Meios de Comunicação Social - PUC, Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://www.jornalismoambiental.jor.br/mgrafia.htm>>.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997.

BERNA, V. **Pela democratização da informação ambiental**. Disponível em: <www.jornalismoambiental.jor.br/avilmar.htm>.

_____. Comunicação ambiental para a parceria. **Revista do Terceiro Setor**. Disponível em: <<http://rets.rits.org.br>>.

_____. **Redes ambientais na internet no terceiro milênio**. Disponível em: <<http://www.jornaldomeioambiente.com.br/paginas/txtimportante/Redes.htm>>.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

BRÜGGER, P. Os novos meios de comunicação: uma antítese da educação ambiental? In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1996.

CARDOSO, Regina L. S. **Elementos para garantia de uma gestão transparente: avaliação e utilização de indicadores**. Rio de Janeiro: CIDE, 2000. (Caderno de Textos).

CARVALHO, I. C. M. **Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos**. São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo, 1991. (Série Registros).

_____. Lutas ambientais: raízes históricas e dilemas contemporâneos. **Democracia Viva**, n. 3, jul. 1998.

_____. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Rio Grande do Sul: EDUFRGS, 2001a.

_____. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 2, p. 43-51, 2001b.

_____; SCOTTO, G.; BARRETO, A. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- COSTA SOBRINHO, P. V. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, PPGESS/UF RJ, n. 1, 1997.
- CRESPO, S. et al. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: MAST/ISER/MMA/MCT, 1998.
- CRUZ, M. do C. M. T. **Consórcios Intermunicipais**: uma alternativa de integração regional ascendente. São Paulo: Pólis, 2001.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.
- DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- DESIMONE, L.; POPOFF, F. **Eco-efficiency**: the business link to sustainable development. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.
- DONNAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.
- DUPUY, J.-P. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FIGUEIREDO, A. M. de. Dimensão ética das profissões. **Paradoxa**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, 1999.
- FOLHA S. PAULO. **Manual geral da redação**. São Paulo, 1987.
- FÓRUM de Jornalismo do Meio Ambiente. **Imprensa**, [s.n.], ago. 1998.
- FÓRUM 21 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Manual de planejamento participativo**. Rio de Janeiro, s.d.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, M. E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **RAE**, v. 40, n. 10, 2000.
- FUKS, M. **Arenas de ação e debate públicos**: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. 1997. Tese (Doutorado) - IUPERJ, Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Práticas públicas e pobreza**. Rio de Janeiro, 2000.

FUNDACIÓN FORO NACIONAL POR COLOMBIA. **Conflicto, convivencia y democracia**. Colômbia, 2001. (Série Construyendo Ciudadanía, v 2).

GADOTTI, M. Caminhos da ecopedagogia. **Debates socioambientais**, v. 2, n. 7. p. 19-21, 1997.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2000.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDBLATT, D. **Social theory and the environment**. UK: Polity Press, 1996.

GOLDENBERG, M. (Org). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J. S. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000.

GOVERNO FEDERAL. **Lei 9795 de 27 de Abril de 1999**: Política Nacional de Educação Ambiental.

GOVERNO FEDERAL/ PNUD. **Agenda21**. Brasília, 1992.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental**: no consenso, um embate? Campinas: Papirus, 2000.

_____. Educação ambiental e a gestão para a sustentabilidade. In: SANTOS, J. E. dos; SATO, M. (Orgs.). **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA, 2001.

GUIMARÃES, R. P.; MAIA, K. D. Padrões de produção e padrões de consumo: dimensões e critérios de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. In: FÓRUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Brasil século XXI**: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio'92. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. USA: Blackwell Publishers, 1996.

HAWKEN, P. et al. **Natural capitalism: creating the next industrial revolution**. New York: Little, Brown and Company, 1999.

HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; PERRATON, J. **Global transformations: politics, economics and culture**. California: Stanford University Press, 1999.

HERCULANO, S. C.; PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EDUFF, 2000.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)sustentável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (Coord.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HERZ, D. (coord.) **Os donos da mídia**. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas em Comunicação de Porto Alegre. Disponível em: <[www.alomundo.com.br/arquivos/nota08.htm] ou <www.igutenberg.org/atualconcentra.html]>.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais: PNAD 1999**. Rio de Janeiro, 2000.

IED. **Tratado de comunicação, informação, meios de comunicação e redes**. In: FÓRUM GLOBAL/ECO-92. TRATADO DAS ONGS. Rio de Janeiro, Instituto de Ecologia e Desenvolvimento, 1993.

IMPrensa Verde. Glossário ecológico. **Imprensa**, jun. 1991.

INESC. Meio ambiente saudável e uma sociedade justa: duas lutas inseparáveis. **Informativo [do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos]**, v. 9, n. 57, jun. 1995.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1976.

KYMLICKA, W.; NORMAN, W. El retorno del ciudadano. **Cuadernos del CLAEH**, Montevideo, 1996.

LAG E, N. **Controle da opinião pública: m ensaio sobre a verdade conveniente**. Petrópolis/ Florianópolis: Vozes/IPEJ, 1998.

LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998a.

_____. A (in)sustentabilidade do discurso. **Políticas Ambientais**, v. 6, n. 19, p. 10-11, 1998b.

_____. Ideology and the environment: business leaders adopt a strategy of environmental discourse regarding ISO 14000. **Ciência e Cultura**, v. 52, n. 3, p. 148-153, 2000.

_____. O Cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. **OLAM**, ano 2, v. 2, n. 1, 2002b. (CD-ROM).

LEAL FILHO; TAYLOR. **A framework for the evaluation of environmental education projects in industrialised and developing countries**. Bradford: University of Bradford, 1995.

LEFF, E. Sociología y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Orgs.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED/NAEA, 1993.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

LEIS, H. R. Ética ecológica: análise conceitual e histórica de sua evolução. In: [s.n.]. **Reflexão cristã sobre o meio ambiente**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEMOIS, Â. D. da Cunha; da CUNHA, N. C. V.; CONRADO, D. **Perfil dos formadores de opinião relacionado às questões ambientais: o caso de duas empresas brasileiras de mídia impressa**. Disponível em: <<http://www.jornalismoambiental.jor.br/perfil.htm>>.

LIMA, E. de S. A importância da mídia na conscientização ambiental. **Boletim da Associação Brasileira de Jornalismo Científico**, 4 jul. 2001 Disponível em: <http://www.abjc.org.br/artigo_9.asp>.

LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, G. F. C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 135-153, 1999.

LORD, P. Jornalista ambiental dos EUA visita o Brasil. **Folha do Meio Ambiente**, Brasília, v. 12, n. 126, maio 2002.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P.;

CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O que é educação ambiental? **Paradoxa**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, 2001.

_____. **Educação ambiental crítica**: princípios teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Hotbook, 2002. (E-book).

_____; LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental nos anos noventa: mudou, mas nem tanto. **Políticas Ambientais**, v. 9, n. 25, dez. 2000.

_____; LOPES, J. R.; VON DER WEID, N. Limites e possibilidades para a Agenda 21 local. **Políticas Ambientais**, v. 8, n. 24, set. 2000.

MacLAREN, V. W. **Developing indicators of urban sustainability**: a focus on the canadian experience. Toronto: ICURR, 1996.

MARCONDES, A. W. **Ecomídias**: para preservar a informação ambiental. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/ambiente/global/site/ecomidias/ecomidias.htm>>.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEADOWS, D. et al. **Beyond the limits**: confronting global colapse, envisioning a sustainable future. Vermont: Chelsea Green Publishing, 1992.

MEADOWS, D. et al. **Os limites do crescimento**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MEC. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1994.

_____. **Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 1., 1997, Brasília. **Anais...** Brasília, 1997.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: meio ambiente e saúde. Brasília, 1998.

MELUCCI, A. Ecologia e pacifismo. In: MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORETZSOHN, S. **Profissionalismo e objetividade**: o jornalismo na contramão da política. Comunicação apresentada ao GT de Jornalismo da Intercom. Porto Alegre, 2001.

NAESS, A. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. **Inquiry**, v. 16, p. 95-100, 1973.

NEAL, P. Teaching sustainable development. **Environmental Education**, n. 50, 1995.

NETHER, J. I. **Ecojornalismo impresso**: análise do jornalismo ambiental em Canoas, Porto Alegre. 1998. Monografia (Comunicação Social/Jornalismo) - Universidade Luterana do Brasil. Disponível em: <www.jornalismoambiental.jor.br/monoeco.htm>.

NOVAES, W. Onde está a imprensa brasileira? **Imprensa**, jul.1991a. (Sinal Verde)

_____. A catástrofe é o que interessa. **Imprensa**, ago.1991b. (Sinal Verde)

_____. Os desafios do século XXI. **Estudos Avançados**, USP, n. 40, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/iea/revista/dilemasdesafios/index.html>>.

NUNES, E. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.

[OECD] ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Technologies for cleaner production and products**: towards technological transformation for sustainable development. Paris, 1995.

OLIVEIRA, F. de. Corporativismo: conceito ou emplastro? **Democracia Viva**, n. 3, jul. 1998.

OPHULS, W. **Ecology and the politics of scarcity**: prologue to a political theory of the steady state. San Francisco: E.H. Freeman, 1977.

OUDIN, B. **Pour en finir avec les écolos**. Paris: Gallimard, 1996.

PÁDUA, J. A. **A degradação do berço esplêndido**: um estudo sobre a tradição original da Ecologia Política Brasileira: 1786/1888. 1997. Tese (Doutorado) - IUPERJ, Rio de Janeiro.

PENNA FRANCA, L. **Indicadores ambientais urbanos**: revisão de literatura. Rio de Janeiro: ISER/Parceria 21, 2001.

QUINTAS, J. S. Por uma educação ambiental emancipatória. In: _____. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000.

_____; GUALDA, M.J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. Brasília: IBAMA, 1995.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROCCO, R. **Legislação brasileira do meio ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RYGAARD, C. **Ascensão, declínio e retomada do verde na mídia**. Disponível em:< <http://www.jornalismoambiental.jor.br/monocintia.doc>>. Acesso em: jun. 2002.

SCHARF, R. **Como emplacar no Jornal Nacional** Disponível em:<<http://www.jornalismoambiental.jor.br/regina.htm>>.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SATO, M.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. Refletindo sobre a formação de professor@s em educação ambiental. In: SATO, M.; SANTOS, J. E. (Orgs.). **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA, 2001.

SAUVÉ, L.; ORELLANA, I. A formação continuada de professores em educação ambiental: a proposta do EDAMAZ. In: SATO, M.; SANTOS, J. E. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA, 2001.

SCHWARTZ, E; CORVALÁN, C. **Decision-making in environmental health**: linkage methods for environment and health analysis: general guidelines. Geneva: UNEP/USEPA/ WHO, 1996.

SHIVA, V. Que quiere decir 'sustentable'? **Revista del Sur**, v. 3, p. 28-31, 1991.

SILVA, C. S. da. **Comunidades virtuais e a comunicação via ciberespaço**: uma análise da rede brasileira de jornalismo ambiental. 2000. Monografia (Comunicação Social/Jornalismo) - PUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <www.jornalismoambiental.jor.br/monocarine.htm>.

SILVA-SÁNCHEZ, S. S. **Cidadania ambiental**: novos direitos no Brasil. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2000.

SILVEIRA, C. M. Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. In: _____; REIS L. C. (Orgs.). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

SIMONNET, D. **O ecologismo**. Lisboa: Moraes Editora, 1981.

SOFFIATI, A. **O ecologismo como uma das tendências filosóficas da atualidade**. {s.l.}, 1993. Mimeografado.

_____. **De um outro lugar**: devaneios filosóficos sobre o ecologismo. Niterói: EDUFF, 1995.

_____. **Reflexões sobre ecopolítica**. Goiás: Rede CTA/UI, 2001. Mimeografado.

SORRENTINO, M. **Educação ambiental e universidade**: um estudo de caso. 1995. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Educação ambiental**: o município na superação da pobreza. Trabalho produzido para a Associação Projeto Roda Viva. Rio de Janeiro, 2001.

THÉRIVEL, R.; PARTIDARIO, M. R. **The practice of strategic environmental assessment**. London: Earthscan, 1996.

TRUSEN, C.; MARIA R., B. P. (Orgs). **Planejando o desenvolvimento local: conceitos, metodologias e experiências**. Belém: Prorenda Rural, 2002.

UNESCO. **Taller subregional de educación ambiental**. Chosica, 1976a.

_____. Carta de Belgrado. **Revista Contacto**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1976b.

_____. **Integration of environmental education into general university teaching in Europe**. Baussels, 1989.

UNGER, N. M. (Org). **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo: Loyola, 1992.

VEIGA, P. da M. (Coord.). Evidências sobre as relações entre comércio e meio ambiente no Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 41, out./nov. 1994.

VILLAR, R. **Jornalismo ambiental: perspectivas**. Campo Grande: Laboratório Ambiental de Jornalismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/jorental.html>>.

VINCENT, A. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Coord.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

_____. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Editora da UFSC, 1995.

WHITE JUNIOR, L. The historical roots of our ecological crisis. **Science**, v. 55, n. 3767, p. 1203-1207, 1967.

ZAPATA, T.; PARENTE, S. **O desenvolvimento institucional e a construção de parcerias para o desenvolvimento local**. Trabalho produzido para o projeto BNDES - Desenvolvimento Local/PNUD. Recife, 2002.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS L. C. (Orgs.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.